



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

JOSÉ RODRIGO PONTES DOS SANTOS

**JUVENTUDES QUILOMBOLAS: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES**

Belém – PA
2018

JOSÉ RODRIGO PONTES DOS SANTOS

**JUVENTUDES QUILOMBOLAS: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre

Linha de pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Lúcia Isabel da Conceição Silva

Belém-PA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S237j Santos, José Rodrigo Pontes dos
Juventudes Quilombolas: Memória, Resistência e Construção de Identidades
/ José Rodrigo Pontes dos Santos. — 2018
161 f.: il. color

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação
(PPGED), Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará,
Belém, 2018.

Orientação: Profa. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva

1. Juventudes. 2. Identidades. 3. Quilombola. I. Silva, Lúcia Isabel da
Conceição *orient.* II. Título

CDD 370.9811



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

Defesa da dissertação de mestrado de **José Rodrigo Pontes dos Santos**, intitulada: **“Juventudes Quilombolas: Memória, Resistência e Construção de Identidades”**, orientada pela Professora Dr^a. **Lucia Isabel da Conceição Silva**, apresentada à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, em 08 de março de 2018.

Os membros da Banca Examinadora consideraram o(a) candidato(a) Aprovado.

Banca Examinadora:

Orientadora Prof.^a. Dr^a. Lúcia Isabel da Conceição Silva

Examinador Interno (PPGED / UFPA) Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage

Examinadora Externa Prof. Dr. Antônio Jorge Paraense da Paixão

Examinador Externo Prof. Dr. Assunção José Pureza Amaral

Examinadora Interna (UFPA) Prof^a. Dr^a. Zélia Amador de Deus

À minha mãe, Iria Lucimar, meu pai, José Ribamar, minhas irmãs, Michele e Myllena, à minha companheira, Gabriela Paixão, e aos jovens de Itaboca

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido força para trilhar essa árdua trajetória, que se estendeu por esses dois anos de curso de Mestrado.

Aos meus amados pais, José Ribamar e Iria Lucimar, pela sabedoria e conselhos repassados, bem como pela paciência e apoio durante minhas decisões nesses anos de estudos. Obrigado, vocês são meus heróis, amo vocês!

Às minhas irmãs Michelle e Millena, pelo apoio e incentivo durante esses anos. Aos meus sobrinhos Matheus Leony, Joaquim Oliveira e Maria, que, mesmo na inocência das crianças, me proporcionaram diversos aprendizados e momentos felizes. Amo vocês!

Aos meus queridos familiares, irmãos, primos e primas, avós e tios; com um especial agradecimento, aos meus tios Joaquim Nogueira e Nelson Jacinto (*in memoriam*), que me propiciaram milhares de momentos especiais de descontração e ensinamentos.

À minha companheira, amiga, confidente, pedagoga, conselheira e linda namorada, Gabriela Paixão, que durante esses anos tornou-se minha psicóloga, ouvindo minhas aflições e anseios, assim como compartilhou diversos momentos de aprendizagem. Obrigado por estar comigo, apoiando-me em meus sonhos e por ser tão compreensiva.

Aos grandes amigos e amigas, Jadilson Silva, Tiago Henrique, Esdras Queiroz, Maria Suzane, Diego Guimaraes, Raquel Rocha, Priscila e Elane Monte, pelos momentos descontraídos, conselhos, ensinamentos e brigas. Brigas sim, sem demagogia e sempre carregadas de conselhos e “puxões de orelha”. Meus agradecimentos também a todos meus amigos que aqui não citei, mas que fizeram parte da minha formação e continuarão presentes em minha vida.

A Joel Dias, pela amizade construída nesses dois últimos anos mediante ao compartilhamento de inúmeros momentos de aprendizados e descontração. Obrigado por sua preocupação e companheirismo!

A Joana Carmem do Nascimento, por ser essa pessoa amiga, explosiva e alegre, que me levantou nos momentos mais difíceis. Obrigado pela amizade, pelo incentivo e companheirismo. Serás sempre uma referência para mim.

Ao Grupo de Estudo GEPJUV e aos seus integrantes: Rosely Maia, Bruna, Bruna Thayses, Ingrid, Tatiene, Adriana e Eunice, pelas trocas de conhecimento e amizade.

À Maria Cândida pela amizade e conselho. Obrigado por sempre me passar segurança e tranquilidade.

A Mateus Sousa pelo “calma amigo!”. Mais um irmão que ganhei. Obrigado pelo companheirismo e paciência. Sempre prestativo e atencioso com todos e todas. Obrigado por sua amizade.

Aos amigos da turma de Mestrado e Doutorado, em especial ao Marcos Vinicius, pelos ensinamentos, preocupação, atenção e companheirismo.

À professora Dr^a Lucia Isabel da Conceição Silva, pelas orientações, ensinamentos e paciência nesses dois anos de mestrado que me fizeram crescer pessoal e academicamente. Meu sincero agradecimento.

Ao professor Dr. Assunção Amaral, um amigo e um pai acadêmico que segui durante esses anos. Obrigado pelos ensinamentos, compreensão, oportunidades e companheirismo. Meus sinceros agradecimentos!

Aos professores e técnicos da Universidade Federal do Pará, em especial os do Programa de Pós-Graduação (PPGED) do Instituto de Ciências da Educação, pela compreensão e orientação.

À professora Élide Neves e ao professor Denilson Batista, pelos conhecimentos socializados e pelos trabalhos desenvolvidos no movimento negro castanhalense voltado para a efetivação de uma educação sem exclusão e com oportunidades iguais a todos e todas. Axé!

Aos meus queridos amigos quilombolas, em especial: Dona Francisca Gusmão, Lindalva, Patrícia, Cleisiane, Mererê, Denilda, Abrão, Jacó, Felipe, Adriel, Vandenilson, Sebastiana, Daniele, Alda, Eluane, Leila e demais companheiros e companheiras das comunidades quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas. Muito obrigado pelas socializações e paciência durante a pesquisa. Minha eterna gratidão!

À Universidade Federal do Pará (UFPA) e todas suas coordenadorias, ao Programa Universidade no Quilombo, ao Grupo Estudo Sociedade, Cultura e Educação e ao Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM).

Aprendemos a voar como pássaros, e a nadar como peixes,
mas não aprendemos a conviver como irmãos.

Martin Luther King

RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar os processos de construção de identidades desenvolvidos pelos(as) jovens quilombolas nos confrontos entre as suas relações e práticas no contexto do quilombo e com territórios externos, assim como as estratégias de resistências que são geradas nesses processos. Metodologicamente, o trabalho se desenvolveu por meio da pesquisa participante e da aplicação de um formulário discutido junto a sete jovens das Comunidades Associadas de Remanescentes Quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, situadas no município de Inhangapi, nordeste do Estado do Pará. O resultado da pesquisa mostrou que as interações no interior das comunidades revelam atividades educativas que são repassadas de geração a geração por meio de práticas cotidianas como pesca, caça e extração de frutos da mata, que constituem traços da cultura, memória e ancestralidade dos quilombolas, dando vida e sustento à identidade do grupo quilombola. Por outro lado, as mudanças ocorridas pela globalização romperam com as fronteiras entre as nações e propiciaram a formação de novas identidades construídas mediante a mesclagem de novos valores, visões de mundo e de cultura. Essa “mistura” é percebida pelo surgimento de uma diversidade de influências que chegam até os jovens quilombolas por intermédio de atividades escolares e intercâmbio com outras culturas fora do quilombo, ou mesmo através de redes de comunicação, como *internet*, celular ou televisão. Por fim, novas formas de identidades se confrontam e se reconstroem junto e a outras essencialistas relacionadas ao sexo biológico e à nacionalidade, emergindo, assim, a diferentes identidades que são compartilhadas por todos e todas.

Palavras-chave: Juventudes; Identidades; Quilombola.

ABSTRACT

The study aimed to analyze the construction process of the identities developed by the young quilombolas in the confrontations between their relations and practices in the Quilombo context and with external territories, as well as the resistances strategies generated in this process. Methodologically, the work was developed through the participant research and a questionnaire answered by seven young people of the Comunidades Associadas de Remanescentes Quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas located in the municipality of Inhangapi, northeast of the state of Pará. The result of this research showed that the interactions within the communities reveal educational activities passed from generation to generation through daily Activities such as fishing, hunting, and extraction of fruits of the forest, which together, carry traces of Desquilombolas culture, memory and ancestry, giving life and support to the group's identity. On the other hand, the changes caused by globalization broke the borders between the nations and lead to the formation of new identities built through the merging of new values, visions of world and culture. This "mixture" can be perceived through the emergence of a diversity of influences that reach young quilombolas people through school activities, exchange with other cultures outside the Quilombo or even through the communication networks as Internet and television. Those new forms of identities join other essentials related to biological sex and nationality, thus giving life to different identities shared by everyone.

Keywords: Youth, Identity; Quilombolas

LISTA DE SIGLAS

BVS – Biblioteca Virtual em Saúde

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará

CCN – Centro de Cultura Negra do Maranhão

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPP – Centro Cívico Palmares

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ERIC – Institute of Education Sciences

FNB – Frente Negra Brasileira

GEAM – Grupo de Estudos Afro-Amazônicos

GEPJUV – Grupo de Estudos Adolescência, Juventude e Fatores de Vulnerabilidade e Proteção

GESCED – Grupo de Estudos Sociedade, Cultura e Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICED – Instituto de Ciências da Educação

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IFPA – Instituto Federal do Pará

INFOPEN – Informações Penitenciárias

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MN – Movimento Negro

MNU – Movimento Negro Unificado

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

PNAD – Plano Nacional por Amostra de Domicílio

PPGED – Programa de Pós-Graduação em Educação

PROEX – Pró-Reitora de Extensão

REDALYC – Rede de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

RSL – Revisão Sistemática de Literatura

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TEN – Teatro Experimental do Negro

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE IMAGENS E DESENHOS

DESENHO 01: Quilombo da Samambaia - MG. SEC. XVIII	72
DESENHO 02: Quilombo Rio da Perdição - MG. SEC. XVIII	73
DESENHO 03: Quilombo de São Gonçalo - MG –SEC. XVIII	73
DESENHO 04: Quilombo de Ambrózio - MG. SEC.XVIII	74
IMAGEM 01: Cartaz do I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas realizado em Brasília, no ano de 1995	81
IMAGENS 02: Estrada de chão batido que dá acesso às comunidades	92
IMAGEM 03: Local da antiga casa de Ana Maria	95
IMAGEM 04: Local onde ficava a Senzala em Cacoal	95
IMAGEM 05: Quilombo de Pitimandeuá	97
IMAGEM 06: Escola Antônio Fausto da Trindade – Quilombo de Quatro-Bocas	100
IMAGEM 07: Igreja de Santo Antônio	101
IMAGEM 08: Assembleia de Deus	102
IMAGEM 09: Campo de futebol de Itaboca	102
IMAGEM 10: Adolescente pegando isca	103
IMAGEM 11: Rio Inhangapi que atravessa a comunidade de Itaboca	104
IMAGEM 12: Barracão da Associação de Remanescentes Quilombolas de Cacoal, Quatro Bocas e Itaboca	105
IMAGEM 13: Reunião de planejamento de ações de parceiros da Associação de Remanescentes Quilombolas de Cacoal, Quatro Bocas e Itaboca	106
IMAGEM 14: Compostagem orgânica	108
IMAGEM 15: Horta feita por meio dos cursos ofertados pelo EMATER e IFPA em 2017	109
IMAGEM 16: Valores civilizatórios afro-brasileiros	111
IMAGEM 17: Medicina natural da comunidade de Itaboca	114
IMAGEM 18: Limpeza da mata para plantação do roçado	117
IMAGENS 19: Roçado de mandioca e macaxeira	117
IMAGENS: 20: Crianças nas margens do rio indo pescar	118

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Equação	34
QUADRO 02: Principais causas que determinaram a abolição do trabalho escravo no Brasil	77

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: Localização do Município de Inhangapi -Pará	27
MAPA 02: Principais rotas do tráfico de escravizados	68
MAPA 03: Localização do território quilombola de Itaboca	93
MAPA 04: Território Menino Jesus sob domínio de Ana Maria	97

LISTA DE DIAGRAMA

DIAGRAMA 01: Esquema de seleção do número final de estudos para análise	36
--	----

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 01: Resultado final segundo tipo de documento, autor e ano	37
TABELA 02: Trabalhos segundo suas regiões, programas e revistas	39
TABELA 03: Procedimentos de coleta e análise dos dados	41
TABELA 04: Número de matrículas em áreas de remanescentes quilombolas segundo modalidades de ensino e região (2013)	60
TABELA 05: Recursos disponíveis em escolas em áreas de remanescentes quilombolas (2013)	61
TABELA 06: Ervas encontradas nas comunidades quilombolas	116
TABELA 07: Dados característicos dos colaboradores da pesquisa	120
TABELA 08: Rotina nas comunidades	122
GRÁFICO 01: Números de produções em cada ano	38

SUMÁRIO

SEÇÃO I: INTRODUÇÃO.....	16
SEÇÃO II: REFERENCIAL METODOLÓGICO	26
2.2 Território e colaboradores da pesquisa.....	27
2.3 Método, instrumentos de coleta e análise de dados.....	29
SEÇÃO III: REVISÃO SISTEMÁTICA: JUVENTUDE QUILOMBOLA	33
3.1 Passo a passo no levantamento dos dados.....	34
3.2 Juventude quilombola nas produções científicas indexadas em diretórios de pesquisas. .	36
SEÇÃO IV: JUVENTUDES EM MOVIMENTO: DISCUSSÃO CONCEITUAL E LUTAS ESPECÍFICAS.	46
4.1: Juventude negra: luta e resistência.....	50
2.2: Juventude quilombola	59
SEÇÃO V: “DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS A REMANESCENTES QUILOMBOLAS ATUAIS”	66
SEÇÃO VI: IDENTIDADE OU IDENTIDADES? AS CONFLUÊNCIAS E VICISSITUDES DO DEBATE.	85
SEÇÃO VII: JUVENTUDES QUILOMBOLAS: TRAJETÓRIAS, MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE IDENTIDADES	92
6.1 História da luta pela Terra.....	92
6.2 Organização e características gerais dos quilombos	100
6.2 Estratégias de resistência: participação social e política dos jovens.	106
6.3 Processos de construção de identidades dos jovens quilombolas	111
6.3.1 Identidade quilombola.....	111
6.3.2 Identidades quilombolas.....	120
SEÇÃO VIII: CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	131
ANEXOS	147
Formulário Juventudes Quilombolas: Memória, Resistência e Construção de Identidades.	147
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	159
Título de Reconhecimento das Comunidades de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas	160
Certidão de reconhecimento de Palmares	161

SEÇÃO I: INTRODUÇÃO

Juventudes Quilombolas: Memória, Resistência e Construção de identidades é uma continuação de estudos desenvolvidos ao longo de sete anos junto às comunidades quilombolas do nordeste paraense. Essa jornada iniciou-se em 2011 quando fui aprovado para o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Castanhal. Por meio da disciplina Antropologia Educacional, ministrada pelo professor Dr. Assunção José Pureza Amaral, dei início a esse ciclo de estudos.

Durante a disciplina, fui designado com mais um grupo de alunos a visitar a Associação de Remanescentes Quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, situada no município de Inhangapi, no nordeste do Pará, distante cerca de 104 km da capital Belém. Essa visita, muito além de um trabalho acadêmico, me ajudou a superar estereótipos e preconceitos que tinha sobre a população africana e afro-brasileira, construídos durante toda a minha vida estudantil até esse momento. Dentre alguns preconceitos, a ideia de quilombo como fuga de escravos e a de espaço de “selvagens” propagadas e aceitas pela escola, tendo como forte influência a concepção do Conselho Ultramarino que os classificava como “toda habitação de escravos fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não se ache pilões nele” (ALMEIDA, 1996, p.12).

Os estudos sobre comunidades quilombolas dentro da disciplina Antropologia Educacional resultou em uma proposta de um Programa de extensão intitulado “Universidade no Quilombo: exercício de responsabilidade, recriação e ressignificação do ambiente”, aprovado nesse mesmo ano pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFPA). Nesse contexto, tive a oportunidade de atuar como bolsista entre os anos de 2012 a 2014, aprofundando meus conhecimentos sobre populações negras no Brasil, além de criar vínculos de amizade com os quilombolas das comunidades onde o Programa realizava atividades de extensão.

O Programa desenvolve atividades de pesquisa, extensão e ensino nas comunidades de Itaboca, Cacoal, Quatro Bocas, Pitimandeuá e São Pedro. Entre as atividades realizadas, incluem-se: brincadeiras africanas e afro-brasileiras, registro da história dos quilombos como forma de valorização, formações de professores, organização de encontros, seminários e grupo de estudos voltados a discussões e socializações das experiências desenvolvidas nos territórios quilombolas, apoio aos quilombolas para a realização ao Processo Seletivo Especial da UFPA e produções científicas (AMARAL, 2015).

Com a atuação nas atividades de extensão, comecei a desenvolver pesquisas sobre comunidades quilombolas, apresentando os resultados em seminários, simpósios e congressos

locais, regionais e nacionais, tendo sido agraciado, em 2012, com o Prêmio de Jovem Extensionista, concedido pela Universidade Federal do Pará, por meio da PROEX, e um Intercâmbio no ano de 2014 para a Universidade de Salamanca, na Espanha, em uma parceria entre a UFPA e o Banco Santander.

O vínculo com os estudos sobre quilombolas me instigou a fazer minha primeira Pós-Graduação, uma Especialização em Saberes africanos e afro-brasileiros no segundo semestre de 2015. Este curso gerou o trabalho “Histórias de Encantados: a Cobra Mariquinha”, que conta a história de uma cobra encantada que reside nas profundezas do rio Inhangapi, o qual atravessa o território da comunidade quilombola de Itaboca.

Esse curso foi realizado por meio da parceria entre o Programa Universidade no Quilombo, o Grupo de Estudos Sociedade, Cultura e Educação (GESCED)¹ e o Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM), primeiro Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da Região Amazônica, fundado em 16 de novembro de 2002 e vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/UFPA).

Após a conclusão do curso de Especialização, fui aprovado no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFPA), vinculado ao Instituto de Ciências da Educação (ICED). Assim, sob orientação da professora Dr.^a Lúcia Isabel da Conceição Silva, ingressei no Grupo de Estudos Adolescência, Juventude e Fatores de Vulnerabilidade e Proteção (GEPJUV)², sob sua coordenação. Daí, então, surgiu a proposta de pesquisar sobre juventude quilombola.

Pesquisar sobre juventude quilombola é um dos projetos que venho postulando há alguns anos, sobretudo após a defesa de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Pedagogia, intitulado ***“Cotas sim! Esmola não”: o processo seletivo especial quilombola da Universidade Federal do Pará na concepção de alunos aprovados entre os anos de 2012 a 2014 para o Campus Universitário de Castanhal***. Dentre as análises realizadas nesse estudo, evidenciou-se, através da fala dos sujeitos, diversas formas de racismo e discriminação aos

¹ Vinculado ao Programa Universidade no Quilombo, é encarregado de aprofundar os conhecimentos sobre quilombo, promovendo mensalmente rodadas de estudos temáticos (impérios africanos, histórias e movimento negros, quilombos ontem e hoje), além de discussões de filmes e documentários, nos chamados Cine-Quilombolas, conforme planejamento prévio e tácito entre os participantes.

² Tem como objetivos: contribuir com o avanço do conhecimento sobre Adolescência e Juventude na Amazônia e no Brasil; Organizar banco de dados sobre adolescência e juventude; Divulgar os resultados das pesquisas junto à comunidade através de cursos, palestras, exposições e debates; Orientar trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutoramento, pesquisas de iniciação científica e atividades de extensão voltados ao tema do grupo de pesquisa; Publicação dos resultados em eventos científicos e em revistas especializadas; Disponibilizar os dados para o domínio público; Atualizar constantemente o banco de dados. Informações disponíveis no diretório de grupos de pesquisas do Conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (CNPQ) acessado pelo endereço eletrônico: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6360568206173900>

quais os jovens quilombolas foram/são submetidos em seu processo de escolarização básica e superior.

Racismo e discriminação são práticas recorrentes na vida de jovens quilombolas, heranças de um país que tem em sua história a marca de um regime escravocrata, que, mesmo após mais de 120 anos de sua abolição, deixou diferenças estruturais entre sujeitos, colocando uns em posições privilegiadas e outros, como é o caso dos quilombolas, em condições desfavoráveis, sendo obrigados a viver sem o apoio de política pública.

As diferenças estruturais entre os sujeitos no Brasil, em especial no que tange à população negra e quilombola, são evidências comprovadas em meu TCC e em diversos artigos, ensaios e livros de autores distintos, como Munanga (2003); Gomes (2015); Amaral (2008); Almeida (2011); Moura (2014); Cunha Junior (2012); Treccani (2006); Funes (2000), Bezzer Netto (2001), Acevedo e Castro (1998) e Salles (2015). Segundo a literatura da área, o início dessas desigualdades remonta ao século XVI, com a colonização das Américas, e que é importante rememorarmos para, assim, podermos compreender as trajetórias, os conflitos e as estratégias de resistência utilizadas pelos quilombolas ao longo dos séculos no Brasil, entendendo seus direitos e reivindicações.

O projeto da escravidão no mundo, em especial nas Américas, sustentou-se através da ideia de raça, acreditando que haveria uma hierarquia entre os seres, na qual os brancos europeus estavam no topo, convencidos de terem evoluídos intelectual, cultural e psicologicamente em comparação a seres de outras cores, como negros, mestiços e índios (MUNANGA, 2003). Para sustentar essa tese de superioridade e consequentemente escravidão, “colonizadores” racistas utilizavam-se da teoria da seleção natural das espécies de Darwin para justificar sua dominação, distorcendo a teoria original para materializar uma pseudoteoria chamada de “darwinismo social”. O darwinismo social prega que alguns sujeitos evoluem naturalmente, tornando-se mais aptos, habilidosos e perspicazes, dando-lhes o direito de subjugar, explorar e dominar outros que porventura não atingiram esse estágio. No topo dessa pseudoteoria, estava a raça ariana (europeus), conferindo o direito a portugueses e espanhóis, sobretudo na América do Sul e na África, de dominar, subjugar e manter “práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados”, ou seja, entre ameríndios e africanos, pondo-os em relação de subordinação com os europeus (QUIJANO, 2005, p. 117).

A relação de subordinação sustentada pela ideia de raça deu início ao maior tráfico de pessoas já registrado no mundo, o de africanos(as) para colônias europeias nas Américas. O Brasil, colônia de Portugal no início do tráfico, foi um dos que mais recebeu africanos(as) para

serem empregados(as) em trabalhos escravos em fazendas, minérios e em espaços urbanos que demandavam tarefas mais pesadas.

O trabalho escravo, as condições insalubres, a imposição de uma monocultura, os castigos e outras violências geradas na/da escravidão provocaram diversas formas de resistência no país, dentre algumas: fugas, rebeliões, insurreições, morte de feitores, queimadas e a formação dos imponentes quilombos, que se transformavam em “uma espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos) [...]” (MUNANGA, 1995/96, p.63).

Para Nascimento (2013, p. 04) “A multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento, amplo e permanente”. Surgiu como uma alternativa à sociedade escravocrata, com uma organização política e econômica que se assemelhava a sociedades africanas. A manutenção dos quilombos se dava pela presença de líderes eminentes denominados “reis”, “rainhas” e “capitães”, que eram os responsáveis pela elaboração de estratégias contra as investidas dos soldados das capitanias, pela comercialização entre os quilombos, comerciantes das cidades e cativos de senzalas, assim como pela libertação de escravizados.

Por ter um caráter libertador, a formação dos quilombos perturbava a ordem e incomodava os escravagistas, por isso, aqueles foram perseguidos, destruídos e marginalizados, principalmente entre o período que compreendeu o Brasil colônia e Império. Com o fim da escravidão em 1888, por meio da assinatura da Lei Áurea, os quilombos deixam de ser o foco dos noticiários policiais, para agora, passarem a conviver de forma mais acentuada com a invisibilidade social, o racismo e a discriminação.

Com a extinção da escravidão no Brasil, os quilombolas, assim como todos os africanos e afrodescendentes residentes no país, buscaram sair da invisibilidade social e passaram a lutar pela conquista de direitos constitucionais. Entretanto, o que se viu foram negros e negras serem escorraçados(as) para os encostos das grandes cidades, em condições insalubres, sem direito à saúde, educação, trabalho e moradia (FERNANDES, 1972), tendo de conviver com a herança do racismo e o genocídio que se fazia cada vez mais presente com os estudos higienistas³ – eugenistas do início do século passado (NASCIMENTO, 1978).

O racismo, segundo Chiavenato (2012, p.150), tem sua base nos “preconceitos nascidos do trabalho escravo como fundamento ideológico que reduziu o negro a “ser inferior”, garantindo o “direito ético” das classes dominantes de usá-los sem considerar a sua condição

³ Os estudos higienistas afirmavam que o atraso do Brasil no final do século XIX e início do XXI se dava pela “mistura” dos arianos com os negros, sendo estes últimos tarjados como inferiores, que deveriam ser eliminados.

humana”. Ele (racismo) está intimamente ligado ao conceito de raça, ao darwinismo social, sendo um desdobramento das consequências dessa pseudoteoria. Para Munanga (2003), o racismo nasce e se sustenta quando um grupo se sobrepõe ao outro, definindo que seus traços culturais, linguísticos e religiosos são naturalmente superiores dadas suas características físicas e biológicas. Em suma, Munanga (2013, p.08) acrescenta que “o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural social com base em traços”.

O racismo, a exploração e a discriminação imposta à população negra no Brasil desencadearam diversas formas de resistência. Assim, para além dos quilombos, negros e negras organizaram-se em movimentos sociais, partidos políticos, agremiações carnavalescas e jornalísticas como forma de lutar pela garantia de direitos e igualdade entre os sujeitos, além da valorização de seus traços culturais e fenótipos

Para alguns autores como Nascimento (2013), Moura (2014), Gomes (2015) e Cunha Júnior (2012), uns dos primeiros movimentos sociais organizados no Brasil se deu com a formação dos quilombos. O quilombo, em sua forma de organização e atuação, influenciou grandes movimentos durante todo o século XX (e ainda no XXI), como o Movimento Negro (MN).

Movimento Negro, segundo Joel Rufino dos Santos, abrange:

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (1994, p. 157).

Segundo Treccani (2006, p.76), “ainda nos anos 30 e 40 do século passado, a Frente Negra Brasileira (FNB)⁴ abriu o debate sobre a questão do negro, defendendo que a abolição tinha sido um processo inacabado, que o estado brasileiro tinha uma dívida a se redimir”. Uma dívida que, durante todo século foi denunciada por movimentos posteriores como o da Imprensa Negra, que divulgava a situação de exploração e exclusão à qual negros e negras foram

⁴ “Em 16 de setembro de 1931, nasce em São Paulo uma das maiores entidades negras do século XX: a Frente Negra Brasileira. Vinha na esteira de diversas entidades que se formaram no início do século passado. Sua missão era a de integrar o povo afro-descendente à sociedade”. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=2913&lang=en> acessado em 07 de fevereiro de 2017.

submetidos no início da República; o Teatro Experimental do Negro (TEN)⁵, que buscava integrar a população negra frente às exclusões, por meio de práticas de valorização do povo afro-brasileiro; e o Movimento Negro Unificado (MNU)⁶, que convocou a população negra na década de 70 a lutar contra o fim das desigualdades e pelo reconhecimento de suas contribuições para a formação cultural do país. Em âmbito local, temos o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), que vem desenvolvendo desde a década de oitenta diversas atividades de valorização da cultura negra no Norte do país, bem como formação de líderes para o combate ao racismo.

Mesmo com toda resistência e organização da população negra no Brasil, só após cem anos da “abolição da escravidão”, o Estado brasileiro reconheceu sua dívida com esse povo. A Constituição Federal de 1988, sob pressão do MN, trouxe em seu texto: o Art. 05, parágrafo XLII, que institui o racismo como crime inafiançável; o parágrafo 1º do Art. 215 e o Art. 216, os quais versam sobre as diversas manifestações culturais (indígenas e afro-brasileiras, sobretudo) que devem ser protegidas pelo Estado; o parágrafo 1º do Art. 242, que salienta que o ensino de história deve levar em conta as influências dos diversos povos étnicos que compõem o Brasil; e o Art. 68, que, sem dúvida alguma, figura como um dos mais importantes ao definir: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Embora a redação desta Constituição contenha elementos significativos voltados à população negra, o “desinteresse do Estado” ainda coloca entraves para sua efetivação, sobretudo no que se refere ao Art. 68, sobre o qual discorrerei com mais atenção na seção V deste texto.

Apesar do artigo 68 ser uma das grandes conquistas na Constituição Federal de 1988, por devolver “aos descendentes dos antigos quilombos a propriedade dos territórios que lhes vai permitir ter acesso à cidadania plena” (TRECCANI, 2006, p.08), a omissão do Estado, bem como os procedimentos burocráticos para o reconhecimento desses territórios, permite-nos

⁵ “O Teatro Experimental do Negro (TEN) surgiu em 1944, no Rio de Janeiro, como um projeto idealizado por Abdias Nascimento (1914-2011), com a proposta de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e arte, bem como com a ambição de delinear um novo estilo dramático, com uma estética própria, não uma mera recriação do que se produzia em outros países”. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=40416> acessado em 07 de fevereiro de 2017.

⁶ O movimento negro Unificado (MNU) “nasceu em 07 de julho de 1978, quando as escadarias do Teatro Municipal de São Paulo foram palco do ato público que convocava homens e mulheres negros a reagir à violência racial a qual eram submetidos”. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=21311> acessado em 07 de fevereiro de 2017

afirmar que ainda estamos muito longe de sanar a dívida com a população negra no Brasil, em especial os quilombolas, foco desta pesquisa.

Hoje, assim como em séculos passados, as lutas dos quilombolas se desvelam principalmente sobre a garantia de seu território e pela manutenção de seus modos de vida. De acordo com Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p.04), “o sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam”.

Nos quilombos, a relação entre território e identidade são intrínsecas, uma vez que estão intimamente relacionadas à ancestralidade, ao sentimento de pertença a um grupo étnico e racial que lutou e resguardou seus modos de vida e território. A relação entre território e identidade, para Almeida (2011, p. 07), é “o sentimento positivo de pertencimento a uma dada unidade social que não dissocia radicalmente “política de reconhecimento” de “política de identidade”, compreendendo, enfim, direitos territoriais” revelados pelas diversas formas de uso comum da terra.

O uso comum da terra é uma prática que caracteriza as comunidades quilombolas e reafirma sua identidade. Para Nascimento (2013), a solidariedade, a convivência e práticas coletivas são dinâmicas presentes nos quilombos desde seu surgimento no século XVI, com traços bem peculiares que os difere da lógica neoliberal, que busca tornar tudo mercadoria.

Na defesa de seus costumes (e modos) de vida, os quilombolas constantemente são confrontados com grandes projetos de latifúndios, hidrográficos, portuários e de mineradoras que veem nos modos de produção da população quilombola, assim como na sua relação com o território, entraves para o “desenvolvimento econômico” do país. Esses projetos, em sua maioria financiados pelo agronegócio e pela pecuária, têm o respaldo do Estado, que atua diversas vezes como representante de grandes empresários e multinacionais, dificultando a efetivação dos direitos, ou mesmo tornando-se omissos ao que determina o Art. 68 da Constituição Federal de 1988 (ALMEIDA, 2011).

Como já colocado, a luta dos quilombolas por sua territorialidade é constante e acalorada, e se dá hoje também, na reivindicação de políticas negadas como saúde, educação formal e políticas de geração de renda em território quilombola, de forma a garantir a manutenção de sua história e cultura, fortalecendo-a. Essa luta também se faz pela diminuição da evasão de jovens de suas terras.

Os jovens, para os quilombolas, são a garantia da conservação e continuação de sua história e cultura. Por esse motivo, eles têm uma grande responsabilidade com os mais velhos, sobretudo, na manutenção da identidade quilombola, considerada não como uma identidade homogênea, mas de resistência, que se opõe à “identidade unificadora” imposta por meio da imposição de uma cultural nacional pensada e executada para manter as bases e sustentar a “chamada democracia racial brasileira”, que atua na manutenção do *status quo* (MUNANGA, 2003).

A identidade quilombola, longe de se sobrepor a outras identidades construídas e assumidas pelos sujeitos em ocasiões distintas, como salienta Woodward (2012), se constrói com base nas particularidades históricas e culturais dos quilombolas, sendo um importante mecanismo de garantia e defesa de suas territorialidades, subjugada e ameaçada cotidianamente pela ideologia dominante (SANTOS, 2015).

Com base nessas proposições, afirmo a importância de discutir “identidades”, em especial aquelas de caráter mantenedor e estratégico de luta e resistência, principalmente para os jovens quilombolas, que assumem sua identidade quilombola (em meio a outras que lhes atravessam) como um artifício para manutenção de sua história e cultura (BAUMAN, 2005). Por isso, buscarei fazer uma discussão cautelosa, sem neologismos e pactuação com conceitos hegemônicos de identidades (identidade unificadora, nacional e/ou legitimadora), nem mesmo essencialistas, que visam a regulamentação por meio da padronização e homogeneização como forma de dominação e controle (SILVA 2012; WOODWARD, 2012; CASTELLS, 1999).

Faço essa observação a respeito do termo *identidade*, pois compartilho de referências como Hall (2011), Bauman (2005) e Woodward (2012), os quais salientam que o conceito de “identidade” não pode ser definido e esgotado. Isso porque ele é aberto, contraditório, inacabado e imaginado, atravessado por diferenças e influenciado por um “poder cultural”.

Entendendo identidade dessa forma e observando a trajetória de luta e resistência dos quilombolas, algumas questões insurgem: Qual o papel da juventude na manutenção dos territórios quilombolas? Como se constrói o sentimento de pertencimento ao grupo étnico? Como se dá a construção das identidades e da identidade quilombola? Quais os processos de construção de identidades desenvolvidos pelos(as) jovens quilombolas nos confrontos entre as suas relações e práticas no contexto do quilombo e em territórios externos – e quais estratégias de resistência são geradas?

Partindo dessas indagações, formulou-se o seguinte objetivo da pesquisa: analisar os processos de construção de identidades desenvolvidos pelos(as) jovens quilombolas nos

confrontos entre as suas relações e práticas no contexto do quilombo e com territórios externos, assim como as estratégias de resistências que são geradas nesses processos.

Para se entender como se dá o processo de construção das identidades dos jovens quilombolas, que sem dúvida alguma perpassa pela aquisição de elementos simbólicos de sua cultura como uso comum da terra e práticas de solidariedade, formularam-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever as relações, rotinas e organização do quilombo de Itaboca;
- Mapear as estratégias de resistência (participação social e política dos jovens em associações, clubes, times, grupos) e caracterizar a inserção dos jovens quilombolas nesses processos;
- Identificar os processos de construção de identidades dos jovens quilombolas diante das relações e práticas vivenciadas no contexto do quilombo e em territórios externos.

Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa de campo junto aos jovens da Comunidade de Remanescentes Quilombolas de Itaboca e Quatro Bocas, que pertencem à Associação de Remanescentes Quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, situada no município de Inhangapi, nordeste paraense.

Exposto isso, finalizo sintetizando a estrutura da dissertação, a qual foi planejada a partir do pressuposto que melhor exemplifica o percurso desenvolvido na pesquisa, discutindo as categorias mais importantes. Dessa forma, o trabalho está organizado da seguinte maneira:

1ª Seção: Introdução que apresenta a delimitação/historicização da pesquisa; a justificativa do estudo, o interesse e a aproximação pessoal com o tema, bem como as questões norteadoras e objetivos geral e específicos.

2ª Seção: Referencial metodológico. Tem como objetivo expor o caminho para construção desta dissertação, elencando as etapas percorridas que vão desde o método, o levantamento bibliográfico que embasou a discussão teórica da pesquisa, os instrumentos de coleta e o tipo de análise usada.

3ª Seção: Revisão sistemática de literatura (RSL), que tem por objetivo investigar como vêm sendo produzidos estudos sobre juventude quilombola nos últimos anos. Através dessa revisão, apresentarei trabalhos levantados e posteriormente analisados sobre a população desta pesquisa, identificando como esses sujeitos vêm sendo abordados nas produções acadêmicas,

verificando também os principais estudos e lacunas que possibilitem o avançar desta dissertação.

4ª Seção: “Juventudes em movimento: discussão conceitual e lutas específicas”. Introduzirá as discussões de um dos principais conceitos desta pesquisa. Discorrerá sobre o conceito de juventude e a luta dos jovens por políticas públicas, com destaque aos jovens negros (as) e quilombolas;

5ª Seção: “De comunidades negras rurais a remanescentes quilombos atuais”. Traça a luta dos quilombolas contra o sistema escravagista e pela manutenção de suas territorialidades;

6ª Seção: “Identidade ou identidades? As confluências e vicissitudes do debate. Centrará nas discussões que giram em torno do processo de construção das identidades.

7ª Seção: “Juventudes Quilombolas: memória, organização e construção de identidades”. Reúne, organiza e analisa os dados coletados em campo, sendo, portanto, a parte central desta dissertação.

8ª Seção: As considerações finais tecem uma síntese dos resultados encontrados e analisados na dissertação.

SEÇÃO II: REFERENCIAL METODOLÓGICO

Definir um conjunto de regras e procedimentos a serem adotados para a realização de uma pesquisa é sempre uma das primeiras etapas construída pelos pesquisadores, pois deve conter um rol de concepções teóricas e técnicas que possibilitem a construção e o entendimento da realidade. A organização de concepções teóricas e técnicas de coletas de dados é o que chamamos de metodologia, que, de acordo com Minayo (1994, p.16), “deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática”.

Brandão (1987) salienta que uma boa descrição metodológica é importante para o desenvolvimento de uma pesquisa, para réplica de estudos posteriores e para sua. Portanto, descrever o método usado, o território investigado, os procedimentos de coleta e análise dos dados, assim como os colaboradores(as)⁷ se faz de suma importância, visto que possibilitará ao leitor uma visão mais ampla do percurso traçado na construção da pesquisa.

É importante frisar que, na construção metodológica desta dissertação, busquei aproximação e envolvimento com a juventude quilombola, compreendendo suas rotinas de trabalho, a maneira de se relacionarem entre si, com a floresta e o rio, suas conversas, os laços de amizade, seus comportamentos, suas reações emocionais e suas lutas (MALINOWSKI, 1978). Agindo dessa forma, procurei fugir do imediatismo, abrangendo a realidade dos(as) jovens de forma mais ampla, saindo do campo da aparência, indo ao encontro da essência (MARX, 1978). Mergulhei em seus modos de vida, historicizando-os e ouvindo suas vozes, de forma a “compreender o resultado de suas experiências e interações sociais” (AMARAL 2008, p. 29), como forma de compreender os processos de construção das identidades destes(as),

Brandão (1987), Malinowski (1978) e Minayo (2008) destacam a necessidade de dar protagonismo aos(as) colaboradores(as), entendendo que esses(as) são dotados(as) de *consciência histórica*. Tal elemento deve ser levado em consideração se não quisermos cair nas armadilhas da normatividade que vigora em nossa sociedade, levando-nos conclusões a partir de nossas próprias experiências de vida, como se fossem únicas e universais.

Ao tirarmos o protagonismo dos(as) colaboradores(as) na construção de sua própria história e identidade, estamos aderindo aos mesmos procedimentos adotados pelos colonizadores no início das “grandes descobertas”, que, não respeitando a heterogeneidade dos

⁷ O termo colaborador é usado por Brandão (1987) para se reportar aos informantes da pesquisa. Ele é usado sob o argumento de que, muito além de meros informantes ou interlocutores, os sujeitos são ativos na pesquisa, suscitando reflexões e apresentando questões novas.

povos, comunidades e nações, os nomearam segundo seus interesses na condição de “descobridores”. Foi o que aconteceu com os Incas, os Maias, os Astecas, os Tembés, os Jurunas, os Tupinambás e outros povos que passaram a ser chamados de índios nas Américas, ou com os Iorubas, Bantos, Fenícios, que passaram a ser chamados de negros, ou mesmos africanos (LOPES, 2011; QUIJANO 2005).

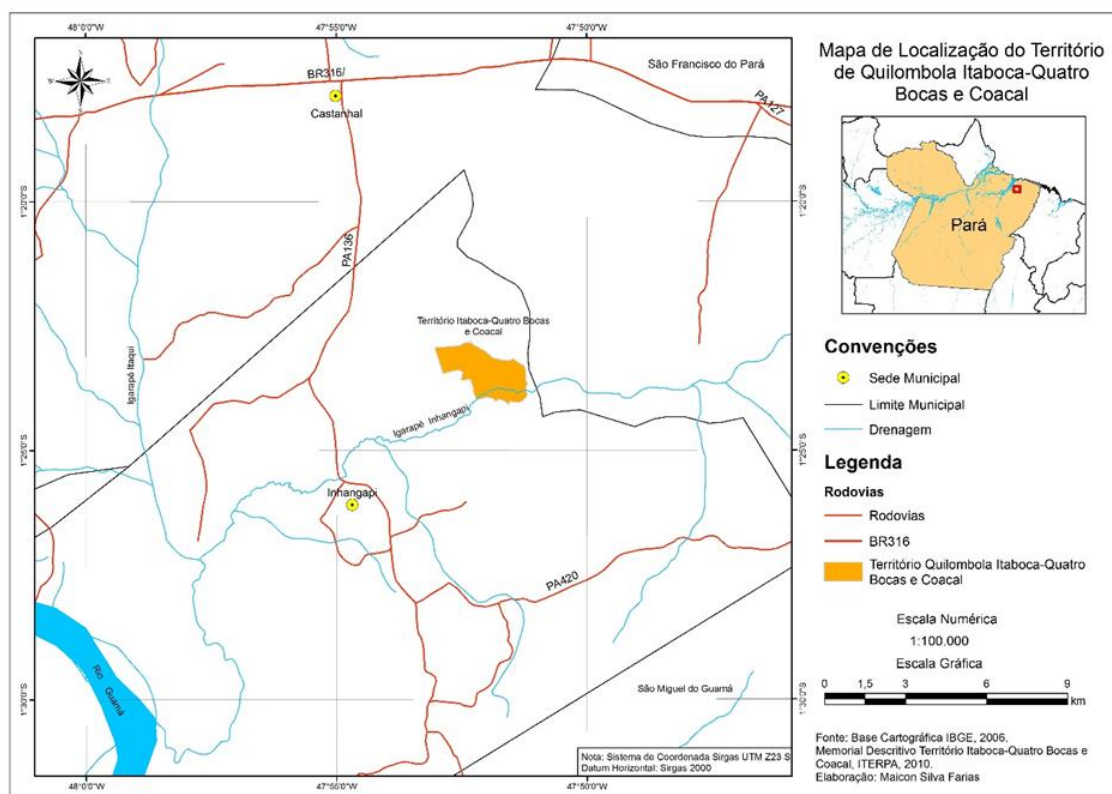
Construir uma dissertação com a “cara” dos jovens quilombolas, percebendo-os(as) como colaboradores(as) dotados(as) de *consciência histórica*, foi uma das principais razões que me instigaram a levar a cabo o projeto de pesquisa. Para tanto, buscou-se a interação com a juventude, abrindo-se mão de algumas formalidades que, porventura, pudessem engessar nossa visão, ou mesmo, dificultar minha inserção e interação com os sujeitos, o que poderia dificultar o entendimento e compreensão de suas especificidades no contexto do quilombo.

2.2 Território e colaboradores da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no território das comunidades de Remanescentes Quilombolas de Itaboca⁸, Quatro Bocas e Cacoal, que, juntas, compõem a Associação de Remanescentes Quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, criada em 05 de abril de 2004, tendo como presidente à época o senhor Sebastião Oliveira Gusmão. Seu território pode ser acessado através da PA-136, Km 09, entre os municípios de Castanhal e Inhangapi. Do Km 09 até a sede da associação, são mais 11 Km via ramal Itaboca.

⁸ O Nome Itaboca se deu pela “grande quantidade de tabocal (planta nativa da região) existente há 95 anos” (AZEVEDO, 2015, p.17).

MAPA 01: LOCALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ITABOCA



Fonte: Pereira, 2012.

Sobre o contingente populacional residente nas comunidades, baseio-me nas informações coletadas por Azevedo (2015) por meio da Agente Comunitária de Saúde do município de Inhangapi, no ano de 2015. Assim, conforme esses dados, o território da associação é composto por 72 famílias, com um total de 292 pessoas, sendo 154 homens e 138 mulheres (dados mais recentes em que tive acesso). Em outro levantamento realizado em 2017 como parte do trabalho de campo, foi contabilizado um contingente de 67 jovens de ambos os sexos, entre 15 a 29 anos residentes nessas comunidades. Um número expressivo de jovens, principais colaboradores desta pesquisa.

Dos 67 jovens identificados, foram selecionados sete (07) para um contato mais próximo, observando-se as seguintes orientações: 1) Jovem que ingressou na UFPA em 2017; 2) Jovem egresso(a) da UFPA em 2017; 3) Jovem que trabalha fora do quilombo; 4) Jovem que estuda fora do quilombo; 5) Jovem responsável pelo sustento da família; 6) Jovem que trabalha no quilombo; 7) Jovem inserido em movimentos ou associações.

Essas orientações foram pensadas para tentar identificar as diferentes trajetórias percorridas pelos(as) jovens, de forma a compreender as relações estabelecidas e que influenciam suas identidades, como sinalizado no objetivo geral desta dissertação. Além do mais, parto do princípio de que as identidades são forjadas, contestadas e cambiantes, sendo negociadas em diferentes contextos e de forma distinta, como aprofundarei na seção VI.

2.3 Método, instrumentos de coleta e análise de dados

Como forma de aproximação com a juventude quilombola da Associação de Remanescentes Quilombola de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, foram adotados princípios da pesquisa participante. Esse método caracteriza-se pela “interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas” (GIL, 2005, p. 56). Baseando-se nas orientações metodológicas, buscou-se a aproximação com a realidade e com os(as) colaboradores(as) investigados(as), uma vez que, mais que informantes, eles(as) são participantes ativos(as) no desenvolvimento do trabalho, sendo convocados a participarem “da investigação na qualidade de informante, colaborador ou interlocutor” (SCHMIDT, 2006, p.14).

Para Brandão (2006, p.46), esse tipo de pesquisa tem em seu pressuposto quatro fins:

- a) ela responde de maneira direta à finalidade prática a que se destina, como meio de conhecimento de questões a serem coletivamente trabalhadas;
- b) ela é um instrumento dialógico de aprendizado partilhado e, portanto, [...] possui organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora;
- c) ela participa de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber popular e, no limite, poderia ser um meio a mais na criação de uma ciência popular;
- d) ela partilha, com a educação popular, de toda uma ampla e complexa trajetória de empoderamento dos movimentos populares e de seus integrantes.

Trata-se de um tipo de pesquisa muito utilizado em investigações qualitativas, pois busca a comunicação interpessoal, importante para se alcançar o objetivo deste estudo. De acordo com suas orientações, busquei fazer articulações com os jovens no contexto do quilombo, compreendendo as relações que estabelecem dentro e fora dele, e que têm implicações diretas e indiretas na construção de suas identidades. Essas interações são importantes, pois, “na medida em que convive com o grupo, o observador pode retirar de seu roteiro questões que percebe serem irrelevantes do ponto de vista de seus interlocutores; consegue também compreender aspectos que estão aflorando” (MINAYO 2008 p.70).

Como suporte a esse método foi realizada uma pesquisa bibliográfica, reunindo o referencial teórico que orientou a construção desta dissertação, ajudando também na definição do problema e na discussão dos principais conceitos (identidade, quilombo e juventude). De acordo com Fonseca (2002, p.32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Para Gil (2005), a pesquisa bibliográfica agrega elementos importantes em uma pesquisa, isso porque ela possibilita ao investigador buscar informações muito mais amplas sobre temas investigados, indo desde estudos históricos até concepções distintas. Através desse modelo de pesquisa, ampliei meu campo de visão, compreendendo melhor o conceito de identidade, quilombo e juventude, abordados sob diferentes perspectivas e contextos.

Em complemento à pesquisa bibliográfica, foi realizada ainda uma pesquisa documental e um estudo de Revisão Sistemática de Literatura (RSL). De acordo com Fonseca (2002, p.32), a pesquisa documental “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas (...)”. Com auxílio dessa técnica, foram levantados documentos importantes sobre as comunidades (texto sobre a titulação da terra, ofícios e mapas), que foram utilizados para compreensão do *locus* da pesquisa e dos movimentos empreitados pelos quilombolas para a garantia de sua territorialidade, os quais, sem dúvida alguma, deixaram contribuições importantes para a compreensão de suas trajetórias e da formação das identidades dos jovens da comunidade investigada.

No que se refere ao estudo de Revisão Sistemática de Literatura, pode-se pontuar que este auxiliou no levantamento de trabalhos sobre jovens quilombolas em portais de periódicos e no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A RSL reuniu pesquisas acadêmicas que me ajudaram a identificar “temas que necessitam de evidências”, contribuindo nas discussões empreitadas no decorrer desta pesquisa (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p.84). Por sua amplitude e importância, este estudo constituiu a terceira seção desta dissertação.

Como procedimentos de coleta de dados foram utilizados mais três instrumentos: diário de campo, fotografia e formulário discutido. O primeiro “nada mais é que um caderninho, uma caderneta, ou um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevista em suas várias modalidades (MINAYO, 2008, p.71)”. O diário de campo foi utilizado para registrar todas as informações e observações colhidas durante as visitas às comunidades e fora dela, como as conversas informais, trabalho, relações dos quilombolas com a natureza, os animais e entre si, organização e história da comunidade, bem como as relações estabelecidas fora do território da comunidade.

O segundo suporte foram as fotografias, que me propiciaram elementos que talvez só palavras não seriam suficientes para revelar ou expressar (AMARAL, 2008), ou mesmo um campo de visão histórica do território e dos seus participantes. Para além disso, essas fotografias podem ser incorporadas em relatórios de investigação de forma a comunicar essa perspectiva” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.184). Por isso, essas fotos se fazem presentes neste texto, dando suporte à análise e ajudando-me na compreensão da formação das identidades dos(as) jovens quilombolas, haja vista que também expõem as relações destes com seu território (água, floresta e fauna) e com idosos, responsáveis na transmissão de elementos da história e cultura quilombola, essenciais no desenvolvimento de uma identidade em particular, a quilombola, artifício de luta e resistência por parte dessas comunidades.

Como terceiro suporte foi aplicado um formulário discutido contendo perguntas ordenadas sobre o objetivo proposto desta pesquisa. A aplicação do formulário foi feita individualmente com os(as) jovens, seguida de uma pequena conversa sobre as questões que apresentaram poucas informações, dada a “timidez” dos(as) jovens. Aliás, a escolha desse instrumento de coleta se deu após conversas feitas com os(as) jovens que se mostravam retraídos(as) quando eram entrevistados(as), principalmente, quando eram feitas por intermédio de câmeras fotográficas, áudio-gravadores e filmadoras. Para o formulário foram selecionados sete (07) jovens, como explicado anteriormente, e que tiveram seus nomes sob sigilo conforme acordado no termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), em anexo.

Em suma, o “formulário discutido” permitiu levantar e perceber questões relevantes sobre a trajetória da juventude quilombola, principalmente no que se refere aos processos de negociações desenvolvidos pelos quilombolas para valorização/construção de suas identidades, que foram evidenciadas com a observação participante *in locus*, como ensinam Malinowski (1978) e Brandão (1987a, 2006b).

Para tratamento dos dados coletados em campo, foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Para esta autora, “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens” (BARDIN, 1977, p.31). Esse tipo de abordagem contempla um conjunto de etapas que proporcionam o levantamento e o tratamento de indicadores enunciados por meio de falas e textos, ajudando o pesquisador a inferir as percepções postas pelo emissor da pesquisa sobre o tema abordado.

Para Bardin (1977), as inferências ajudam-nos a responder a dois questionamentos necessários em uma pesquisa, que são:

- o que é que conduziu a um determinado enunciado? Este aspecto diz respeito às causas ou antecedentes da mensagem;
- quais as consequências que um determinado enunciado vai provavelmente provocar? Isto refere-se aos possíveis efeitos das mensagens (por exemplo: os efeitos de uma campanha publicitária, de propaganda) (p.39).

Esses questionamentos são essenciais para o desdobramento da pesquisa, pois aguçam a reflexão por parte do pesquisador, ajudando-o “a compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração” (CÂMARA, 2013, p.182).

A análise de conteúdo propiciou um exame profundo dos dados coletados pela pesquisa. Isso porque esta tem a “necessidade de ultrapassar as incertezas (...) por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas” (CAVALCANTE, CALIXTO, PINHEIRO, 2014, p.13), ou seja, caminha para além da aparência, busca a essência.

Na próxima seção, será apresentada a Revisão Sistemática de Literatura, que, como exposto, foi construída inicialmente para ajudar a entender como a temática da juventude quilombola vem sendo abordada pela academia, mas acabou se tornando um norte no desenvolvimento deste trabalho, expondo os caminhos que podem ser trilhados para se avançar na discussão sobre essa juventude, em especial sobre suas identidades e trajetórias.

SEÇÃO III: REVISÃO SISTEMÁTICA: JUVENTUDE QUILOMBOLA

O estudo de Revisão Sistemática de Literatura é outra técnica que compõe a metodologia desta pesquisa, tendo como intencionalidade verificar como a juventude quilombola vem sendo discutida na produção acadêmica. Para alcançar esse objetivo, a RSL foi fundamental, pois me auxiliou na busca pela resposta a uma pergunta específica, com métodos sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar os estudos coletados de forma panorâmica (ATALLAH; CASTRO, 1998).

A RSL é um estudo preliminar, secundário, que, de acordo com Sampaio e Mancini (2006, p.81), “serve para nortear o desenvolvimento de projetos, indicando novos rumos para futuras investigações e identificando quais métodos de pesquisa foram utilizados em uma área”. Essa técnica propicia uma visão ampla das produções científicas desenvolvidas sobre um determinado assunto ou objeto de pesquisa indexadas em portais de periódicos, dando margem para o investigador compreender as principais análises, percursos metodológicos, lacunas e avanços do que se propõe a investigar.

As revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada terapêutica/intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras (SAMPAIO; MANCINI, 2006, p.84).

Com a RSL, busquei compreender o cenário das pesquisas sobre juventude quilombola, quais as abordagens e os métodos que vêm sendo utilizados para esses estudos, bem como as temáticas mais recorrentes e áreas com mais produções (tanto do conhecimento como de localidade espacial). Para o levantamento de trabalhos para análise desta RSL, foi realizada uma pesquisa no âmbito dos portais de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Rede de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (REDALYC), do Scientific Electronic Library Online (SciELO) e do Banco de Teses e Dissertações da CAPES. A escolha desses portais se deu após observações preliminares apontarem poucas produções em outras plataformas⁹, ou ainda, a inexistência de pesquisas sobre juventude quilombola. Sem delongas, nas próximas páginas descrevo o passo a passo para sua construção, os dados coletados e análise, que foram fundamentais na construção desta dissertação, orientando sua organização e discussão.

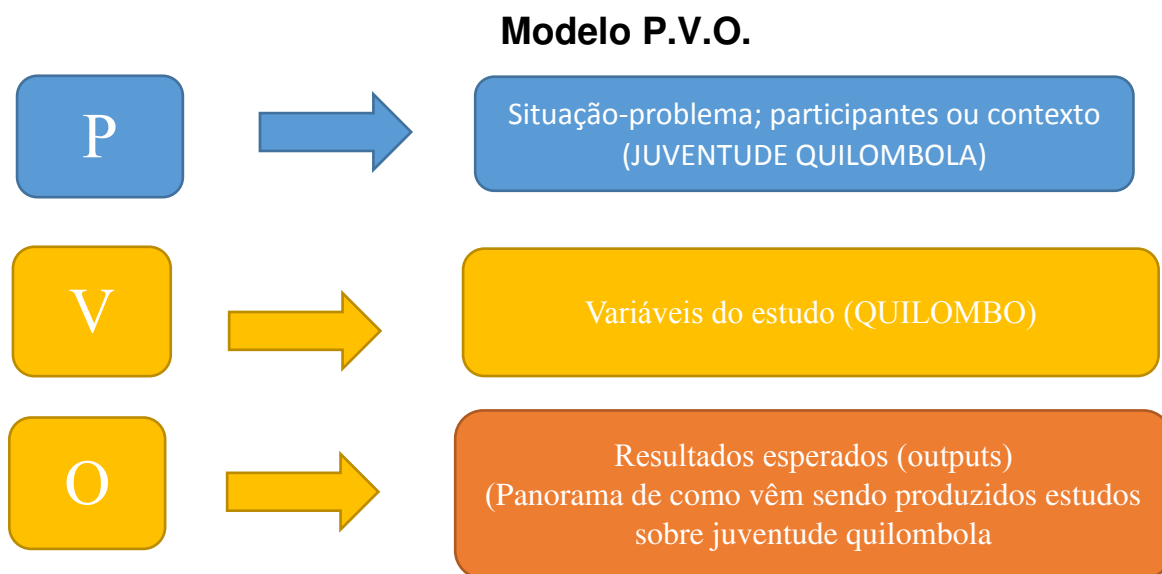
⁹ Outras plataformas, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Institute of Education Sciences (ERIC), também foram consultadas.

3.1 Passo a passo no levantamento dos dados

Na construção da RSL, seguiu-se o protocolo de RSL proposto pela colaboração Cochrane¹⁰, que, segundo Biruel e Pinto (2011), embora suas orientações sejam voltadas para o levantamento e análise de estudos clínicos, seu método pode ser adaptado para outras áreas do conhecimento.

Seguindo as orientações propostas pela Cochrane, o trabalho acompanhou as referidas etapas: 1) Formulação da pergunta (problema); 2) Localização e seleção dos estudos; 3) Avaliação crítica dos estudos; 4) Coleta de dados; 5) Análise e apresentação dos dados; 6) Interpretação dos dados; 7) Aprimoramento e atualização da revisão.

Para a formulação do problema, obedeceu-se ao delineado pelo modelo P.V.O, em que “P” significa a situação-problema; participantes ou contexto; “V” Variável e “O” outputs (resultados esperados) (RAMOS; SILVA e PONTES, 2015).



A definição dos descritores para localização de trabalhos em plataformas de buscas foi feita através de uma equação que estabeleceu cruzamentos entre as palavras-chave: Juventude, quilombola e quilombo¹¹, identificadas no tema da pesquisa. Essas palavras foram cruzadas,

¹⁰ É uma organização não-governamental sem fins lucrativos, que emprega um passo a passo para seleção e avaliação de artigos voltados à área da saúde. Mais informações sobre o centro Cochrane no endereço: <http://brazil.cochrane.org/o-centro-cochrane-do-brasil>

¹¹ É importante frisar que o tema mais amplo (juventude quilombola), em contraponto ao afinilamento que poderia trazer identidade, trajetórias, conflitos e resistência como palavras-chave, se deu pela baixa produção percebida em estratégias de coleta de dados anteriores a essa.

utilizando os operadores Booleanos¹² (AND e/ou OR) acrescidos de sinônimos ou equivalentes das mesmas (Quadro 01), como estratégia para levantar o maior número possível de fontes relacionadas ao objeto em questão.

Equação: “(Juventude OR adolescente OR jovens) AND (quilombola OR mocambeiro OR quilombo OR mocambo)”

Quadro 01: Equação

JUVENTUDE	QUILOMBOLA	QUILOMBO
Jovens or	Mocambeiro	Mocambo
Adolescentes		

Após a construção da equação de busca, surgiram 12 cruzamentos: *Juventude AND quilombola*, *Juventude AND quilombo*, *Juventude AND mocambeiro*, *Juventude AND mocambo*, *Jovens AND quilombo*, *Jovens AND quilombola*, *Jovens AND mocambo*, *Jovens AND mocambeiro*, *Adolescentes AND quilombola*, *Adolescentes AND quilombo*, *Adolescentes AND mocambeiro*, *Adolescentes AND mocambo*, que foram usados nos diretórios de periódicos da CAPES, REDALYC e (SciELO), assim como no Banco de Teses e dissertações da (CAPES)

Posteriormente à definição dos descritores e seus cruzamentos, utilizaram-se os seguintes critérios de inclusão para a coleta dos dados: **1º** conter no título os descritores propostos; **2º** o artigo¹³, dissertação ou tese deve estar completo e disponível; **3º** os artigos devem ter sido revisados por pares; **4º** As pesquisas podem ser empíricas ou teóricas; **5º** Os trabalhos precisam estar em idioma português brasileiro;

Com a intencionalidade de coletar o maior número possível de trabalhos, não foi delimitado período de publicação, assim como área de conhecimento. Essa estratégia foi escolhida para não excluir nenhuma pesquisa até a finalização da RSL.

¹² “Os operadores lógicos de pesquisa ou operadores booleanos relacionam as palavras ou grupos de palavras no processo de elaboração da pesquisa. Estes operadores são: AND - OR - AND NOT”. Definição disponível no site <http://revistas-hisa.bvs.br/help/operadores.htm> acessado em 20 de fevereiro de 2017.

¹³ Em um primeiro momento foi definido que a RSL iria trabalhar apenas com artigos, mas o pouco número de trabalhos coletados (05) redefiniu esse critério, acrescentando dissertações e teses.

A justificativa para se trabalhar apenas com artigos revisados por pares deu-se pelo rigor científico ao qual essas pesquisas são submetidas, passando por análises de especialistas que revisam a produção, garantindo a credibilidade das mesmas (dados). Enquanto dissertações e teses, a princípio, são submetidos a análises criteriosas em suas bancas examinadoras, não sendo necessário passar por esse “ajuizamento”.

Para avaliação das publicações, levou-se em consideração as seguintes indagações: Como a juventude quilombola vem sendo abordada pela comunidade científica? Quais estudos (temáticas mais recorrentes)? Quais metodologias são realizadas nesses estudos? Onde estão sendo publicadas essas pesquisas? Em que ano se verifica maior produção desses estudos? Quais lacunas e potencialidades podem ser identificadas nos estudos sobre essa população?

É importante salientar que a RSL ora proposta passou pelo julgamento de dois juízes¹⁴, os quais sinalizaram de forma positiva para o acréscimo deste estudo como uma revisão sistemática. Exposto isso, e seguindo os procedimentos metodológicos descritos, apresentarei os dados que foram coletados e organizados em tabelas e gráficos apresentados a seguir.

3.2 Juventude quilombola nas produções científicas indexadas em diretórios de pesquisas

A RSL apresentada teve dois momentos no levantamento de dados. O primeiro, realizado em 17 de janeiro de 2017, focalizou periódicos indexados na plataforma de diretórios de periódicos da CAPES, REDALYC e SciELO. O segundo levantamento foi realizado no dia 20 de fevereiro e se deu no âmbito do banco de Teses e Dissertações da CAPES.

No primeiro levantamento, foram coletados 429,954¹⁵ artigos (CAPES: 177; SCIELO: 10; REDALYC: 429. 774). Nessa primeira triagem foram excluídos 429,949, sendo 429,947 por não atenderem aos critérios de inclusão e dois (02) por estarem duplicados, restando, assim, apenas cinco (05) artigos para posterior análise (ver diagrama 01). O número reduzido de artigos nessa primeira coleta suscitou a necessidade de acréscimo de novos trabalhos, de forma a dar consistência à revisão.

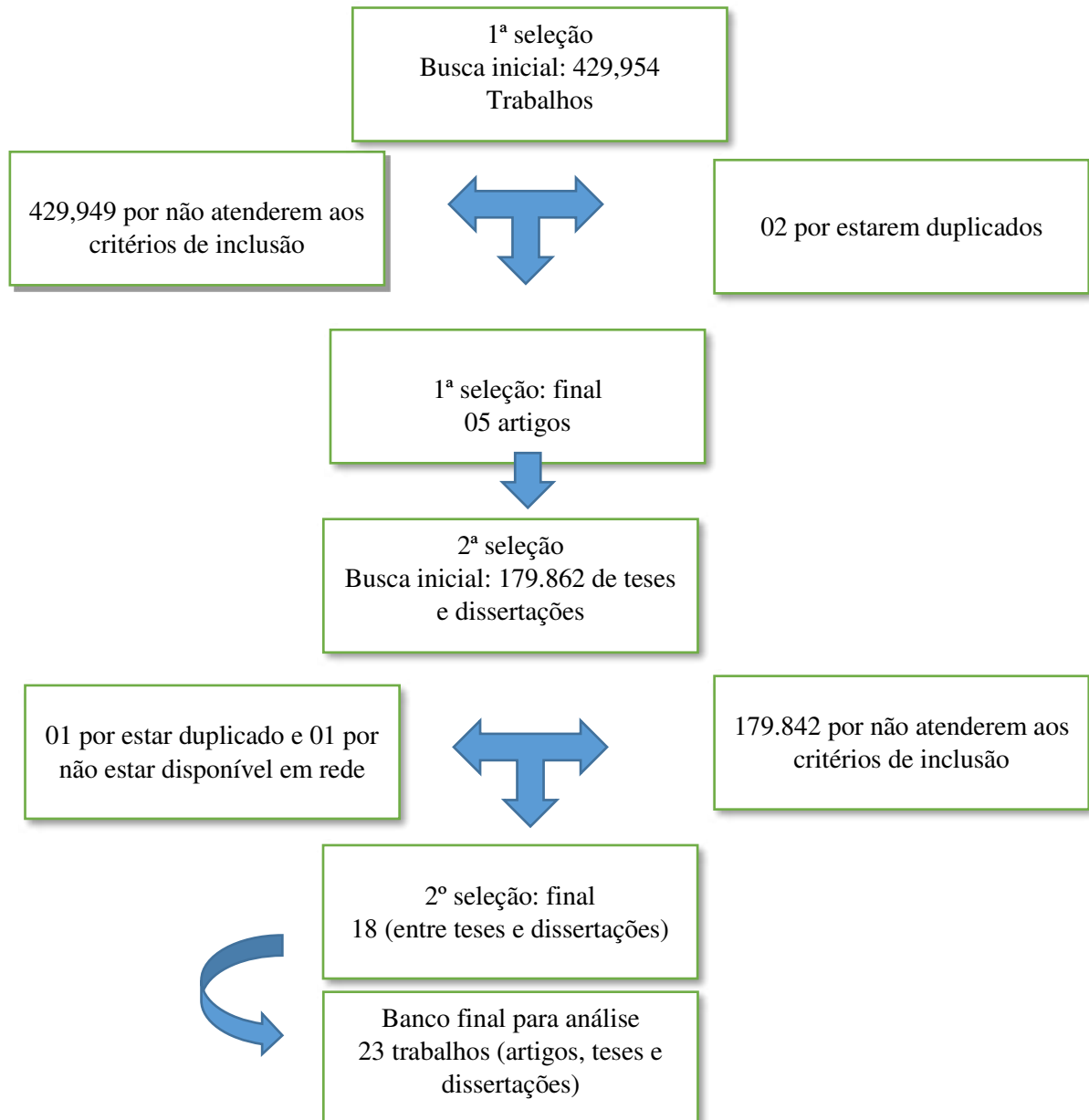
Na segunda coleta, foram encontrados 179.862 trabalhos, entre teses e dissertações, no Banco CAPES, dos quais uma (01) tese foi excluída por não estar disponível em rede e outras 179.842 por não atenderem aos critérios de inclusão, restando assim 19 trabalhos (Dissertações:

¹⁴ Pesquisadores da área.

¹⁵ O número acentuado de trabalhos iniciais se deu em virtude de a plataforma REDALYC não dispor de todos os refinamentos disponíveis nas plataformas anteriores (CAPES e SCIELO), principalmente no que se refere ao critério que refina a busca por “descritores no título”.

16; Teses: 03). Exposto isso, o banco final para análise dessa revisão ficou composto por 23 pesquisas, como apresento no diagrama 01, a seguir:

Diagrama 01: Esquema de seleção do número final de estudos para análise

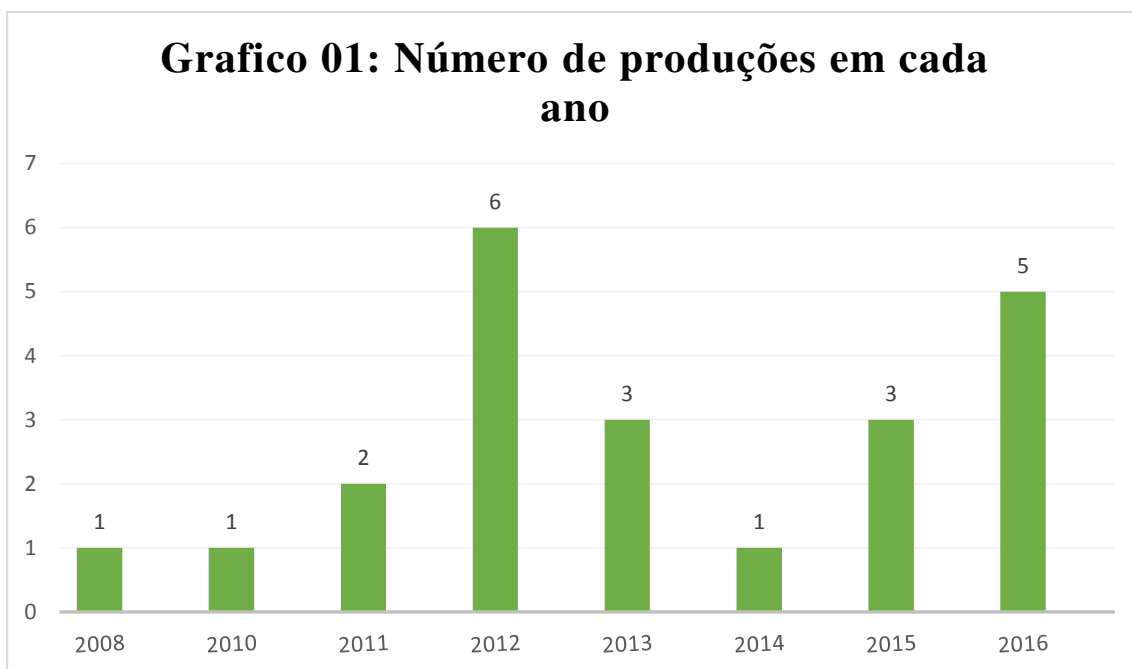


23 estudos compõem o banco de dados final desta RSL, sendo: cinco (05) artigos, 16 dissertações e duas (02) teses de doutoramento (ver tabela 01). Constata-se o trabalho de Macedo (2008) como o mais antigo a abordar o tema juventude quilombola como objeto de investigação, embora possa haver outros que não estejam em evidência nesta RSL, por não

atenderem aos critérios de inclusão definidos. Nesse contingente de trabalhos, o ano de 2012 é o que mais apresenta publicações, seis (06) no total (ver gráfico 01).

TABELA 01: RESULTADO FINAL, SEGUNDO TIPO DE DOCUMENTO, AUTOR E ANO

Tipo de documentos	Autores / ano
Dissertações	SILVA, (2014); FIGUEIREDO (2013); SILVA, (2016); COELHO, (2013); SANTANA, (2016); FREIRE, (2012); BASTOS, (2009); PEREIRA, (2012); ALVES, (2015); CUPERTINO, (2012); SANTOS, (2015); FERNANDES (2013); SANTOS, (2015); MACEDÔ, (2008); SANTOS, (2016); CARDOSO, (2011).
Teses	LAITANO, (2012); SILVA, (2012).
Artigos	SILVA e MENEZES, (2016); SANTOS, FÉLIX, e MORAIS, (2012); SILVA e MENEZES, (2016); VALENTIM, TRINDADE e MENANDRO, (2010); SILVEIRA e SILVA, (2011).



Fonte: SANTOS (2017)

O que se observa neste gráfico é que trabalhos publicados sobre juventude quilombola ainda são muito recentes (o primeiro data do ano de 2008). No que se refere ao item região de publicação, destaca-se o Nordeste, com 10 pesquisas, ou seja, 44% do total. Em uma análise por estado, a Bahia aparece como a que mais pesquisou sobre o tema investigado (Juventude quilombola), com cinco (05) publicações, um número baixo se considerarmos que esse estado concentra o maior número de comunidades quilombolas reconhecidas no país¹⁶. Observando a Região Norte, o número de produções é ainda menor; há apenas uma (01) pesquisa desenvolvida no Pará, por Pereira (2012), que, por sinal, está vinculada ao mesmo programa de pós-graduação da UFPA do qual faz parte o autor desta dissertação. A baixa produção na região Norte contrasta com o alto número de comunidades quilombolas situadas nesta localidade (cerca de 365 tituladas), que juntas somam 12% do total nacional.

No item produção e publicação, observa-se uma certa predominância dos Programas de Pós-Graduação em Educação no interesse pelo estudo, pois, dos 23 trabalhos, 48% estão concentrados nesta grande área do conhecimento (ver tabela 02).

¹⁶ Ver: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/quadro-geral-15-05-2017.pdf>

TABELA 02: TRABALHOS SEGUNDO SUAS REGIÕES, PROGRAMAS E REVISTAS

Região	Quantidade	Programa/revista
NORTE	01	1. Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal do Pará (UFPA);
NORDESTE	10	3. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc, Universidade do Estado da Bahia (UNEB); 1 Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz – (BA); 1 Programa de Pós-Graduação Escola de Enfermagem na área de Concentração Gênero, Cuidado e Administração em Saúde da Universidade Federal da Bahia – UFBA; 1 Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); 1 Programa de Pós-Graduação em Educação – POSEDUC da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; 1. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC); 1. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) 1. Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA);
CENTRO OESTE	02	2 Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT);
SUDESTE	05	1 Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Letras – Linguagem Cultura e Discurso – da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR); 1 Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); 1 Revista Saúde em Debate – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (RJ); 1 Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV); 1 Programa De Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF)
SUL	04	2. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); 2 Revista de Psicologia da PUCRS (RS);
COLÔMBIA	01	1 Revista Latinoamericana de Ciencias sociales, Ninez y Juventud
TOTAL		23

No item metodologia, identificou-se que 100% são de natureza empírica, com acréscimo bibliográfico nos trabalhos de Laitano (2012) e Cupertino (2012), que assim os definem. Quanto ao tipo de pesquisa, 91%, ou seja, 21 trabalhos seguem o modelo qualitativo, com exceção dos trabalhos de Cardoso (2011) e Santana (2016), em que o primeiro é de cunho quantitativo e o segundo é quanti-qualitativo. É importante destacar, nessa primeira análise da metodologia, a predominância da abordagem qualitativa, que se mostra uma alternativa muito usada nos estudos sobre juventude quilombola, pois não se preocupa com representação numérica, ao contrário, trabalha com significados, aspirações, crenças e valores que são processos mais profundos que não podem ser reduzidos e quantificados (MINAYO, 2008); portanto, uma abordagem interessante para o desenvolvimento desta pesquisa.

No que se refere à categoria método de pesquisa, há predominância do método etnográfico, que se observou em nove (09) trabalhos, seguido pelo estudo de caso e a observação participante, com três (03), além do método de triangulação de Minayo e a história oral, que se fizeram presentes cada um em uma (01) pesquisa. Os demais trabalhos (SILVEIRA e SILVA, 2011; VALENTIM, TRINDADE e MENANDRO, 2010; SANTOS, FÉLIX e MORAES, 2012; LAITANO, 2012; CARDOSO, 2010; BASTOS, 2009) não deixaram clara a abordagem utilizada, dificultando assim a réplica de novos estudos ou mesmo a comparação de dados de pesquisa (SACCO; DE PAULA COUTO; KOLLER, 2016).

Ainda no item metodologia, especificamente na categoria procedimentos de coleta de dados, verificou-se uma variedade de instrumentos (ver tabela 03), com predominância da entrevista semiestruturada e da observação participante, em que a primeira pode ser vista em treze (13) pesquisas, e a segunda, em oito (08). No que tange à análise dos dados, verificou-se que onze (11) trabalhos não deixaram clara a metodologia utilizada nesta etapa da pesquisa.

TABELA 03: PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Autor/ano	Procedimento	Análise
SILVA, KLEIDE IRACI MARQUES SILVA (2014)	Observação, entrevista semiestruturada, questionário, diário de campo e registros fotográficos	Análise de conteúdo por temática
FIGUEIREDO, Namar Oliveira Silva (2013)	Entrevista e questionário	Análise de discurso
SILVA, Samia Paula Dos Santos (2016)	Observação livre e entrevistas semiestruturadas	Não explícito
COELHO, Raimunda Ferreira Gomes (2013)	Observação participante e a entrevista não estruturada individual e em grupo	Análise informal
SANTANA, Katiuscy Carneiro (2016)	Entrevista semiestruturada e a qualitativa por meio de grupos focais	Análise de conteúdo
FREIRE, Maíra Samara de Lima (2012)	Observação participante, entrevista semiestruturada e questionário.	Rede social de Barnes e microanálise
BASTOS, Priscila da Cunha (2009)	Entrevista semiestruturada	Não explícito
PEREIRA, Ricardo Augusto Gomes (2012)	Entrevista semiestruturada	Análise de conteúdo
ALVES, Aline Neves Rodrigues (2015)	Entrevista focal, técnica participativa denominada "arvore dos sonhos" e produções mentais	Não explícito
CUPERTINO, Maria Cristina (2012)	Observação participante e entrevista temática	Não explícito
SANTOS, Elizete Gonçalves dos (2015)	Pesquisa bibliográfica, observação participante, entrevista estruturada e oficina temática	Não explícito
FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues (2013)	Acervos iconográficos, referências bibliográficas nacionais e internacionais, entrevistas semiestruturadas realizadas com os professores, coordenador e diretor da escola da "cidade", análises de desenhos projetivos feitos pelos jovens de Boitaraca e pelos jovens de Nilo Peçanha, observações e a realização de oficinas lúdico-estéticas baseadas no repertório sócio-histórico de Boitaraca	Não explícito
SANTOS, Pedro Fernando dos (2015)	Narrativas de memória e entrevista	Não explícito
MACEDÔ, Dinalva de Jesus Santana (2008)	Observação participante, entrevistas semiestruturadas, diário de campo, uma técnica com os/as alunos/as intitulada Conversando através do espelho, reuniões,	Análise de conteúdo na modalidade temática

	análise da proposta pedagógica da escola, conversas informais e história oral.	
SANTOS, Zizele Ferreira dos (2016)	Questionários, fotografias, entrevistas semiestruturada e observação participante.	Não explícito
CARDOSO, Raimundo Luis Silva (2011)	Formulário	Não explícito
LAITANO, Gisele Santos (2012)	Diário de campo, formulário, fotografia, entrevista semiestruturada e conversas informais	Não explícito
SILVA, Jovânia Marques de Oliveira e (2012)	Formulário, entrevista semiestruturada, observação da história de vida	Análise de narrativas
SILVA, Roseane Amorin da; MENEZES, Jaileila de Araújo (2016)	Observação participante e entrevista semiestruturada	Não explícito
SANTOS, Maria de Fátima de Souza; FÉLIX, Livia Botelho; MORAIS, Edclécia Reino Carneiro de (2012)	Entrevista semiestruturada	<i>Software Alceste</i>
SILVA, Roseane Amorin da; MENEZES, Jaileila de Araújo (2016)	Observação participante e entrevista semiestruturada	Análise crítica do discurso e da interseccionalidade de gênero, geração, classe social e raça/etnia.
VALENTIM, Renata; TRINDADE, Zeidi Araújo; MENANDRO, Maria Cristina Smith (2010)	Entrevista semiestruturada	Análise de conteúdo
SILVEIRA, Emília Santiago, SILVA, Kalina Vanderlei (2011)	Entrevista estruturada e grupo focal	Análise de conteúdo

Fonte: SANTOS (2017)

Verifica-se, ainda, que 14 trabalhos têm algum tipo de lacuna na descrição da metodologia usada, seja no método abordado (como citado no parágrafo anterior) ou mesmo na técnica de análise dos dados (a saber: SILVA, 2016; BASTOS, 2009, ALVES, 2015; CUPERTINO, 2012; SANTOS, 2015; FERNANDES, 2013; SANTOS, 2015; SANTOS, 2016; CARDOSO, 2011; LAITANO, 2012; SILVA e MENEZES, 2016).

Na verificação dos trabalhos, também se observou que 48% dos autores (a saber: SILVA, 2016; SANTANA, 2016; SANTOS, 2015; MACEDO, 2008; SANTOS, 2016, CARDOSO, 2011; SILVA e MENEZES, 2016; SANTOS, FÉLIX e MORAIS, 2012; SILVA, MENEZES, 2016; VALENTIN, TRINDADE E MENANDRO, 2010; SILVEIRA E SILVA;

2011) não deixaram em evidência o sexo dos(as) participantes da pesquisa, preocupando-se apenas com o número final de envolvidos(as), abdicando de um importante dado que poderia ser usado na compreensão dos colaboradores e colaboradoras, no caso deste estudo, de suas identidades, por exemplo.

Outro item abordado nessa RSL refere-se aos temas tratados nas pesquisas sobre a juventude quilombola, em que se constata uma certa inclinação para estudos relacionados à identidade dos jovens, tendo surgido como objeto de estudo em 43% dos trabalhos (SILVA, 2015; FIGUEIREDO, 2013; SILVA, 2016; COELHO, 2013; FREIRE, 2012; BASTOS, 2009; PEREIRA, 2012; ALVES, 2015; MACEDO, 2008; LAITANO, 2012). Outros trabalhos refletem sobre serviços de saúde voltados aos adolescentes quilombolas (SANTANA, 2016; CARDOSO, 2011; SILVA, 2012; SILVA e MENEZES, 2016a, 2016b; SILVEIRA e SILVA, 2011), gênero (SANTOS, 2015), Território (CUPERTINO, 2012), educação e saberes tradicionais (FERNANDES, 2013; SANTOS, 2015) política e representação (SANTOS, 2016; SANTOS; FÉLIX e MORAIS, 2012, respectivamente).

Dos trabalhos investigados que versam sobre identidade, os resultados apontam para três (03) variáveis (principalmente as que podem ser encontradas em mais de um trabalho), que se sobressaem como recorrentes nas considerações das pesquisas.

A primeira, encontrada nos trabalhos de Silva (2014), Figueiredo (2013), Silva (2016), Pereira (2012) e Laitano (2012), faz referência à relação campo/cidade. Segundo os autores, a complexidade concebida nesses dois universos sociais propicia experiências distintas na construção das identidades dos jovens quilombolas, tendo em vista que essa identidade é “negociada” nas múltiplas interações ocorridas nesses contextos (SILVA, 2014; HALL, 2011).

A segunda variável investiga o papel da escola no processo de construção da identidade dos jovens. Para os(as) pesquisadores(as) Coelho (2013), Alves, (2015) e Macedo (2008), a escola, sobretudo as situadas em territórios quilombolas, embora se esforcem para trabalhar a história e culturas africana e afro-brasileira, não conseguem ir além do currículo oficial, reproduzindo, assim, um modelo educacional monocultural, que, segundo os estudiosos, tem implicações na construção das identidades da juventude quilombola (MACEDO, 2008).

A terceira variável refere-se à atuação política dos(as) jovens. Segundo Freire (2012), Silva, (2014), Silva, (2016), Bastos (2009), Alves, (2015), é esperada uma maior participação desses(as) sujeitos em espaços de debates e de lutas voltadas para a garantia de direitos e a manutenção da história, cultura e costumes dos quilombolas.

Essas três variáveis demonstram um vasto campo de possibilidades a ser traçado para se compreender os processos de construção das identidades, que, longe de serem estáticos e passivos, ocorrem em meio a infinitas possibilidades, o que lhes tornam complexos, desafiadores e inesgotáveis.

A percepção dessas variáveis permitiu afunilar e desenhar melhor o objeto e questões para este estudo, buscando, assim, a interseção na compreensão do desenvolvimento das identidades dos(as) jovens quilombolas das comunidades pesquisadas. Com a RSL, algumas perguntas foram surgindo, dentre elas: como as relações no contexto do quilombo e fora dele influenciam na construção das identidades? Qual o papel dos saberes tradicionais e da educação formal na formação das identidades desses(as) jovens? Em que medida a organização e/ou a atuação política dos jovens influenciam no desenvolvimento das identidades, em especial a quilombola? Essas e outras indagações citadas na introdução desta dissertação foram sintetizadas nos objetivos já descritos.

Os resultados encontrados pela RSL, além de orientarem esta pesquisa, ainda expuseram dados importantes de estudos sobre a juventude quilombola, como por exemplo, o baixo número de trabalhos (23), (talvez pelas orientações elencadas e seguida nesta RSL com seus critérios de inclusão e exclusão), bem como a pouca publicação na região Norte (01), o que contribui para justificar a relevância do presente estudo.

A RSL também revelou a necessidade de uma avaliação criteriosa dos estudos, permitindo uma visão ampla, que vai desde os objetivos traçados à metodologia usada, possibilitando, assim, posteriores replicações. Ademais, mostrou uma gama de possibilidades para pesquisas com a juventude quilombola, descortinando as diferentes frentes, tais como: a relação quilombo/cidade, escola/quilombo, quilombo/saúde, quilombo/mundo do trabalho e a forma como tais relações incidem na vida dos jovens. Essas relações serão abordadas na próxima seção, na qual discutirei primeiramente o termo juventude de forma ampla, observando as diferentes concepções em seu entorno, para, então, destacar as lutas específicas de jovens negros(as) e quilombolas, que reivindicam políticas públicas voltadas à valorização de suas identidades, modos de vida, história e cultura.

SEÇÃO IV: JUVENTUDES EM MOVIMENTO: DISCUSSÃO CONCEITUAL E LUTAS ESPECÍFICAS

Estudos sobre juventude vêm se tornando cada vez mais recorrentes nos últimos anos, ressurgindo como pautas de investigações em diversas áreas do conhecimento, sobretudo entre o final do século XX e início do XXI, em que os (as) jovens passaram a assumir progressivamente o protagonismo na luta por políticas públicas.

Para Brummer (S/D), Boghossian e Minayo (2009), o aumento de produções sobre juventude decorre do protagonismo dos jovens nas últimas décadas, sobretudo após a organização de diversos coletivos e marchas voltadas a reivindicações de projetos e políticas públicas de geração de renda, saúde, educação e lazer. Esse protagonismo é importante para desfazermos alguns preconceitos e estereótipos que giram em torno da juventude, em especial os que interferem “na nossa maneira de compreender os jovens” (DAYRELL, 2003, p. 40).

Uma das dificuldades em se discutir juventude refere-se às classificações atribuídas aos jovens, difundidas por estudos que se reportam a essa fase, ora como um período transitório de passagem da infância/adolescência para o mundo adulto, ora como uma fase marcada por mudanças físicas/psicológicas, como idade, mudanças físicas/biológicas e comportamentais; bem como por definições substancializadas e adjetivadas, como *transformadora*, *inexperiente* e *sensível* (CASTRO, 2005).

Essas classificações sobre juventudes são amplamente questionadas e discutidas, embora ofereçam elementos importantes para análise, como a demarcação de sujeitos atingidos por determinada política pública. Mesmo assim, autores como Souza e Simonetti (2014) tecem diversas críticas a essas classificações, por entenderem que elas buscam “homogeneizar o conceito de juventude a partir de limites mínimos e máximos de idade, respaldando-se em uma compreensão de que a juventude é um momento de **transição** da adolescência para o mundo adulto” (p. 05 grifo nosso), o que desconsidera “os diferentes significados que esse termo pode aderir de acordo com o contexto histórico, social, econômico e cultural vigente” que o(a) jovem pode estar inserido(a) (SILVA; SILVA, 2011, p. 664).

Em consonância com essas classificações em torno dos(as) jovens, as organizações internacionais como Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) delimitam a juventude como um período transitório que se inicia aos 15 e se encerra aos 24 anos. No Brasil, existe a Lei nº12.852, de 05 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, no âmbito do qual se define que a juventude compreende o período de 15 a 29 anos (BRASIL, 2013).

Essas classificações reforçam as orientações cartesianas que circulam nas universidades, que, em oposição a outras percepções que visam o sujeito em sua totalidade, orientam seus estudos sobre os jovens com base em marcações, sendo a faixa etária um elemento determinante. Esse modelo baseado na faixa etária, ainda que forneça contribuições importantes, principalmente no que se refere à definição de sujeitos atingidos por determinadas políticas públicas, como já sinalizado, desfoca nossa visão, dificultando a percepção da diversidade existente na juventude, como é o caso de jovens que se alinham a diferentes grupos na sociedade, como os roqueiros, góticos, homossexuais e quilombolas, que vivenciam essa “fase” de forma distinta, tendo como base sua realidade e interação social.

Como citado em parágrafos anteriores, a faixa etária não é o único problema que envolve os estudos sobre juventude. Há, também pesquisas que se referem aos jovens como uma fase de mudança de características físicas/biológicas e de comportamento. No que tange às características físicas, ocorrem a mudança de voz, aumento dos seios (nas meninas), do pênis (nos meninos) e o início da puberdade. No que se refere às mudanças comportamentais, há o amadurecimento de interesses e atitudes, assim como a tomada de decisões como características (BRUMMER, s/d; CASTRO, 2005).

As mudanças comportamentais e as atitudes revelam a heterogeneidade dos(as) jovens, porque o seu desenvolvimento está ligado a determinantes físicos, biológicos e psicológicos, que não se dão de forma unidimensional entre os indivíduos. Assim também, influências exercidas pelo grupo em que estão inseridos e as imposições da sociedade não são absorvidas de maneira linear e igual pelos(as) jovens. Seguindo essa visão, “a juventude seria um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos; (...) um tempo para o ensaio e o erro, para experimentações [...]” (DAYRELL, 2003, p.41).

Transversalmente a esses estudos, temos os adjetivos substantiados que insurgem durante essa fase da juventude, que de forma dicotômica caracterizam os jovens ora como transformadores, questionadores e livres, ora como problema social, em textos que utilizam termos como ‘delinquência juvenil para retratar determinados indivíduos que teriam em comum a idade e uma forma de se comportar’ (CASTRO, 2005, p.438).

A forma fragmentada de ver a juventude por uma determinada faixa etária, ou mesmo, apoiada em mudanças físicas, psicológicas, biológicas ou comportamentais, não dialoga com o entorno dos jovens, desconsiderando as relações culturais, econômicas e históricas que têm influência em sua vida e identidades. “Essas perspectivas reforçam a concepção de juventude enquanto momento de transição e incapaz de produzir sua própria cultura” (SOUZA;

SIMONETTI, 2014, p. 06), o que vai na contramão dos ideais dos(as) jovens, que se mostram cada vez mais maduros e presentes em espaços de discussão que visam à construção de políticas públicas voltadas para si.

A ideia de juventude como período transitório é uma tendência negativa e contraditória, haja vista que negamos o “presente vivido” dos sujeitos, reduzindo-os a “coisas” em processo de moldagem para a tomada de papéis adultos. Essa visão do “vir a ser” sustenta a imagem de jovens em trânsito, que não é levado a sério, visto apenas como “adultos em potencial” (CASTRO 2005).

Dessa forma, a categoria “juventude” aparece associada a determinados substantivos e adjetivos, tais como: “vanguarda”, “transformadora”, “questionadora” (Margulis, 1996: 9-11). Esta adjetivação subentende papéis sociais privilegiados para os indivíduos identificados como “jovem” e “juventude”, principalmente como agente de transformação social. Mas, “jovem” também é adjetivado como “em formação”, “inexperiente”, “sensível” (Foracchi, 1972:161), ou ainda associado à delinquência, violência, “comportamento desviante”. Ou seja, um agente que precisa ser formado, direcionado para assumir seu “papel social” e que neste percurso pode se desviar, portanto, precisa ser “controlado” (BERNSTEIN, 1977 apud CASTRO, 2005, p.26).

No centro dessa discussão, surge, portanto, como contrapartida a essa visão tradicional, a proposta de que não se perceba mais a juventude como uma fase transitória para a vida adulta, ou “sem vivência, sem experiência, indivíduos ou grupos de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados” (CASTRO, 2012, p. 438). O momento é de olharmos para a diversidade e nos reportarmos às *juventudes em* detrimento à juventude, superando as ambiguidades dos estudos transitórios e romantizados, entendendo os(as) jovens como sujeitos em movimentos, em ação e protagonistas em suas lutas por políticas públicas, como sinalizado no início (DAYRELL, 2003).

Nesse novo entendimento, precisamos considerar as condições sociais, culturais, geográficas e de gênero que se entrecruzam no percurso dos sujeitos. A juventude, segundo Dayrell (2003), se constitui em um período, mas não necessariamente em uma passagem determinada por um tempo de preparação à vida adulta.

Para Honwana e Boek (2005 apud SOUZA e SIMONETTI, 2014, p. 06):

as juventudes comungam de um mesmo processo histórico e cultural e uma identidade relativa ao lugar que ocupam na sociedade, mas vivenciam a juventude de formas distintas, pois variáveis de gênero, etnicidade, religião, classe, responsabilidade e expectativas condicionam a definição de quem é visto, considerado ou considera-se jovem.

Discorrer sobre juventudes não é fácil, tampouco impossível, mas requer fôlego para se alcançar critérios e sustentá-los. Primeiro, porque esse conceito, assim como o de identidade, supera a transitoriedade alienada em critérios físicos, psíquicos, biológicos e comportamentais. Essa nova concepção atrela-se a uma leitura mais ampla, da totalidade, que leva em consideração critérios culturais, históricos e econômicos. “Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos” (DAYRELL, 2003, p. 42).

Nesse entendimento, os jovens devem ser vistos como sujeitos que se constroem de forma particular em um campo de relação mais amplo, que, em certo grau, lhes influencia a desenvolver determinadas potencialidades, identidades e visão de mundo. Ao falarmos de juventudes, desenvolvemos um “olhar mais amplo e que foge da tentativa de universalizar o que é particular e ao mesmo tempo diverso” (SOUZA; SIMONETTI, 2014, p. 06).

Com essa concepção, busca-se enfatizar as **diferentes formas de ser e de viver a juventude**, que certamente se dão de forma distinta entre os jovens, os quais, embora lutem juntos por políticas públicas, têm visões distintas de mundo, além de demandas específicas, como é o caso dos jovens do campo que lutam por uma educação do campo. “É nesse sentido que destacamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes” (DAYRELL, 2003, p. 42).

Sobre esse conceito de juventudes pretendo discorrer no restante desta seção, identificando e acentuando a luta dos jovens por políticas públicas, sem perder de vista as especificidades da juventude. Isso porque, embora comunguem de ideais que são compartilhados como a luta pela educação, saúde, lazer e emprego, necessitam de ações e projetos específicos, como é o caso dos jovens negros e quilombolas, sendo os primeiros os líderes nos *rankings* de analfabetismo, homicídio, desemprego e contingente carcerário no país, como exposto a seguir.

4.1: Juventude negra: luta e resistência

Tem que acreditar, desde cedo a mãe da gente fala assim: “Filho por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor”

Aí passado alguns anos eu pensei: como fazer duas vezes melhor. Se você está pelo menos cem vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses, por tudo o que aconteceu? Duas vezes melhor como? Ou melhora, ou você é o melhor ou pior de uma vez. Sempre foi assim. Se você vai escolher o que estiver mais perto de você ou que estiver mais perto de sua realidade, você vai ser duas vezes melhor como? Quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí?

Edi Rock. Música “A vida é um desafio” – Racionais Mc’s

A letra da música “A vida é um desafio”, do vocalista Edi Rock, da banda de Rapper Racionais¹⁷, sinaliza bem o caminho que pretendo transcorrer nesta subseção, pois aponta para um processo antes escondido, porém hoje desmascarado. Refiro-me ao processo de desvalorização, opressão e exclusão ao qual a população negra vem sofrendo no Brasil desde a chegada dos primeiros escravizados desembarcados neste solo. “Resquício” desta exclusão é sentido pelos mais jovens que sofrem com o racismo, o preconceito e a discriminação, ou melhor, com as “psicoses” que lhe condenam ao genocídio. Sobre genocídio, usarei as referências citadas por Abdias Nascimento em seu livro “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, de 1978, no qual expõe que genocídio é:

GENOCÍDIO- geno-cídio

O uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimentos), calculadas para a exterminação de um grupo racial, político ou cultural, ou para destruir a língua, a religião ou a cultura de um grupo.

(Webster's Third New International Dictionary of the English Language, Massachusetts, 1967)

GENOCÍDIO- geno-cídio

Genocídio s.m. (neol.) Recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos. Ex.: perseguição hitlerista aos judeus, segregação racial, etc.

Dicionário Escolar do Professor organizado por Francisco da Silveira Bueno Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 1963, p. 580 apud NASCIMENTO, 1978, p.07-08).

¹⁷ Mc gravada no Sesc Itaquera, em 2006, na cidade de São Paulo.

O genocídio do jovem negro no país¹⁸ não é mero acaso. Atende a uma estrutura de poder que tem suas raízes fincadas em meados do século XV, com o início do processo de “colonização”. É preciso essa retomada de discussão para podermos entender o cenário atual, em que esses jovens negros são as principais vítimas do sistema, figurando como os mais pobres e como as principais vítimas de homicídios por armas de fogo, segundo dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2017) e da campanha *jovem negro vivo* puxada pela anistia internacional¹⁹.

Segundo Hasenbalg (2005), a pobreza no Brasil tem cor, os pobres são negros e os negros são pobres. Para Florestan Fernandes (1972), a concentração de negros e negras como a população mais miserável no país tem sua herança na escravidão, por isso é importante retomarmos essa discussão, a fim de compreendermos a situação do(a) jovem negro(a) no país. De acordo com Fernandes (1972), a situação da pobreza dessa camada da população é alimentada por preconceitos raciais e suntuosas discriminações, sustentadas desde o período escravista, baseada por teorias alienadas à ideia de raça.

A ideia de “raça” é de suma importância para entendermos a estrutura de poder que foi montada para subjugar a população negra. Tal noção tem servido para classificar a “diversidade humana” em raças distintas, como forma de hierarquizar seres em indivíduos superiores e inferiores, aptos e não aptos, civilizados e “não civilizados” (MUNANGA, 2003). A esse respeito, Quijano (2005) explica que essa forma de dominação baseada no conceito de raça surge como um dos instrumentos mais eficazes de subordinação, pois, além de ser usada como justificativa para a escravidão de negros e negras, sobrevive no imaginário do racista como um mecanismo de afirmação de sua superioridade e manutenção do *status quo*.

O contexto pós-abolição não trouxe tantas perspectivas à população negra liberta, ~~isso~~ porque mudou-se o modelo de sociedade, mas as estruturas se mantiveram. De acordo com Chiavenato (2012):

Os escravos assumiram a liberdade sem nenhuma profissionalização. A preferência pelo trabalhador imigrante consolidou o mito de que o negro era bronco e vagabundo. Ele ficou à margem da produção e demorou para surgir um parque industrial que absorvesse o excesso de mão de obra. Isso contribuiu para mantê-lo por longo tempo afastado do processo político (p. 225).

¹⁸ Como exemplo podemos citar o extermínio dos jovens negros na capital Belém, onde, em apenas um dia (20 de janeiro de 2017), foram registradas 35 mortes de adolescentes nas periferias da capital. Para mais informações, acessar o site <https://www.correiodobrasil.com.br/chacina-em-belem-do-para-numero-de-mortos-pode-chegar-a-35/>

¹⁹ Anistia Internacional é uma organização não-governamental que envolve mais de 7 milhões de apoiadores em mais de 150 países em prol da garantia dos direitos humanos e em defesa de território de populações tradicionais. Mais informações podem ser acessadas pelo endereço eletrônico da entidade: <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>

A república consolidou práticas racistas oriundas do tempo da escravidão, levando a população negra a uma situação de desfavorecimento no contexto pós-abolição. Nesse sentido, Mattos (2015) acrescenta que o governo republicano promoveu uma campanha de branqueamento da população por meio do incentivo à imigração de europeus²⁰ e o casamento entre brancos e negras, ao qual, visava o melhoramento da raça e, ao mesmo tempo, sua aniquilação²¹. A postura do governo refletia o pensamento de intelectuais racistas da época que consideravam os negros e negras como os(as) principais responsáveis pelo atraso do país, como se observa nos escritos de Raimundo Nina Rodrigues (2010) que expõe:

A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (RODRIGUES, 2010, p. 14-15).

Com a imigração, restaram aos negros e negras os trabalhos menos qualificados, de menor remuneração e sem qualquer tipo de contrato assinado. No meio rural, sobraram os trabalhos mais penosos, exercidos em condições iguais às praticadas durante a escravidão, sem materiais adequados e em locais insalubres. Nas cidades, “os negros eram subempregados em atividades domésticas, no transporte, na limpeza das ruas, no carregamento de cargas e na venda de jornais” (MATTOS, 2015, p. 187).

Mattos (2015, p.187) ainda acrescenta que:

(...) os negros foram excluídos geograficamente. Por conta de sua precária condição financeira, eles foram obrigados a residir nas regiões periféricas das cidades, habitando cortiços e pequenas casinhas de aluguel nos bairros afastados (...).

Assim, a população negra no país deixou de ser a classe escravizada dos tempos de colônia e império, para hoje ocupar outro posto, o da camada mais pobre. Para Santos (S/D, p.06), “a forma como que se fez a abolição condenou os negros à imobilidade social”, visto que mantiveram-se as estruturas, levando negros e negras a conviverem com o racismo, a falta de emprego, saúde e educação.

Essa imobilização trava as possibilidades econômicas & educacionais do negro. Os dois aspectos acabam se tornando um autêntico dilema. Tal impasse constitui a

²⁰ Esses ganhavam terras para o cultivo no país. Essa informação pode ser constatada quando direcionamos nossos olhares ao sul e sudeste do país, que concentram grande número de pessoas brancas, frutos dessa imigração (alemães, italianos etc..).

²¹ Ver decreto 3.688 de 1941, o qual institui a conhecida “lei de vadiagem”, que, em seu artigo 59, prevê a prisão de até três meses a pessoas que se encontrem na ociosidade. Nesse período, quem estava desempregado? O negro e a negra! Figuras frequentes nos boletins policiais da época. Mais uma estratégia de aniquilamento.

espécie de beco sem saída que os economistas costumam denominar "problemas estruturais". Não se trata de problemas momentâneos que vêm e voltam. Estas dificuldades econômicas e educacionais não são passageiras. Elas estão com os negros desde sempre e dizem respeito à sua história de prejuízos acumulados ao longo de meio milênio (SANTOS, S/D, p. 06).

Muitos dos prejuízos sintetizados por Santos (S/D), no campo econômico e educacional, estão intimamente ligados ao racismo que, por sinal, vincula-se à ideia de raça gestada ainda no escravismo. Com o racismo, atribui-se determinados critérios psicológicos, morais, intelectuais, culturais e estéticos a sujeitos e povos que são situados em uma escala de valores desiguais (MUNANGA, 2003). Nessa escala de valores, os ligados à população negra estão em último. O que cabe aqui destacar é que o racismo faz parte da estratégia ideológica de um grupo para se manter no poder, buscando inverter a culpa, responsabilizando a própria população negra do país pelas condições em que se encontra, dada sua “suposta inferioridade”.

Um dos artifícios do racismo é, segundo Franz Fanon (2008), produzir desvios existenciais de nossa cultura e memória, propagando o sentimento de inferiorização, que é absorvido de forma consciente ou inconsciente pelos sujeitos. No caso da população negra, afastando-os de sua negritude²² com o discurso de elevação cultural, alimentada pela falsa ideia de que, quanto mais se aproximam da cultura europeia, maiores são as chances de saírem da “condição de bárbaros” que a herança africana lhes condenou (MUNANGA, 1998; BENTES, 2013).

O racismo em sua finalidade se mostrou muito eficaz no Brasil, porque conseguiu e ainda consegue sustentar a desigualdade entre os indivíduos, atuando em diferentes instâncias (interpessoal, pessoal e institucional) de forma descabida e dissimulada. Na contramão do racismo, é essencial destacar o fortalecimento e surgimento de diversos grupos, entidades e movimentos sociais durante o século XX, que visavam denunciar a situação da população negra no país, ao mesmo tempo em que desmontavam a tese de passividade destes perante essa situação. Essas organizações e movimentos, além de serem importantes ferramentas de denúncia e difusão da cultura negra, atuam (alguns atuaram) na contramão do racismo, do preconceito e da discriminação, exigindo políticas afirmativas para reparar os mais de 300 anos de exploração a que foram submetidos no Brasil.

No contexto das primeiras décadas do século XX, surgiram associações carnavalescas em São Paulo, a exemplo do grupo Barra Funda (1914), Campos Elíseos (1917) e Vai Vai

²² “Para Césaire, a negritude é o simples reconhecimento do fato de ser negro, a aceitação de seu destino, de sua história, de sua cultura. Mais tarde, Césaire irá redefini-la em três palavras: identidade, fidelidade, solidariedade” (MUNANGA, 1998, p. 24). Para Bernd (1988), é orgulho de ser negro em uma terra onde prevalece o racismo.

(1920), como forma de ressaltar a cultura afro-brasileira por meio da música. Nesse mesmo período, surgiram também jornais dirigidos por negros, que tinham por finalidade divulgar a cultura negra e a situação do negro no país, bem como reivindicar políticas afirmativas. Dentre os principais jornais, destacaram-se: O Combate (1912); O Alfinete (1918); Kosmos (1922); O Clarim da Alvorada (1928) e Tribuna Negra (1928) (MATTOS, 2015).

Em complemento a essas ações, surgiram também os movimentos culturais e políticos, como o Centro Cívico Palmares – CCP (1927), a Frente Negra Brasileira – FNB (1931), o Teatro Experimental do Negro – TEM (1944) e o Movimento Negro Unificado – MNU (1978), que visavam a difusão da cultura africana e afro-brasileira por meio de atividades teatrais e alfabetização desenvolvidas pelo TEN e CCP, além de reivindicações de políticas de reparação, superação do racismo e de valorização da história e cultura africana pela FNB e pelo MNU (ALBURQUERQUE E FILHO, 2006; GONÇAVES E SILVA, 2000). No Pará e no Maranhão, ainda tivemos a fundação do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA, em 1980, e do Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN, em (1979), que tiveram e têm um papel de destaque no cenário nacional na luta pela população negra, em especial na região Norte.

Bernad (1988) alerta que essas entidades operaram em um deslocamento de perspectiva, que oportunizou a valorização da cultura africana em um contexto voraz de imposição e genocídio. Essas entidades visavam reverter o quadro de desigualdade que assola a população negra no país, fortalecendo também a identidade negra, antes marginalizada e desvalorizada. Identidade negra, agora, é colocada em destaque, com orgulho, como símbolo de resistência e valorização do negro (MUNANGA, 1998). Ela ressurgiu para derrubar as máscaras brancas impostas pelos colonizadores e denunciar o racismo que torna a população negra a principal vítima do preconceito e da discriminação no país (FANON, 2008).

Por meio da organização, reivindicação e pressão dessas entidades, o Estado brasileiro, logo após a redemocratização do país, trouxe em sua Carta Magna de 1988 demandas da população negra para reverter o quadro desigual ao qual foi submetida. Trata-se do: XLII do Art. 05, o § 1º do Art. 215, o Art. 216; o § 1º do Art. 242 e do Art. 68, que respectivamente versam que:

a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 1998).

O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1998).

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem (BRASIL, 1998).

O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. (BRASIL, 1998).

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1998).

Com a Constituição Federal, outras leis e decretos foram sendo sancionados, como a Lei 9.394, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Este dispositivo legal versa sobre a obrigatoriedade do Estado em garantir o acesso e permanência de todos, sem discriminação de cor, além de afirmar o compromisso do Poder público em desenvolver uma educação étnico-racial.

Embora possa parecer utópico, dadas as tantas legislações que versaram sobre essa garantia (acesso e permanência), a LDB se diferenciava das demais, pois, em seu Art. 26 § 4º, sinalizava que o ensino da História levaria “em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (BRASIL, 1996). Essa mudança de postura era vista com otimismo, porque poderia produzir resultados a surtirem efeitos na manutenção de negros e negras nos espaços escolares, diminuindo a distância entre brancos(as) e negros(as) no que tange ao percentual de analfabetos²³, evasão e anos de escolarização (esses últimos encontram-se em desvantagem). Desse modo, poderia trazer mudanças significativas, principalmente no que se refere à mobilidade social, possibilitando maiores chances de empregos e uma melhor remuneração.

Ainda que houvesse um otimismo, encerramos o século XX e estamos próximos de finalizar a segunda década do século XXI, com diferenças significativas entre negros(as) e brancos(as), em todos os setores da sociedade. De acordo com Henriques (2001), a taxa de analfabetismo entre jovens brancos(as) e negros(as) de 15 a 25 anos, na década de noventa, era muito discrepante. Enquanto o primeiro grupo apresentava uma taxa percentual de 2,6%, o segundo atingia 7,6% do total de pessoas que não sabiam ler, uma diferença de 5%. A diferença entre as populações (branca e negra) se estendia para todos os níveis de ensino, chegando à desoladora taxa de ingressos na universidade, em que 98% dos negros estavam fora.

²³ Ver texto de Henriques (2001) “DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL: EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA NA DÉCADA DE 90 e as séries históricas do IBGE. Disponível em <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/>

No campo emprego e renda mensal, a população negra também se encontrava em desvantagem nesse mesmo período (década de 90). De acordo com dados do IPEA analisados por Henriques (2001), a taxa de desemprego entre brancos e negros era bem distinta, porque os últimos eram 10,9% dos desempregados, enquanto os primeiros somavam 8,9% de uma população significativamente superior (43,1 milhões de brancos para 35,7 milhões de negros no Brasil).

Mesmo com o avanço de políticas afirmativas voltadas à promoção da igualdade racial conquistadas entre o final do século passado e o início deste, como as cotas para negros(as) em universidades e a Lei 10.639/03²⁴, o fardo do racismo, da discriminação e do preconceito ainda atinge a população negra, conduzindo-a à destruição (NASCIMENTO, 1978).

Dados recentes divulgados pelo Atlas da violência do IPEA, de junho de 2017, e da Anistia Internacional (2017) mostram que a juventude negra no país figura como a principal vítima de crimes cometidos por arma de fogo, tendo menos de 8% dos casos julgados. “A cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra” (IPEA, 2017, p. 30).

De acordo com IPEA:

(...) o cidadão negro possui chances 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação a cidadãos de outras raças/cores, já descontado o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência. Cerqueira e Coelho mostraram que, do ponto de vista de quem sofre a violência letal, a cidade do Rio de Janeiro é partida não apenas na dimensão econômica entre pobres e ricos, ou na dimensão geográfica, mas também pela cor da pele (2017, p. 30).

Ainda com relação ao homicídio da juventude negra, trazemos os dados disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN via Informações penitenciárias – INFOPEN (2014), que, embora não tragam elementos precisos sobre a faixa etária da amostragem, revelam que 61,67% dos 622.202 detentos que compõem a população carcerária brasileira é negra, isso de um contingente populacional que compreende 53,63% da população brasileira hoje. É taxativo afirmar que, quando o Estado não mata a população negra, ele a encarcera. A consequência disto é inquietante, pois a juventude negra se vê cada vez mais cercada pelas armadilhas do genocídio que não cessa.

²⁴ Institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino da educação básica (fundamental e médio).

O cenário se mostra preocupante, haja vista que o Estado em seus diferentes poderes ainda reproduz o racismo, não tratando igualmente os sujeitos, condenando a juventude negra a viver sob uma “anomalia social”. O descaso se mostra por meio da precarização da escola pública, que atende a maioria dessa população, bem como pela falta de emprego, esporte e lazer, fatores que podem impulsionar o ingresso desses jovens de forma iminente no mundo do crime como estratégia de sobrevivência e de acessar bens culturais (CASTRO, 2005).

Esse cenário, sem dúvida alguma, reflete o enunciado no início desta seção, em que a discussão de estrutura do poder baseado no conceito de raça se fez necessário, porque, mesmo com conquistas do MN, a juventude negra ainda encabeça a lista dos desempregados, dos analfabetos, dos que abandonam a escola antes do tempo e dos que têm maior defasagem escolar (BENTO; BEGHIN, 2005, p.194).

Para darmos mais visibilidade ao racismo vigente em nossa sociedade, basta olharmos os dados do Plano Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2015,²⁵ vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que disponibiliza, dentre tantas informações, um panorama sobre a educação no Brasil. De acordo com o PNAD (2015), a taxa de analfabetismo da população negra com 15 anos ou mais é 11,5, enquanto a população branca é 5,2%, ou seja, mais que o dobro. Esses dados podem ser complementados com outros que revelam a distorção série-idade de pessoas entre 13 e 16 anos que frequentam o ensino fundamental, contexto no qual, mais uma vez, os negros e negras lideram, sendo 47,7% em comparação com a população branca, representada por 30,9% com essa defasagem no processo de escolarização.

As distorções nos anos de escolarização básica produzem efeitos no ingresso de jovens negros e negras no ensino superior. Neste espaço acadêmico, em um contexto de políticas afirmativas, apenas 40,7% de jovens negros se fazem presentes, enquanto a população branca, com a mesma faixa etária (entre 18 e 24 anos), diz respeito a 69,4% dos presentes neste nível de ensino (PNAD, 2015).

Mesmo tendo diminuído nos últimos anos, as disparidades entre a juventude negra e branca, ainda apresentam diferenças significativas na vida desses jovens, sobretudo no que se refere à mobilidade social. Contribui para esse quadro a baixa escolarização da juventude negra, que conseqüentemente proporciona menos oportunidade de emprego, baixa remuneração e manutenção das desigualdades.

²⁵ O documento do PNAD (2017) “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira do ano 2016 não traz o recorte racial em seus dados sobre a educação.

A ausência ou negação da escola coloca a juventude negra em situação mais vulnerável, tendo de sair mais cedo de casa para ocupar postos de trabalhos informais, de menores salários ou de “menor prestígio”, para garantir sua subsistência.

Pretos ou pardos representavam, em 2015, 54,0% do total da população, mas 75,5% das pessoas com os 10% menores rendimentos (contra 23,4% de brancos), ao mesmo tempo em que eram apenas 17,8% das pessoas no 1% com os maiores rendimentos, contra 79,7% de brancos (PNAD, 2017, p. 96).

Com esses dados, fica evidente que uma coisa está interligada à outra, em um pacto que mantém a tão comentada estrutura do poder. A negação ou descaso com a educação tem implicação direta na mobilidade social da juventude negra, que, por sinal, é a maioria pobre. Em suma, podemos sintetizar que a evasão escolar ou a baixa escolarização possibilitam duas frentes desanimadoras.

A primeira refere-se à baixa escolaridade, que tem incidência direta na sua mobilidade social; a segunda pauta-se na exposição desse grupo ao mundo do crime, o que indiscutivelmente lhe coloca no grupo dos 10% com maior probabilidade de serem vítimas fatais, com estrondosos 78,9% de chance, segundo dados do Atlas da violência (2017). Fica, então, possível inferir que estamos diante de um problema muito maior do que a meritocracia nos coloca, insinuando que a mudança do *status* social depende exclusivamente do jovem.

O que se pretendeu mostrar nesta seção é a difícil tarefa da sociedade em reverter esse quadro de desigualdade, montado e assegurado “pelos interesses capitalistas do colonialismo até hoje vigentes, os quais vêm mantendo a raça negra em séculos de martírio e inexorável destruição” (NASCIMENTO, 1978, p.137). O problema do Brasil não é só social, como nos fazem crer. É também racial (DAVIS, 2013).

Contra isso, temos hoje movimentos fortes liderados por diversas frentes que visam formar Palmares novamente, denunciando o processo de genocídio ao qual a população negra continua sendo submetida no país e que, indubitavelmente, deixa reflexos nefastos que atingem ainda hoje seus jovens. Nesses movimentos, “cabe às lideranças procurarem levar o povo negro a desenvolver sua consciência, para que conheça adequadamente sua realidade passada e presente [...]” (LOPES, 2011, p. 211).

Na subseção a seguir, discorreremos sobre como esses descasos atingem a população quilombola, que, em determinado momento, pode ser ainda mais feroz, pois atua também no incentivo à evasão dos jovens quilombolas de seus territórios, fechando escolas e não dispondo de incentivos para a geração de renda nos quilombos.

2.2: Juventude quilombola

A trajetória dos(as) jovens quilombolas se confunde com a juventude negra citada na subseção anterior. Isso ocorre porque os dois grupos estão ligados pela ancestralidade em comum com os africanos trazidos na condição de escravizados no início da colonização do Brasil, sofrendo, portanto, com atos discriminatórios e violações de direitos conquistados.

Assim como a juventude negra, os(as) jovens quilombolas sofrem com o descaso do Estado frente suas demandas, principalmente no que se refere à garantia de seus territórios secularmente ocupados, ou mesmo, com ausência de políticas públicas como saúde, educação e de geração de rendas em seus territórios.

Diferentemente da juventude negra de grandes centros urbanos, os quilombolas em sua maioria ocupam territórios camponeses (como as comunidades pesquisadas nesta dissertação), conquistados mediante doação, ocupação ou comprados durante e após o fim da escravatura no país, mantendo, assim, seus modos de vida, história e cultura, que se expressam através da solidariedade, convivência e pelo uso comum da terra (ver discussão da próxima seção).

A Terra, para os quilombolas, é um bem precioso, símbolo de resistência, manutenção e subsistência, por isso, a luta por políticas públicas que cheguem aos seus territórios é essencial, principalmente as que se referem à regularização de suas terras e à necessidade de uma educação formal que se estenda a todos os níveis de ensino, levando em consideração suas trajetórias e identidade quilombola. Essas demandas são elementos indispensáveis para sustentação e preservação dos quilombos, pois ajudam também nos conflitos contra o agronegócio e o racismo institucional, que, juntos, agem no incentivo à emigração de jovens de suas comunidades, como uma estratégia para enfraquecê-las, criando bases para a tomada de suas terras por parte do latifúndio (ALMEIDA, 2011).

Embora, como já citado aqui, a aquisição de direitos, sobretudo após a Constituição Federal de 1988, tenha se mostrado como uma grande conquista do movimento negro, sua implementação ainda é lenta e limitada. A morosidade do Estado brasileiro para com a população negra, em especial os quilombolas, obriga-os ainda hoje a protagonizarem “conflitos relevantes no cenário brasileiro atual (IPEA, 2015, p.08).

Aos descasos do Estado com os quilombolas somam-se denúncias feitas pela juventude quilombola participante de um encontro nacional realizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ (2016), no Piauí. Essas denúncias serão usadas aqui como uma referência na discussão desta subseção, haja vista que

contemplam grande parte da realidade das comunidades quilombolas do país, inclusive das investigadas neste trabalho. Sobre isso, a juventude destaca:

1. O pouco interesse dos gestores e municípios em realizar e possibilitar o acesso de jovens quilombolas à Conferência Nacional de Juventude;
2. O descaso com que são tratadas as pautas da juventude rural negra e afrodescendente;
3. A lentidão na regularização dos territórios quilombolas, o que favorece a evasão do campo;
4. A falta de informação e execução dos programas destinados às comunidades quilombolas, que possibilitariam o trabalho descente nas comunidades de origem, o que favorece o abandono escolar;
5. Os abusos e a exploração sexual de crianças e adolescentes ~~dentre e~~ nas comunidades em torno dos quilombos, especialmente as meninas e jovens mulheres;
6. A exploração de mão de obra de jovens sem o pagamento digno;
7. O uso excessivo de álcool e outras drogas, sem o devido conhecimento dos efeitos causados por estas, nas comunidades;
8. A ausência do Estado, na maioria das comunidades quilombolas (CONAQ, 2016, p. 02).

Além dessas denúncias, outras poderiam ser arroladas, como por exemplo, a não divulgação de editais para geração de renda entre jovens, o que poderia ocorrer pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que destina parte de seus recursos para a compra de alimentos oriundos de comunidades rurais; em caso de quilombos, produtos produzidos e coletados em seu território. Em sua maioria, os jovens quilombolas são agricultores, extrativistas e pescadores, o que facilitaria essa geração de renda.

A não divulgação de editais, ou mesmo a ausência de incentivo para geração de renda entre quilombolas, é comentada por Arruti (2008), o qual lembra que o Decreto 4.887, no Art. 20, prevê que o Estado deveria dispor de incentivos aos quilombolas, seja por assistência técnica ou mediante financiamento de atividades agrícolas. A desassistência revela ainda o descaso da Federação com os quilombolas, que tendem a viver na invisibilidade social.

Ao analisar outros pontos da denúncia dos jovens quilombolas da CONAQ (2016), é imprescindível atentar para a sua preocupação com a educação, com a falta e precarização de escolas em seus territórios, bem como com o currículo desfocado da sua realidade. Esses fatores são alguns dos elementos que levam à evasão de alunos desses espaços, pois a falta de escola no quilombo, principalmente a partir do sexto ano do Ensino Fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio (ver tabela 04), leva a juventude quilombola (quando não desiste) a buscar outras alternativas de centros educacionais em municípios próximos, os quais, muitas vezes, não lhes são receptivos, com livros e discussões que não abordam sua realidade; muitas vezes reforçam

o racismo, a discriminação e o preconceito com discussões ancoradas no período escravocrata²⁶ (MACEDO, 2008; ALVES, 2015; COELHO, 2013).

De acordo com o IPEA (2015, as escolas quilombolas representam apenas 1,2% do total de instituições de ensino da educação básica no Brasil, o que pode revelar o porquê do número decadente de matrículas quando o nível de ensino vai se elevando nessas áreas.

TABELA 04: NÚMERO DE MATRÍCULAS EM ÁREAS DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS SEGUNDO MODALIDADES DE ENSINO E REGIÃO (2013)

Região geográfica	Total	Modalidade					
		Ensino regular				Educação especial	EJA
		Educação infantil	Ensino fundamental	Ensino médio	Educação profissional		
Brasil	227.430	32.650	155.860	13.492	124	22	25.282
Brasil (%)	100,0	14,4	68,5	5,9	0,1	0,0	11,1
Norte	31.478	4.417	23.202	843	-	20	2.996
Nordeste	154.046	22.956	100.942	9.740	124	.	20.284
Sudeste	24.004	3.662	17.542	1.903	-	.	897
Sul	7.427	696	6.488	85	-	2	156
Centro-Oeste	10.475	919	7.686	921	-	.	949

Fonte: Inep (2014).

Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.

Obs.: 1. O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2. Ensino fundamental: inclui matrículas das turmas do ensino fundamental de 8 e 9 anos.

3. Educação de jovens e adultos: inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à educação profissional de nível médio.

Fonte: IPEA (2015)

A ausência dos anos subsequentes da educação básica agrava-se com a precariedade das poucas escolas situadas em comunidades quilombolas, realidade da maioria localizada no campo, que carece de materiais específicos, como é o caso dos quilombolas. Embora a resolução nº. 08, de 20 de novembro de 2012, institua as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação escolar Quilombola, determinando salas de informática, biblioteca e água potável para a referida população, dados do IPEA (2015) revelam que, das 2.235 escolas situadas em quilombos, somente 783 usam matérias específicos para quilombolas e apenas 22, 6% do número de estabelecimentos de ensino dispõem de laboratório de informativa, tal como exibido na tabela 05.

²⁶ Para se ter uma ideia do alto índice de evasão de jovens quilombolas das instituições de ensino, dos 227.430 alunos matriculados em escolas localizadas em território quilombola, apenas 13.492 mil chegam ao ensino superior, ou seja, apenas 5,9%, segundo análise do IPEA (2015) com base nos dados do INEP (2014).

**TABELA 05: RECURSOS DISPONÍVEIS EM ESCOLAS EM ÁREAS DE
REMANESCENTES QUILOMBOLAS (2013)**

Unidade geográfica	Total	Biblioteca ou sala de leitura		Acesso à internet		Laboratório de informática		Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida		Quadra de esportes	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Áreas remanescentes de quilombos											
Brasil	2.235	358	16,0	282	12,6	505	22,6	114	5,1	189	8,5
Norte	388	52	13,4	17	4,4	47	12,1	11	2,8	13	3,4
Nordeste	1.440	172	11,9	132	9,2	299	20,8	67	4,7	86	6,0
Sudeste	261	80	30,7	65	24,9	88	33,7	19	7,3	44	16,9
Sul	62	36	58,1	39	62,9	43	69,4	13	21,0	28	45,2
Centro-Oeste	84	18	21,4	29	34,5	28	33,3	4	4,8	18	21,4
Rural											
Brasil	70.816	12.629	17,8	9.769	13,8	16.393	23,1	3.541	5,0	6.865	9,7
Norte	15.504	1.608	10,4	643	4,1	1.756	11,3	320	2,1	581	3,7
Nordeste	39.748	4.956	12,5	3.496	8,8	8.018	20,2	1.658	4,2	1.962	4,9
Sudeste	8.424	2.698	32,0	2.149	25,5	2.892	34,3	634	7,5	1.746	20,7
Sul	5.362	2.763	51,5	2.734	51,0	2.829	52,8	686	12,8	2.066	38,5
Centro-Oeste	1.778	604	34,0	747	42,0	898	50,5	243	13,7	510	28,7
Todas											
Brasil	190.706	90.564	47,5	111.053	58,2	85.141	44,6	41.602	21,8	59.576	31,2
Norte	23.551	6.862	29,1	6.877	29,2	6.532	27,7	2.783	11,8	3.943	16,7
Nordeste	72.242	25.176	34,8	27.427	38,0	25.439	35,2	12.013	16,6	11.556	16,0
Sudeste	59.442	35.881	60,4	47.597	80,1	31.969	53,8	13.798	23,2	27.196	45,8
Sul	25.508	16.580	65,0	20.868	81,8	14.792	58,0	8.692	34,1	12.229	47,9
Centro-Oeste	9.963	6.065	60,9	8.284	83,1	6.409	64,3	4.316	43,3	4.652	46,7

Fonte: Inep (2013).
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.
Obs.: Estabelecimentos em atividade.

Fonte: IPEA (2015)

O descomprometimento com essas instituições tem intensificado o fechamento de escolas no campo, forçando, cada vez mais, a saída de jovens quilombolas de suas comunidades, “o que leva o maior tempo e esforço de deslocamento por parte dos alunos, além de promover uma educação nos centros urbanos, afastando, em geral, os estudantes de uma educação mais enraizada, mais contextualizada” (IPEA, 2015, p. 29). No Brasil, nos últimos 10 anos, cerca de 32.512 escolas foram fechadas no campo, sendo, só no ano de 2014, o quantitativo de 4.084 estabelecimentos de ensino, de acordo com dados disponibilizados pelo portal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).²⁷

²⁷ Para mais informações <http://www.mst.org.br/2016/02/26/nos-ultimos-10-anos-32-512-escolas-foram-fechadas-diz-educadora.html>

O fechamento de escolas e a consequente emigração de jovens quilombolas para as cidades, na busca pela conclusão da escolarização básica, leva-os a conviver com modelos de ensino descontextualizados, eurocêtricos e urbanos, distante de seus modos de vida e de sua relação com a terra (COELHO, 2013). Isso ainda ganha contornos maiores com a exposição dessa população às drogas, ao racismo, à violência e a doenças, como as sexualmente transmissíveis (DSTs) e a síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA — em inglês: *acquired immunodeficiency syndrome* – AIDS).

Especificamente sobre as doenças, Cardoso (2011) explica que os quilombolas se encontram vulneráveis, uma vez que, quando desistem da escola em virtude das adversidades expostas (escola longe, transporte precário, falta de escola na comunidade), sofrem com a falta de informações sobre essas enfermidades, em especial a AIDS.

a falta de informação decorrente da saída da escola faz com que a compreensão e aquisição de informações sobre AIDS sejam precárias, dando ensejo ao surgimento de alguns mitos e falsas crenças sobre a AIDS, e o descobrimento de sua sexualidade seja precoce e sem orientação, aumentando ainda mais sua vulnerabilidade (IDEM, 2011, p. 46).

Em suma, a precarização do ensino nas comunidades quilombolas desencadeia uma série de questões que devem ser percebidas e abordadas como *práxis* na luta dos quilombolas. Embora a saída dos(as) jovens para estudar ou trabalhar se mostre preocupante, ela alarga os seus horizontes, ampliando suas redes de relações e possibilidades de inserção social (BASTOS, 2009). Em contrapartida, expõe-no a realidades poucas vezes vivenciadas ou tidas com menor frequência em suas comunidades, como racismo, roubos, drogas, exploração (sexual e do trabalho) e doenças. O racismo velado em nossa sociedade atinge essa juventude através de piadas mal-intencionadas sempre remetendo à escravidão, olhares descabidos e discriminação com base em sua cor de pele (maioria são negros) e cultura, tendo, assim, consequências danosas para suas vidas.

Sendo assim, as consequências das saídas dos quilombolas se mostram perigosas, uma vez que seus *modus operandi* e/ou territorial podem sofrer interferências negativas com a sua exposição a essas realidades (racismo, violência e drogas, exploração), afetando inclusive em suas participações nas lutas por políticas públicas voltadas à educação, saúde e geração de renda nas comunidades, direitos que, se consolidados, por si só atuariam na prevenção à exploração sexual e do trabalho, bem como no combate ao uso de drogas e doenças (PEREIRA, 2012; CARDOSO, 2011).

Importa salientar que não se trata de defender o isolamento dessas comunidades, mais sim a atuação do Estado junto às demandas requeridas, garantindo a reparação dos mais de 300 anos de exploração neste país, assim como a manutenção e fortalecimento de seus territórios e cultura, principalmente, como lembra Silva (2014, p. 60), contra “o grande latifúndio que expande cada vez mais a fronteira agrícola, às expensas da exclusão dos camponeses”, em destaque os quilombolas. Ademais, a assistência do Estado para com a população negra é um compromisso firmado em leis e normativas nacionais (Artigos da Constituição), Decreto (4.887/2003) e acordos internacionais, como o da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1991, e da Conferência Mundial de Durban contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e formas correlatas de intolerância, de 2001, sendo estas duas últimas responsáveis, juntamente com o movimento negro, pela cobrança e criação de programas, secretarias e políticas afirmativas voltadas à população negra, como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)²⁸ e o “Programa Brasil Quilombola”, que surge em meio a esse cenário após a Conferência de Durban (CUPERTINO, 2012; AMADOR DE DEUS, 2008).

A criação do “Programa Brasil Quilombola”, em 2004, ao passo que evidência a luta da população quilombola por políticas públicas, também expõe o descompromisso do Estado com essa população, porque seus ordenamentos deveriam agrupar ações destinadas aos quilombolas em diferentes áreas, a saber: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; direitos e cidadania, reparando assim, ou pelo menos amenizando, as dívidas deixadas com os quilombolas, sintetizadas pela juventude no início desta subseção, fortalecendo seus territórios e diminuindo a evasão destes²⁹.

A discussão emanada, embora se mostre complexa no que se refere à organização e reivindicação de políticas públicas para a juventude quilombola, mostra um pouco da organização política destes(as) jovens que denunciam e cobram reparação, bem como as relações geradas entre dois universos distintos “quilombo/cidade” nos quais os jovens transitam e que, sem dúvida alguma, exercem influência na construção de suas identidades.

Essa discussão é importante para introduzir análises posteriores na Seção VII desta dissertação, que trata dos dados coletados no campo junto aos jovens quilombolas das

²⁸ Tem por finalidade promover, articular e acompanhar programas, projetos e ações voltadas à promoção e proteção de direitos étnicos de grupos e indivíduos afetados pela “discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra” (SEPPIR, 2003). Informações coletadas por meio do endereço eletrônico <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2017/01-janeiro/voce-conhece-a-seppir-1>

²⁹ Informações extraídas do site da SEPPIR, encontrado pelo seguinte endereço: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>

comunidades associadas, pois a participação política destes jovens e o trânsito entre quilombo e cidade propiciam trocas culturais (HALL, 2011) que influenciam a formação das múltiplas identidades experimentadas e assumidas pelos jovens, dentre elas: a identidade quilombola solidificada em meio a essas relações vivenciadas.

Antes de fazermos uma discussão sobre identidades construídas pelos jovens, é importante ressaltarmos a formação do quilombo e suas formas de organização e relação com o território, pois esses dados podem nos apresentar pistas para compreendermos a construção dessas identidades pela juventude quilombola, como previsto no objetivo do trabalho.

SEÇÃO V: “DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS A REMANESCENTES QUILOMBOLAS ATUAIS”

As discussões em torno das comunidades quilombolas ganham um novo destaque no cenário brasileiro no final do século passado, com a retomada do termo pelo movimento negro, que o ressignifica perante os aparatos jurídicos. Antes grifado como espaço de rebeldia pelo sistema Colonial e Imperial, hoje constitui uma categoria de autodefinição, usada para identificar comunidades rurais negras invisibilizadas pelo Estado após a Lei Áurea de 1888, uma estratégia para reparar danos e garantir direitos reconhecidos pela Constituição Federal de 1988.

Até a Constituição Federal de 1988, que, por meio de seu artigo 68, reconheceu os remanescentes quilombolas como sujeitos de direitos, diversas discussões foram travadas. A conquista desse artigo perpassa por vários momentos, em que a população negra, sobretudo os das comunidades quilombolas, teve protagonismo. Dentre alguns, é importante rememorarmos:

- 1) A formação dos quilombos como sociedades alternativas ao modelo escravagista; resistindo e lutando contra as perseguições durante todo o Brasil Colônia e Império, que viam seu surgimento como uma perturbação à ordem vigente;
- 2) A Luta contra o fim da escravidão em consonância com movimentos abolicionistas;
- 3) Denúncia do treze de maio de 1888 (abolição) como uma farsa, pois não congregou elementos para a superação da sociedade escravocrata, configurando-se como mais uma Lei para inglês ver³⁰,
- 4) A invisibilidade quilombola que, após a Lei Áurea, desaparece das pautas do Governo, tendo de conviver com ausência de políticas de geração de renda, saúde e educação, bem como com a negligência do Estado no não reconhecimento das terras para essa população.

Essa retomada é importante para entendermos a luta travada pelos negros e negras no Brasil, com destaque aos (as) quilombolas. Como expõem Souza (2008), Leite (2000) e Amador de Deus (2008), os quilombos só se fazem presentes na Constituição Federal de 1988, pelo desconhecimento dos legisladores sobre a grande quantidade de comunidades existentes no

³⁰ Termo como ficou conhecida popularmente a lei de 07 de novembro de 1831, que declarava livre todos os escravizados vindos de fora do território brasileiro, atendo ao acordo assinado em 1826 junto a Inglaterra, que proibia o tráfico de escravizados da costa africana (MOURA, 2013).

país, porque o acréscimo do termo “remanescentes” (escrito no Art. da carta magna) pode lhes ter confundido, conduzindo-os ao entendimento de que se tratavam de “casos raros e pontuais, como do Quilombo dos Palmares, haja vista o genocídio imposto à população negra no Brasil, o qual acreditavam estar em extinção” (LEITE, 2004, p. 19). Por sua vez, Alfredo Wagner de Almeida (1998) acrescenta que o termo “remanescente” levou os legisladores a pensar que quilombos eram “casos pontuais”, “sobras”, “resto” ou mesmo “resíduos”.

É provável que a maioria dos políticos, a quem cabia decidir a aprovação da Carta Magna, não se opôs à inclusão dos artigos apresentados pelo coletivo fio/ação movimento negro, porque na verdade, não se acreditava que ainda pudesse existir quilombo contemporaneamente. Quilombos para eles, significava lembrança de um passado remoto que precisava ser esquecido. E mais uma vez, pela via das encruzilhadas, sob os desígnios de Exu, os remanescentes de quilombos estão presentes, ocupando a cena, lutando pela posse de suas terras e pela preservação de seus territórios culturais, amparados pela Constituição Federal, e se autodeclarando quilombos (AMADOR DE DEUS, 2008, p.151).

Para esclarecer melhor como os quilombolas reaparecem na recente Constituição Federal, acrescida do termo remanescentes, é pertinente nos reportamos ao seu surgimento no país, tendo a preocupação de expor interpretações diferentes que nos ajudarão a compreendê-los, sem tentar homogeneizá-los, haja vista a especificidade de seus surgimentos no tempo e espaço.

De início, é importante compreendermos o significado do termo quilombo, porque nos ajudará a desconstruir concepções eurocêntricas e desqualificadas de quilombo. De acordo com Moura (2013, p. 335), “o termo quilombo é um aportuguesamento de kilombu, que em quimbundo, significa arraial ou acampamento”. Clovis Moura (2013, p. 335) completa que esse termo é muito aceito, pois as comunidades Brasileiras de ex-escravizados “apresentavam características de arraiais ou acampamentos; logo os negros teriam recriado no Brasil estruturas que haviam conhecido na formação social angolana”.

Munanga (1995-96) acrescenta que quilombo “é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo aportuguesado: quilombo)” “cujo conteúdo remete a uma instituição sociopolítica e militar, [...] de conflitos pelo poder, de cisão dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas [...]” (MUNANGA, 2009, p.53)

Por seu turno, Sento Sé (2009, p. 01) salienta que “em seu significado original, ‘quilombo’ se referia a um lugar de repouso utilizado por populações nômades”, enquanto Gloria Moura (1999 apud AMARAL, 2008, p. 113) acrescenta que quilombo é “uma sociedade

iniciática de jovens guerreiros mbundu adotada pelos invasores jaga (ou imbangala), estes formados por gente de vários grupos étnicos desenraizados de suas comunidades”.

Em síntese, Munanga (2009, p.93) afirma:

Em seu conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia de quilombo afrobanto reconstruído pelos escravizados, para se opor à estrutura escravocrata, pela implementação de outra estrutura política na qual se juntaram todos os oprimidos.

Quilombo é sinônimo de “resistência” para o movimento negro, é algo latente e que demonstrou e demonstra a não aceitação ao regime escravagista e de privação da terra e cultura. É, sem dúvida alguma, um dos primeiros e um dos maiores movimentos sociais registrados na história deste país.

As diversas formas em que surgiram e se mantiveram revelam o alto grau de organização dos quilombolas que, ao contrário do que a historiografia eurocêntrica nos contou, não despontaram no cenário atual de forma descabida e irrefletida. Segundo Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), os hoje reconhecidos como remanescentes de comunidades quilombolas se formaram a partir de uma gama de processos que envolveram desde a fuga de engenhos, compras de terras, ocupação de terrenos livres e isolados, doações, recebimentos de terras por serviços prestados ao Estado e aquilombamentos no interior das fazendas. Tudo isso revela “o esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre” (NASCIMENTO, 2013, p. 04).

Hoje o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, constituem grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (ARRUTI 2008, p. 316).

A resistência dos(as) africanos(as) e conseqüentemente a formação dos quilombos se dá desde a sua chegada em território brasileiro, em meados do século XVI, para substituição do trabalho indígena³¹. Vindo de diversas áreas do continente africano na condição de escravizados(as), foram sequestrados(as) para ocupar as jornadas mais pesadas de trabalhos,

³¹ A mão de obra indígena foi a primeira usada pelos colonizadores portugueses no Brasil e na Amazônia, interrompida sobre forte pressão dos jesuítas que acreditavam que esses eram “ingênuos” (CHIAVENATO, 2012; TRECANNI, 2006); RIBEIRO, 2015).

em grandes plantações, pastos, garimpos e afazeres domésticos nas novas terras “descobertas” (ver mapa 04).

MAPA 02: PRINCIPAIS ROTAS DO TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS



Fonte: Google Imagens (2017).

De acordo com Nascimento (1978), não há como afirmar com exatidão o número de escravizados(as) que foram trazidos para o Brasil para realização dos trabalhos citados, porque o “lamentável Circular N° 29 de 13 de maio de 1891, assinado pelo Ministro das Finanças Rui Barbosa, (...) ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral” (NASCIMENTO, 1978, p. 49). A queima desses arquivos dificulta qualquer tipo de cálculo que possa se aproximar do número exato de africanos(as) trazidos pelo comércio escravocrata³² para o país. Mesmo sem precisão, estima-se, segundo dados levantados por Alencastro (2006), que entraram no país

³² Segundo Donato (s/d, p. 06 apud TRECCANI, 2006, p. 27), a importação de escravizados “foi inicialmente regulamentada pelo alvará de 29 de março de 1459, assinado por Dom João III, rei de Portugal.

cerca de 4.100.000 milhões de africanos(as) entre o período equivalente aos anos de 1551 e 1861. Em uma análise mais local, Bezerra Neto (2011, p.111) afirma que o Estado do Pará teria recebido cerca de 53 mil africanos(as) entre os anos de 1755 a 1820, em sua maioria vindos dos povos de origem Banto (SALLES 2015; LOPES, 2011).

Até hoje não existem estatísticas aceitas universalmente sobre o número de negros que chegaram ao Brasil. Chiavenato (1999, p.122) apresenta o número de 3,5 milhões, Peragalli (2001, p.51) calcula 5,4 milhões de escravos negros, enquanto Artur Ramos (apud KIZOMBA, 2003, p.14) chega a dezoito milhões. Para Saraiva e Jorge (1992, p.204): “a mais importante constatação é a de que o Brasil foi o campeão americano na importação de africanos no século XVI ao XIX (TRECCANI, 2006. p.142).

De acordo com Amaral (2008) e Santos (2015), o grande contingente de escravizados(as) trazidos para a então colônia portuguesa entre os séculos XVI e XVIII deu início à grande e forçada diáspora africana, tornando o Brasil o país com maior número de negros e negras fora do continente africano. Os africanos e africanas que chegavam ao país traziam consigo uma grande carga cultural, de um lugar onde grande parte do conhecimento da humanidade surgiu e se desenvolveu (CUNHA JUNIOR, 2005).

As culturas agrícolas e pastoris tiveram desenvolvimento importante em solo africano. As culturas das manufaturas e das artes também foram intensamente processadas pelos diversos povos africanos. No campo da filosofia, da matemática e da cultura letradas, a África precede outros continentes, realiza um significativo e inesgotável acervo. A realização de cidades, reinos, impérios e sistemas comerciais faz parte do passado africano em todas as regiões do continente. Toda essa enumeração de partes do processo civilizatório da humanidade é necessária para ilustrar a complexidade e a importância da bagagem africana trazida para o Brasil, e também levada, antes de 1500, para Portugal e Espanha. Antes do Brasil, estes países receberam fortíssima colonização africana, decorrente da ocupação da península Ibérica pelos mouros durante 700 anos. A Europa, com sua constituição greco-romana, deve grande tributo à base africana. Exemplos importantes são as contribuições das civilizações egípcia e etíope para a Antiguidade (CUNHA JUNIOR, 2005, p. 249).

Toda essa bagagem cultural e intelectual desembarcou no país com os(as) escravizados(as), de maneira forçosa, é evidente, mas que não deve ser desconsiderada ou omitida como durante muitos anos o foi. O alto nível de organização e conhecimento dos povos recém-chegados ao Brasil foi fundamental para aflorar a economia portuguesa, pois detinham o domínio do metal e de técnicas necessárias para o desenvolvimento agrícola, coisa que os lusitanos não dominavam, mas almejavam para a expansão de suas produções, em especial o açúcar e o café (CHIAVENATO, 2012).

No modelo de desenvolvimento econômico português, os(as) recém-chegados(as) eram submetidos(as) aos trabalhos mais pesados, com as condições mais insalubres e castigos

perversos, como chibatadas, cortes de dedo, amputações de seios e violações de membros genitais, além de surras constantes. Nessa condição sub-humana, a expectativa de vida desses(as) africanos(as) não atingia a idade superior a 31 anos, pois as jornadas a que eram submetidos não lhes propiciavam condições adequadas para suas manutenções (AMARAL, 2008).

A punição dos escravos acontecia em praça pública, na frente dos demais escravos; as cabeças dos rebeldes executados eram colocadas em lugares bem visíveis justamente para servir de exemplo. Não é um mero acaso o fato do pelourinho se localizar na praça principal das cidades. Os suplícios, a marcação a fogo e o corte das orelhas dos fugitivos eram vistos como instrumentos “educativos” para preservar a ordem. Malheiro (1976, p. 51) relata que ao escravo fugitivo era gravada no corpo a letra “F” com ferro quente (TRECCANI, 2006, p.19).

As condições impostas com a escravidão e o tráfico sem freio de africanos para a colônia portuguesa no Brasil são alguns dos motivos identificados por estudiosos como Gomes (2015), Treccani (2006), Funes (S/D; 2000), Reis (1996) Almeida (2011), Albuquerque e Filho (2006), Amaral (2008) Arruti (2006) Moura (2014) Gomes (2009) Gomes e Munanga (2006), Lopes (2009) Neto (2011), Mattos (2015), Boaventura (2000) Acevedo e Castro (1998), Malheiros (2008) O’Dwyer (2002), Leite (2000) e Neto (2011). Essas péssimas condições motivaram os(as) africanos(as) a formarem os primeiros quilombos no Brasil, mobilizando-se ainda nos engenhos, planejando fugas e até matando capitães do mato e senhores.

A fuga para as matas e, consequentemente, a formação dos quilombos, se deram ao longo de todo o período escravocrata no Brasil, estendendo-se por diversas regiões do país, como identifica Gomes (2015) ao citar os estados de Minas Gerais, São Paulo, Pará, Maranhão, Amapá, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Dentre tantas características dos quilombos, é pertinente destacarmos suas localizações, corriqueiramente erguidos em áreas de planícies alagadas e montanhosas, cercadas de matas de difícil acesso e solo fértil. A preferência por esses espaços seguia uma lógica estratégica, pois asseguravam o plantio para consumo e comercialização, além de garantir uma maior segurança aos quilombolas frente às expedições dos “fazendeiros, das câmaras municipais, dos delegados, subdelegados, juízes de pais e chefes de polícias”, organizados para suas capturas e destruição (GOMES, 2015, p.34). Ainda sobre os quilombos, O’Dwyer (2002) acrescenta:

[...] Dentre os fatores explicativos, destaca sua situação de fronteira não controlada pelo Estado, com numerosos rios e matas que serviram para fuga e esconderijo da escravatura; a diversificação da economia: caça, pesca, agricultura de subsistência, gado e a comercialização do fumo e do algodão; além da prática do garimpo nos rios [...] (p.175).

A formação dos endêmicos quilombos no Brasil reforça os escritos do historiador, jornalista e marxista Clóvis Moura (2014), que questiona a passividade pela qual foram caracterizados os quilombolas em muitos textos literários do país. Em seus escritos, esse autor expõe as guerrilhas, as insurreições, as fugas e os quilombos, como mobilizações e organizações que questionam essa literatura e reafirmam a luta dos(as) africanos(as) e afro-brasileiros(as) contra o sistema escravagista, racista e discriminador. As fugas quase sempre resultavam na formação dos quilombos e poderiam ser em grupos ou individuais (MATTOS, 2015).

O quilombo, para os “fugitivos”, resultou e resulta da necessidade vital dos africanos e afro-brasileiros de resgatar sua liberdade e dignidade sucumbida com a escravidão. Para Vicente Salles (2005, p. 204), “o quilombo expressa-se como uma forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, organização social e reafirmação dos valores das culturas africanas [...]”. Na visão de Nascimento (2013, p.04):

A multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento amplo e permanente. Aparentemente um acidente esporádico no começo, rapidamente se transformou de uma improvisação de emergência em metódica e constante vivência dos descendentes de africanos que se recusavam à submissão, à exploração e à violência do sistema escravista.

Em suas estruturas, os quilombos do Brasil dispuseram de uma organização agrícola e pecuária própria, assim como mantinham práticas extrativistas de “drogas do mato” e mineração, tendo em vista sua manutenção e comercialização, principalmente com comerciantes com os quais conservavam relações clandestinas, contrariando a corte e os senhores que se revezavam para capturas e extermínio dos “fugitivos”. “Alguns escravos fugidos construíram comunidades independentes, mas não muito isoladas, para que pudessem interagir com a sociedade, comercializando sua produção agrícola” (MATTOS, 2015, p.137).

Mesmo em condições de clandestinidade, passam a exercer inúmeras atividades em roçados ou plantações de outrem, em locais onde precisassem de trabalhadores, ali onde ele pudesse se assegurar das condições de existência fora do regime escravo. No entanto, a maior parte acaba por recriar, no interior das florestas, seus roçados, fortalecendo assim os laços internos e ampliando seus conhecimentos e as práticas de uso dos recursos da floresta e cursos d’água (CASTRO, S/D, p. 02).

Na pesquisa de Gomes (2015) em arquivos públicos de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Pará, é possível identificar registros de bandeirantes, capitães do mato e outros perseguidores que relatavam sobre a produção agrícola dos quilombolas, destacando-se, dentre tantas produções, o milho, o arroz, a farinha e o feijão.

Essas produções, além de serem destinadas ao uso próprio, eram comercializadas entre os quilombos, os taberneiros, os cativos (africanos escravizados nos engenhos) e até mesmo com os “senhores”, na compra de cartas de libertação de escravizados. As negociações com os taberneiros eram feitas, sobretudo, por dinheiro, armas e outros mantimentos que não eram produzidos nos quilombos, como o ferro usado para a confecção de utensílios para o trato com a terra e para a confecção de armamentos. O comércio com mercadores da colônia e do império demonstra que, mesmo sob perseguição e constante deslocamento, os quilombolas mantinham relações comerciais, vendendo e trocando excedentes produzidos em seu interior, desmistificando a ideia de quilombos como sociedades isoladas e de “selvagens”, retrato pitoresco que perdurou durante muitos anos na literatura brasileira (GOMES, 2015; FUNES, 1995; ACEVEDO E CASTRO, 1998).

A confecção de armas e troca por armamentos de fogo eram um dos principais negócios entre os quilombolas, pois assim reforçavam seu arsenal e fortaleciam os quilombos contra as tentativas de captura ordenadas pela corte.

Nos escritos coloniais, inúmeras cartografias de diferentes quilombos foram feitas por policiais da corte e capitães-do-mato (ver desenhos 01, 02, 03 e 04) como estratégias para seus “ataques”, podendo-nos dar um parâmetro da estrutura organizacional dos territórios formados pelos africanos e afro-brasileiros, mesmo que pela ótica dos perseguidores.

DESENHO 01: QUILOMBO DA SAMAMBAIA –MG. SEC. XVIII

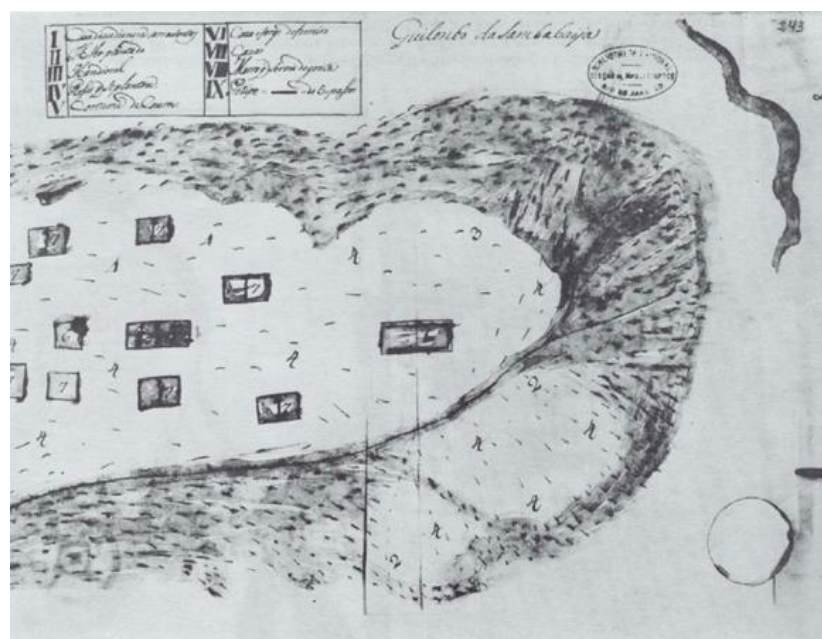


Figura 4: Quilombo da Samambaia (Anais...,1988, p.112)

Fonte: Gomes (2015).

DESENHO 02: QUILOMBO RIO DA PERDIÇÃO -MG

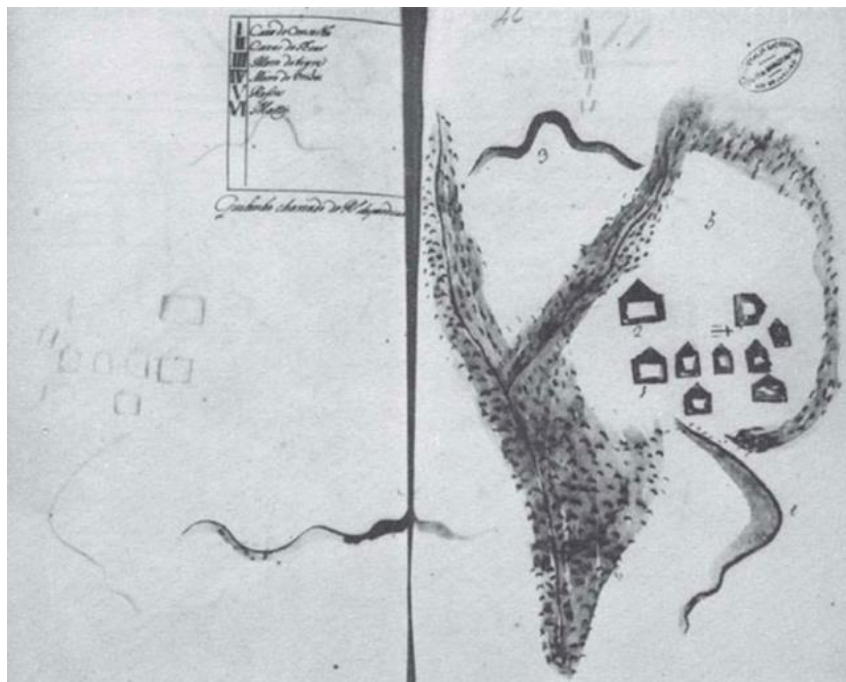


Figura 1: Quilombo do rio da Perdição (Anais..., 1988, p.110)

Fonte: Gomes (2015).

DESENHO 03: QUILOMBO DE SÃO GONÇALO – MG –SEC. XVIII

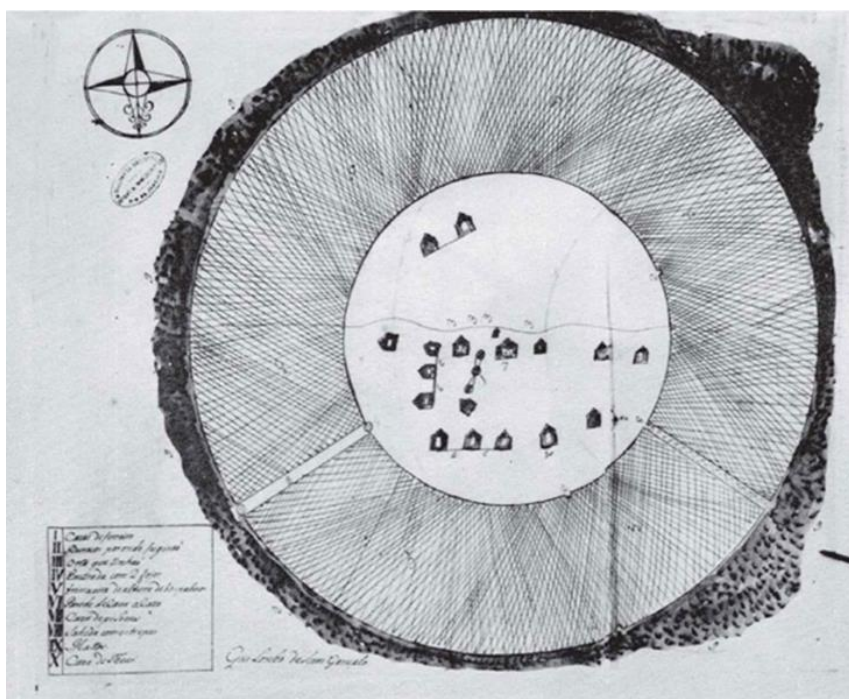


Figura 3: Quilombo de São Gonçalo (Anais..., 1988, p.107)

Fonte: Gomes (2015).

DESENHO 04: QUILOMBO DE AMBRÓZIO – MG. SEC.XVIII

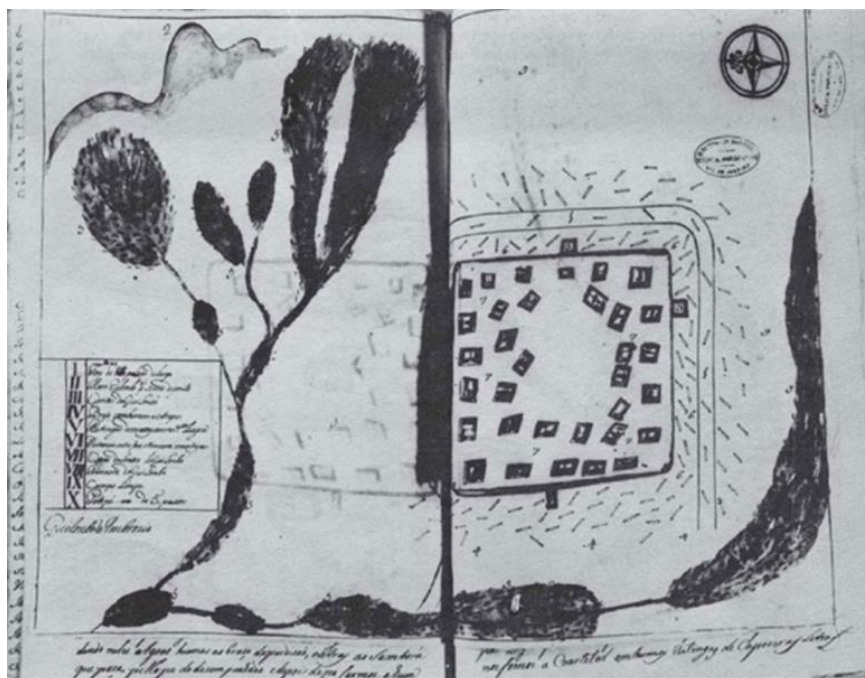


Figura 5: Quilombo do Ambrózio (Anais..., 1988, p.111)

Fonte: Gomes (2015).

As plantas desenhadas pelos colonos expõem, segundo Gomes (2016), umas das estratégias da corte para capturar os “fugitivos”, bem como nos dão uma visão de como se estruturava um quilombo, em sua maioria, rodeado de matas que serviam como “paredes”, dificultando possíveis capturas e emboscadas. Nas plantas, é possível identificar, nos centros dos quilombos, casas de tear, de farinhas e de “santo”, além de roças e plantações em seus entornos.

Amaral (2008), Gomes (2015), Mattos (2015) e Moura (2014) ainda analisam que, durante todo o período correspondente aos séculos XVIII e XIX, diversas ocupações de terras de engenhos foram identificadas pela corte em todo o país, sobretudo nos atuais Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, os chamados aquilombamentos. Os aquilombamentos se desenvolviam (muitos ainda existem) nos entornos dos grandes engenhos, provenientes da ocupação de escravizados(as), libertos(as) e quilombolas.

Os aquilombamentos se davam no interior das fazendas, mediante a tomada de hectares de terras pelos(as) africanos(as) e afro-brasileiros(as), seja por resistência ao escravagismo ou mesmo por negociações abertas entre os escravizados e seus “senhores”, que poderiam ser por melhores condições de trabalhos, direito ao cultivo próprio de roças, utensílios para o trato com a terra, vestimentas, “folgas” em dias como sexta e sábado, para o comércio de seus produtos e

culto às suas entidades, assim como pela aquisição de canoas e vagas em carros para levar seus cultivos às feiras, de forma a não pagar fretes (GOMES, 2015).

Esse movimento de aquilombar-se reforça a “garantia da existência física, social e cultural das comunidades, marca a história do país e chega aos dias atuais, expresso na luta pela manutenção dos direitos das comunidades quilombolas” (SOUZA, 2008, p.02).

A resistência ao escravagismo, como podemos perceber, se deu em diferentes regiões do Brasil e de várias formas. As insurreições, as resistências, as guerrilhas, as formações e organizações dos quilombos revelam um pouco das trajetórias, dos conflitos e da formação e atuação política dos negros contra esse sistema de exploração e discriminação ao qual foram submetidos.

A atuação dos quilombolas, para além da formação dos quilombos, pode ser percebida também em movimentos urbanos como as revoltas dos Alfaiates (Bahia, 1798-1799), a Cabanada (Pernambuco e Alagoas, 1832-1835), a Cabanagem (Pará, 1835-1840), a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845), a Sabinada (Bahia, 1837-1838) e a Guerra da Balaiada (Maranhão, 1838-1841).

Em outros momentos históricos as situações de escravidão eram tão graves que quilombolas uniram-se aos negros urbanos e a outros setores oprimidos, dando origem a insurreições armadas. Neste sentido poderiam ser citados vários exemplos desta união entre quilombolas rurais e escravos urbanos: a Revolta Malês (Bahia, 1807-1835), a Balaiada (Maranhão, 1838-1841) e a Cabanagem (Pará, 1835-1840). Os momentos de guerra interna foram propícios para o estabelecimento de quilombos. Isso aconteceu em vários estados e em diferentes épocas históricas: ocupação dos holandeses em Pernambuco (1630); Revolta Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845) e Guerra contra o Paraguai (1864-1870) (TRECCANI, 2006, p.44).

As diferentes frentes de atuação dos negros no Brasil desmascaram a visão dos culturalistas, que viam a formação dos quilombos de forma romântica, uma revolta restrita apenas às imposições culturais dos colonos. Da mesma sorte, questionam o ponto de vista dos materialistas, que exclamavam que a formação dos quilombos era caso isolado, um movimento centrado somente na luta ao escravagismo, sem relação com a ideia de desenvolvimento de uma sociedade livre, paralela ao modelo imposto pelos portugueses (MOURA, 2014).

Na historiografia brasileira, podemos recontar a história e destacar a formação dos quilombos no Brasil como uns dos primeiros focos de organização de movimentos sociais (como já citado), pois congregava uma grande parcela da população que se mobilizou na luta contra a exploração no país (CUNHA JUNIOR, 2012). Essa tese garante uma releitura da nossa história, recusando inclusive “a imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os

escravos” (PEREIRA, 2010, p.158), para, então, destacar a trajetória de luta e resistência dos(as) negros(as) em território brasileiro. Para Souza (2008, p. 02):

O movimento de luta pela garantia dos direitos quilombolas é histórico e político. Traz em seu íntimo uma dimensão secular de resistência, na qual homens e mulheres negros buscavam o quilombo como possibilidade de se manterem física, social e culturalmente, em contraponto à lógica colonial e pós-colonial.

A luta dos quilombolas e as diversas manifestações que impuseram na então colônia portuguesa (Brasil) deixaram as autoridades, tanto coloniais quanto imperiais, desesperadas, ao ponto de chamarem essas sociedades de “contagioso mau”, porque eram cada vez mais recorrentes “prejuízos causados” aos senhores de engenhos e escravocratas (GOMES, 2015; AMARAL, 2008). Com a segunda revolução industrial eclodindo na Europa, o país passa a sofrer pressões para o fim das perseguições e consequentemente da escravatura, pois, com o aperfeiçoamento do sistema capitalista, precisava-se de mão de obra assalariada que absorvesse os produtos confeccionados em grande escala após a revolução³³.

Com o desenvolvimento do capitalismo, o Brasil passa a sofrer pressão para o fim da escravatura, que culmina, como sabemos, com a sanção da Lei nº 3.353, assinada pela princesa Isabel, em 1888, determinando o cessar do escravismo no país. Abaixo, um esquema organizado por Moura (2014), que sintetiza as causas que determinaram o fim da escravidão e um novo cenário para os africanos e afro-brasileiros, não mais ameno que o vivido até essa Lei.

³³ Chiavenato (2012) analisa essa pressão para o fim da escravatura no Brasil sob outra ótica, afirmando que essa se dá por pressão da Inglaterra para prejudicar produção açucareira no Brasil, sua grande concorrente, então.

QUADRO 02: PRINCIPAIS CAUSAS QUE DETERMINARAM A ABOLIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Causas externas	Causas internas
1) Pressão política e militar da Inglaterra;	1) Abolição do Tráfico de escravos africanos com a Lei Eusébio de Queiroz (1850);
2) Formação de um mercado produtor de açúcar em outras áreas, especialmente nas Antilhas;	2) Queda de produção e crise estrutural da área açucareira nordestina e consequente decadência do trabalho escravo;
3) Aparecimento de um sucedâneo do açúcar de cana e sua aceitação no mercado europeu;	3) Aparecimento das primeiras indústrias de transformação exigiam mão de obra livre;
4) Política migratória ofensiva dos países europeus em face dos seus excedentes populacionais;	4) Mínima rentabilidade do trabalho escravo em comparação com o livre;
5) Interesses das nações capitalistas especialmente da Inglaterra, de criarem um mercado consumidor interno africano, fato que motivou, anteriormente, a extinção do tráfico de escravos no Brasil;	5) Surto de café, cuja unidade produtora – a fazenda – não se adaptava ao trabalho escravo e se desenvolvia com uma dinâmica interna capaz de absorver a mão de obra livre, inclusive a importada;
6) Necessidade, por parte dos manufatureiros ingleses, de ampliar mercado consumidor brasileiro.	6) Chegada de imigrantes estrangeiros para os trabalhos agrícolas;
	7) Campanha abolicionista com a participação da intelectualidade e classe média;
	8) Resistência dos escravizados que orquestravam fugas, morte de “senhores” e feitores, greves, motins e formação dos quilombos

Fonte: Adaptado pelo autor de MOURA (2014, p.103)

Em teoria, a assinatura da lei que aboliu a escravidão no Brasil seria uma grande conquista para a população africana e afro-brasileira, explorada e perseguida por mais de 200 anos até então, porém os negros e negras continuaram excluídos(as) na sociedade, tendo diversos direitos negados, como o acesso à escola e à terra. Muitos quilombolas lutaram pelo reconhecimento de suas terras, enquanto outros foram esconderados para os encostos das grandes cidades, sem a mínima condição de assentamento e sem emprego (FERNANDES, 1972), como assinalado na seção IV desta dissertação.

A transição do século XIX para o XX acirrou ainda mais as discriminações que giravam e giram até hoje em torno das comunidades quilombolas. Isso ocorreu porque o projeto republicano não incorporou em seu modelo as populações negras que passaram a ser invisíveis diante das autoridades.

No pós-abolição, o processo de invisibilidade foi gerado pelas políticas públicas – ou a falta delas – que não enxergavam em recenseamentos populacionais e censos agrícolas centenas de povoados, comunidades, bairros, sítios e vilas de populações negras, mestiças, indígenas, ribeirinhas, pastoris, extrativistas etc. Camponeses negros – parte dos quais quilombolas do passado – foram transformados em caboclos, caçaras, pescadores e retirantes. (...) O pior é que as atividades econômicas desenvolvidas pelos quilombolas não eram contempladas nos dados censitários, pois se articulavam entre a agricultura familiar, os trabalhos sazonais e extrativistas; quase tudo ignorado nos censos agropecuários republicanos. Constituiria uma ideologia do isolamento das comunidades rurais e com elas algumas identificadas como negras e descendentes de antigos escravos (GOMES, 2015, p.122-123).

Carvalho (1995), Gomes (2015), Treccani (2006), Leite (2000) e Passos (2010) expõem que o isolamento ao qual os negros foram submetidos, especialmente os quilombolas, faz parte da política de marginalização e de invisibilidade impostas pelos “republicanos”, dando continuidade ao processo de exclusão da população africana e afro-brasileira, negando-lhes saúde, transporte, emprego, educação e acesso à terra³⁴. A terra e a educação, campo de grande luta e de reivindicação por parte dos quilombolas.

Na transição do sistema imperial para o republicano, os quilombolas deixam os noticiários dos jornais das províncias que destacavam suas “fugas” e a formação dos quilombos, para, então, tornarem-se invisíveis para as autoridades republicanas. Para Gomes (2015, p.123), “O invisível passaria a ser isolado e depois estigmatizado”. Esse isolamento faz parte das estratégias de desapropriação de terras secularmente ocupadas, em que o Estado, mancomunado

³⁴ “Durante o período pré-abolição, os grupos de proprietários fundiários brasileiros tentaram dificultar ainda mais o acesso à terra no País. A lei de terras no Brasil, que data de 1850, foi um marco deste processo, garantindo o acesso à propriedade apenas para os integrantes dos grupos hegemônicos. A forma da propriedade fundiária no Brasil foi construída historicamente como latifúndio e nunca no país foi realmente empreendida uma ampla reforma agrária” (PERES, S/D, p.01-02).

com o capital, sobretudo com o latifundiário, incentiva diversas investidas contra os seus territórios.

Mesmo com as investidas dos latifundiários, os quilombolas tiveram uma importante conquista com a Constituição Federal de 1988. Segundo Treccani (2006), apesar da abolição da escravidão em 1888, os quilombolas precisaram de mais 100 anos para terem suas terras reconhecidas, o que só veio ocorrer com o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), de 1988.

Com a Constituição Federal de 1988, o quilombo reaparece no aparato jurídico e legislativo, agora como categoria de direitos, mediante a introdução do termo “remanescentes”. O termo “remanescente”, após a Constituição, ganhou nova amplitude, sendo ressignificado e usado para o reconhecimento de diferentes coletivos negros situados no campo, que compartilham de uma identidade étnica e do uso comum da terra como elemento vital de sobrevivência. Esses camponeses negros são herdeiros de fazendas em declínio de produção, ou que adquiriram suas terras mediante a concessão do Estado por serviços prestados ou pela compra. São os que secularmente ocupam porções de terras, não necessariamente baseados na noção de quilombo “colonizado”, de ocupação mediante o aquilombamento ou edificação com as “fugas”. São comunidades conhecidas como “terras de negros”, “terras de Santos”, comunidades afro-rurais ou camponeses negros (ALMEIDA, 2008).

A amplitude do termo quilombo, ao abranger esses coletivos negros, surpreendeu os órgãos responsáveis para coordenar, reconhecer e titular seus territórios, porque os processos em si esbarram “em interesses das elites econômicas envolvidas na expropriação de terras” (LEITE, 2000, p 349). Com isso, a demarcação e o reconhecimento são marcados pela burocratização e lentidão dos procedimentos, incentivados pelos latifundiários, com ajuda do Estado e da mídia.

A burocracia para titulação das terras quilombolas se dá, sobretudo, pelos interesses do capital e seu desejo insaciável pelo lucro, que contrasta com o uso comum da terra por parte dos quilombolas. As investidas dos latifundiários também ocorrem pelo alto valor das terras (quilombolas), corriqueiramente situadas em áreas de solo fértil, ricas em minérios ou com longas bacias hidrográficas. Peres (S/D, p. 04) salienta que, “conforme o valor da terra aumenta em uma determinada região, as ações empreendidas para a expulsão dessas populações de seus territórios passam a acontecer com maior intensidade, colocando a seus moradores inclusive o risco de morte”.

Para Almeida (2011), as pressões sobre os territórios quilombolas se dão principalmente por dois caminhos. O primeiro resulta do aumento dos preços dos *commodities* minerais e agrícolas no sistema capitalista no século XX e XXI, que incide na busca de novas terras para exploração e ampliação da produção. Já o segundo consiste nas chamadas ‘obras de infraestrutura’ ou grandes projetos governamentais, tais como: rodovias, hidrovias, ferrovias, barragens, portos e aeroportos (...)” (ALMEIDA, 2011, p.171), que esbarram nos quilombos.

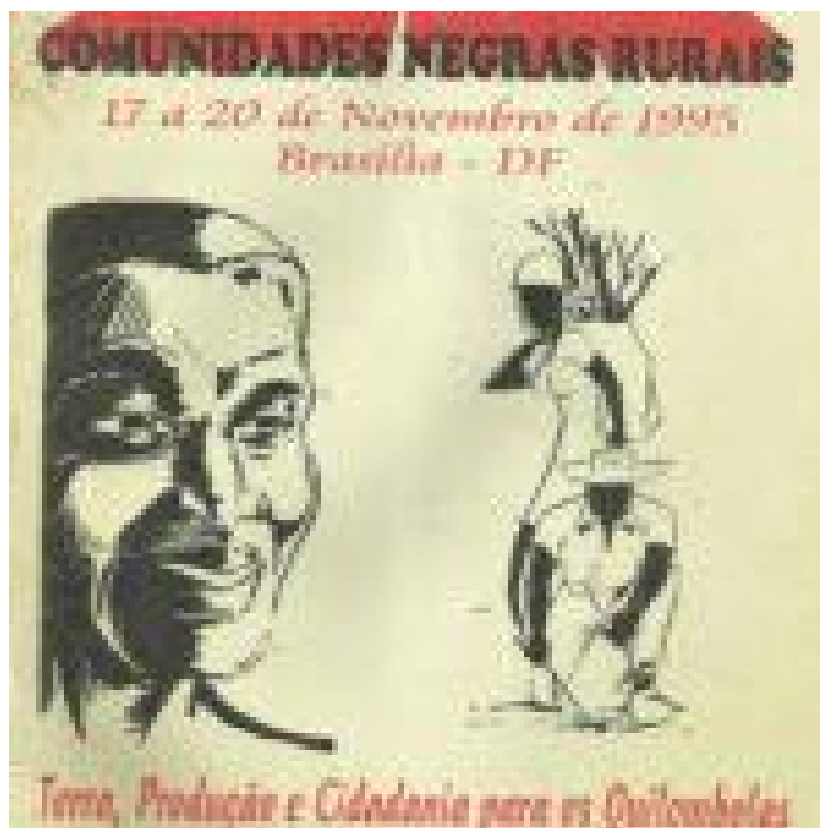
Essas investidas intensificam ainda mais a organização dos quilombos pós artigo 68, levando os “remanescentes” a se organizem de forma mais articulada e em nível nacional na luta pela garantia de seus direitos. Sobre isso, Peres (S/D) afirma que surge, em meados da década de 90:

o movimento nacional das comunidades negras rurais quilombolas, que é hoje um dos mais ativos agentes do movimento negro rural no Brasil. Sua Coordenação Nacional (Coordenação Nacional de Quilombos – CONAQ) reúne representantes de 22 estados da Federação. A Coordenação foi criada em 1996 e hoje é um dos principais órgãos de diálogo entre os representantes governamentais e as comunidades quilombolas (p. 07).

Por intermédio do movimento negro urbano articulado com o quilombola, foi organizada a Marcha “Zumbi dos Palmares”, em 1995, em alusão aos 300 anos da morte de Zumbi cujos resultados e reivindicações ainda continuam repercutindo na formulação de políticas afirmativas até os dias de hoje³⁵. Nesse mesmo período foi realizado I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em Brasília, visando a uma maior articulação dos quilombos na luta pelos direitos conquistados pela Constituição Federal de 1988. Nesse seminário, formou-se uma comissão provisória que ficou responsável pelo acompanhamento e mobilização das pautas quilombolas. No ano de 1996, ocorreu “o Encontro de Avaliação do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, (...) realizado na Bahia, em que a Comissão Provisória dá lugar à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ.

³⁵ Ver site da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ por meio do endereço eletrônico <http://conaq.org.br/coletivo/278/> para consultar as leis conquistadas.

IMAGEM 01: CARTAZ DO I ENCONTRO NACIONAL DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS REALIZADO EM BRASÍLIA NO ANO DE 1995



Fonte: CONAQ (S/D).

Embora não seja nosso foco destacar a CONAQ³⁶, consideramos pertinente sua atuação na mobilização, mesmo concordando com Peres (S/D, p.07) ao afirmar que “o movimento não é restrito ao *lôcus* institucional”. Esse órgão é importante, pois mobiliza e realiza diversos encontros em âmbito nacional³⁷, para tratar das discussões referentes aos quilombolas e sua juventude, como as que antecederam ao decreto 4887/2003³⁸, que regulamenta os procedimentos para demarcação e titulação das terras ocupadas por “remanescentes” quilombolas.

O Decreto 4887 é mais uma conquista na luta pelo reconhecimento das terras quilombolas, pois regulamenta e define as competências de cada órgão, seja de regulação

³⁶ No ano de 2017, no período de 22 a 26 de maio, realizou-se o 5º Encontro Nacional, em Belém – PA.

³⁷ 17 a 20 de novembro de 1995, em Brasília – DF; 29 de novembro a 02 de dezembro de 2002, em Salvador – a 07 de dezembro de 2003, em Recife – PE; 03 a 06 de agosto de 2011, no Rio de Janeiro – RJ (CONAQ, S/D); 22 a 26 de maio 2017, em Belém – PA.

³⁸ Hoje, para além das investidas do latifúndio, ainda tivemos uma ação solicitada pelo partido político Democratas (DEM), iniciada em 2004 que visava revogar direitos já conquistados, como o decreto 4887/2003 que regulamenta o procedimento de titulação das terras quilombolas. Porém, no dia 08 de fevereiro de 2018, por 9 votos a 2, os ministros e ministra do supremo votaram a favor da constitucionalidade do decreto, a partir do qual os quilombolas passam a ter o título absoluto de suas terras.

fundiária, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – ou de acompanhamento dos processos de regularização, que fica sob competência da Fundação Cultural Palmares. Esse decreto traz elementos importantes para combater as grilagens e as investidas dos latifundiários, já que facilita a demarcação e reconhecimento das terras dos quilombolas, preenchendo as lacunas deixadas pelo artigo 68 da Constituição Federal de 1988, sobretudo no que se refere à identificação, muito questionado pelos latifúndios que levantavam questionamentos de quem seriam os “remanescentes quilombolas”, herdeiros dos escravizados perseguidos ou aproveitadores?

Com esse decreto, ficam sancionados:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Com esse decreto, busca-se superar os entraves que cercam o reconhecimento das terras quilombolas, principalmente em se tratando de sua autoidentificação, muito questionada e incompreendida por legisladores e representantes do capital. Essa incompreensão se dá porque os remanescentes quilombolas têm outra forma de se relacionar com a terra, uma vez que esta faz parte de sua história, da identidade étnica do grupo, da ancestralidade deixada e cultivada pelos membros. A terra para os quilombolas é de uso comum, de todos. Essa forma de se relacionar, para além da propriedade privada e para geração de lucros, contrasta com os anseios do capital.

Os interesses contrários aos direitos quilombolas, que se insurgem contra a identidade quilombola, lutam principalmente pela não garantia do direito aos territórios das comunidades, uma vez que a titulação significa que a terra se torna inalienável, coletiva, contradizendo, dessa forma, os interesses do agronegócio e do latifúndio (SOUZA, 2008, p.10).

A terra para os remanescentes quilombolas representa elementos de sua ancestralidade, de resistência e sobrevivência. Juntos, esses elementos criam a identidade quilombola, compartilhada entre seus membros, mediante a necessidade vital de garantir seus territórios. Segundo Souza (2008, p. 05), “A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia

de pertença”. Para essa autora, a identidade quilombola se constrói mediante as experiências compartilhadas pelo grupo, seja de valores, costumes e lutas. Schmitt, Turatti e Carvalho (2002) reafirmam que essa relação constitui a identidade quilombola, construída e ressignificada diante da necessidade da luta pela terra.

Estamos, portanto, diante da incorporação de identidades que, em decorrência de eventos históricos, introduzem novas relações de diferença, as quais passam a ser fundamentais na luta dessas populações negras pelo direito de continuar ocupando e transmitindo às gerações vindouras o território conformado por diversas gerações de seus antepassados (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p. 05).

A identidade quilombola, longe de buscar formar uma identidade homogênea, se propõe a tornar-se uma identidade política, de luta e resistência, especialmente na manutenção de seus valores e reivindicação de seus direitos, que não deve cessar apenas pela garantia de seus direitos, ao contrário, precisa estar articulada contra o racismo e a discriminação que assolam a população negra brasileira. Sobre essa identidade, Leite (2000, p. 342-343) explica que:

Enquanto uma expressão da identidade grupal, o significante “negro” vai somando em seu percurso tudo aquilo que advém de tal experiência, ou seja, elementos de inclusão (que mantêm o grupo unido em estratégias de solidariedade e reciprocidade), e também de segregação (ou seja: a desqualificação, a depreciação e a estereotipia). Os sentidos do termo e as experiências nele circunscritas revelam sua ambigüidade: por um lado, a marginalização; por outro, a força simbólica demonstrada no seu persistente poder aglutinador, vindo a configurar ou expressar uma identidade social e a nortear inclusive políticas de grupos.

A afirmação de uma identidade quilombola como foco de resistência é essencial, haja vista, como Leite (2000) afirmou, a necessidade de manter o grupo unido em torno de uma identidade de resistência (política), que também é cultural (relações de parentesco e costumes). Tal movimento fortalece a luta dos remanescentes quilombolas, norteando inclusive a luta por políticas afirmativas voltadas à reparação das atrocidades do Estado Brasileiro com a população negra, sobretudo quilombola.

Em meio a essa necessidade, os jovens quilombolas são convocados a dar continuidade a essa luta, construindo suas identidades com base na identidade do grupo, ou seja, na identidade quilombola, uma identidade coletiva sustentada na luta pela garantia de seus direitos, principalmente no que se refere à terra, que carrega traços de sua ancestralidade, história e costumes, perseguida, estigmatizada e inviabilizada pelo Estado nos mais de “500 anos de Brasil”. É sobre essa categoria (identidade) que trataremos na próxima seção, de forma a criar bases para discutir o problema de pesquisa proposto.

SEÇÃO VI: IDENTIDADE OU IDENTIDADES? AS CONFLUÊNCIAS E VICISSITUDES DO DEBATE

Em um mundo globalizado, no qual o sujeito é atravessado pelas diferenças, é impossível definirmos identidade, embora nos esforcemos para isso. Essa afirmação é comungada por intelectuais importantes, como Hall (2011), Silva (2012), Bauman (2005) e Woodward (2012), que nos ajudam a entender que esse conceito não é imóvel, estático; ao contrário, está em movimento, em um processo inesgotável e inacabado.

No mundo moderno, em que tudo se desfaz em velocidade incrível, acompanhando sempre as transformações globalizantes, tentar esmiuçar o conceito de identidade se torna um desafio, principalmente se quisermos entender os movimentos traçados por diferentes grupos étnicos que formam a multiculturalidade de um determinado território (BAUMAN, 2005; CASTELLS, 1999). Entretanto, faz-se necessário perceber e compreender a multiplicidade existente, principalmente se almejarmos entender as identidades étnicas que insurgem, ou revigoram como arma de luta, seja na manutenção de seus traços culturais ou na reivindicação de direitos e políticas específicas, como é o caso da população negra e quilombola na atualidade.

Para tanto, antes de chegar a essa discussão de identidade como arma de luta, é pertinente retomarmos sua definição em sua forma mais basilar, pois nos ajudará a compreender a ambivalência do termo, ou seja, os vários traços que lhe constituem (SOUZA [et al], 2005). Isso servirá também para explicitar a escolha do nome desta seção, a qual foi redigida mediante várias inquietações aguçadas pelos escritos de Hall (2011), no início de meus estudos sobre essa categoria, como a seguinte questão: *identidade ou identidades?*

O dicionário Aurélio nos traz algumas informações sobre o termo, pois, de acordo com essa obra de consulta, “*identidade é um conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc.*” (BUARQUE DE HOLANDA, 1986, p.913). O dicionário aponta diversas situações que marcam os sujeitos e lhes atribuem uma certa identidade, como, por exemplo, sua idade (jovem ou velho), profissão (professor, músico, agricultor) ou mesmo seu sexo biológico (macho e fêmea). Todavia, essa noção primária não dá conta da amplitude do termo, que pode admitir outras interpretações com base no compartilhamento de outros elementos culturais, como religião, modos de vida, visão de mundo, traços fenóticos e de gênero. Para entendermos isso, outros referenciais são necessários, como Castells (1999), Silva (2012) e Hall (2011).

Castells (1999, p. 22), por exemplo, tenta sintetizar o conceito de identidade, afirmando que se trata de um “processo de construção de significados com base em um atributo cultural,

ou ainda um conjunto inter-relacionado, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre fontes de significado”. Em outra contribuição, Tomaz Tadeu da Silva acrescenta:

Identidade é simplesmente aquilo que é: “sou brasileiro”, “sou negro”, “sou heterossexual”, “sou jovem”, sou homem. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”, uma característica independente, um “fato” autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autossuficiente (SILVA, 2012, p.74).

Essas definições nos dão uma dimensão do termo que só pode ser percebida nas relações sociais que estabelecemos em sociedade ou entre pares, caso contrário, não teria sentido algum. A identidade só existe pelo reconhecimento do outro (“sou brasileiro, “você não é”), por isso ela é relacional, performática e inacabada (BUTLER, 2003; HALL, 2011). A identidade também é dinâmica, podendo surgir de ocasiões distintas que demandam identidades diferentes. Como exemplo, podemos lembrar a dádiva de ser pai (identidade familiar), de líder religioso (identidade social) e/ou empresário (identidade de classe). Essas formas de perceber a identidade levam intelectuais importantes deste campo de estudo a se reportarem ao termo no plural, ou seja, *identidades*, uma vez que recorremos a identidades distintas para momentos diversos, é o que ocorre inclusive com jovens quilombolas (BAUMAN, 2005, HALL 2011, WOODWARD, 2012, SILVA, 2012, CASTELLS, 1999).

A ampla possibilidade de contatos e trocas entre sujeitos, por intermédio da globalização que aproxima e rompe fronteiras, contribuiu para a expansão do termo identidade, sendo mais adequado nos reportarmos ao termo no plural. Identidades no plural parece bem compreensivo se levarmos em consideração a inteireza do termo “que é ‘preenchida’ a partir do exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos pelos outros” (HALL, 2011, p. 39). Para ser percebida como tal, a identidade deve ser validada pela diferença de outra já existente. A título de ilustração, podemos citar as identidades nacionalistas (brasileiro, argentino, ucraniano, jamaicano etc.) que traçam fronteiras entre os seres, levando em conta as peculiaridades de um povo, resgatando-a segundo seus modos de vida, história e visões de mundo.

Segundo Silva (2012), a identidade é produzida e afirmada como forma de disputa de recursos simbólicos de uma sociedade, e que pode ser usada, ou não, na garantia e acesso a bens e privilégios. Para o autor, “A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo de diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir acesso privilegiado aos bens sociais” (SILVA, 2012, p. 81).

Na análise de Silva (2012), a identidade é firmada pela diferença que concomitantemente é produzida em um campo de disputa e poder. Podemos perceber isso nas

marcações que os conceitos identidade e diferença imprimem, e que podem: “incluir/excluir (estes pertencem, aqueles não)”; demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”, “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normatizar (nós somos normais, eles são anormais)” (IDEM, 2012, p. 81-82). O discurso de identidade, então, visto por essa ótica, destaca bem as relações de poder que esse termo evoca, usado em determinadas circunstâncias para classificar, normatizar e hierarquizar relações com base em atributos identitários

Por essa estrutura de poder, bem como pela polissemia que o termo identidade apresenta, é que esta deve ser trabalhada de forma cautelosa. Mas, como se constrói essa hierarquia que classifica, inclui/exclui e normatiza? Como se constroem as diferentes identidades que nos atravessam? Para essas perguntas, Hall (2011) e Woodward (2012) destacam duas variantes importantes de identidade a se observar: a essencialista e a não-essencialista. Essas duas perspectivas, embora tencionem a discussão em torno da identidade, não se excluem mutuamente, uma vez que as não-essencialistas têm um pouco de “essencialismo” em sua definição e afirmação enquanto identidade. Mas o que seria isso?

Woodward (2012, p.15) explica que:

Uma das discussões centrais sobre a identidade concentra-se na tensão entre o essencialismo e o não essencialismo. O essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia; por exemplo, certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade apelando seja à “verdade” fixa de um passado partilhado seja a “verdades” biológicas. O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual. É necessário, entretanto, reivindicar uma base biológica para a identidade sexual? A maternidade é outro exemplo no qual a identidade parece estar biologicamente fundamentada. Por outro lado, os movimentos étnicos ou religiosos ou nacionalistas frequentemente reivindicam uma cultura ou uma história comum como o fundamento de sua identidade.

As discussões em torno de identidade com base no essencialismo salientam uma identidade que nasce com o sujeito, como é caso daquela construída pelo sexo biológico e patriótico quando nascemos em determinado país. Essas duas formas de identidades são vistas como imutáveis, estáticas e condicionadas. O essencialismo é amplamente contestado, sobretudo, por movimentos sociais, como o Feminismo e o Movimento Negro, que expõem suas conclusões, afirmando que essa perspectiva é uma forma de dominação, controle e exclusão de formas distintas de identidade e cultura. Hall (2011) é mais cauteloso em sua discussão, explicando que, embora as identidades sejam algo formado ao longo do tempo por processos inconscientes e postos, o essencialismo não pode ser desconsiderado, pois, mesmo

os grupos distintos, buscam elementos comuns em seu processo de identificação e solidificação de sua identidade, podendo ser, desde um modo de vida compartilhado, uma conquista, um antepassado comum, a um processo de resistência.

A título de exemplo, podemos sintetizar a crítica a essa perspectiva essencialista por parte de alguns movimentos que afirmam que esta identidade é suscitada no sujeito logo ao nascer em um território nacional, quando bombardeado por um conjunto de símbolos e significantes que compõem a cultura de um determinado país (GEETZ 1989). Recebem, mediante aparelhos ideólogos como escola, igreja e redes de comunicação, como lembra Althusser (1987), um sentimento de patriotismo, de lealdade ao estado/nação, garantindo a soberania deste (território) e a manutenção do *status quo* (CASTELLS, 1999). Também seguindo essa perspectiva, somos marcados e identificados segundo um sexo biológico (masculino e feminino) que, juntamente com a identidade nacional, dão vida a nossas primeiras identidades. É neste ponto que gostaríamos de nos concentrar, porque os marcadores sociais que tentam nos identificar com base no sexo biológico e “cultura nacional” o fazem de forma hierarquizada, abrindo caminhos para práticas discriminatórias, preconceituosas, xenofóbicas, homofóbicas, machistas e racistas.

A determinação de uma identidade nacional como representante do patrimônio cultural de “um povo unificado” esconde as inúmeras culturas (“não-essencialistas”) que dão vida a outras infinitas identidades encontradas em diferentes cantos de seu território (HALL, 2011). Entre tantas, é preciso reconhecer as identidades coletivas de gênero, étnico-racial e quilombola, que vem ganhando destaque nos últimos anos no cenário nacional brasileiro, na busca pelo reconhecimento de suas peculiaridades, direitos ou políticas específicas voltadas para manutenção e valorização de seus modos de vida, visão de mundo, cultura e religiosidade.

Como resistência à hierarquia e homogeneização identitária, ressurgem, nos últimos anos, identidades coletivas sustentadas por grupos distintos, residentes dentro de um mesmo território nacional, revelando a multiculturalidade existente em determinado tempo/espço. No caso do Brasil, Movimento Sem-terra, indígenas, quilombolas, LGBTs, e outros dão coro a essa multiculturalidade. Essas identidades surgem como resistência, por sujeitos que se encontram em posições desvalorizadas e estigmatizadas na sociedade (CASTELLS, 1999).

A identidade destinada à resistência, leva a formação de comunas, ou comunidades, segundo Etzioni. É provável que seja esse o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade. Ela dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia, ou biologia, facilitando assim, a “essencialização” dos limites da resistência (CASTELLS, 1999, p. 25).

As identidades de resistência surgem como uma subversão ao sentimento de inferiorização e subordinação ao qual grupo de sujeitos, comunidades ou estados nações foram submetidos. Nesses casos, encaixam-se países colonizados que reivindicam sua liberdade, mediante a descolonização cultural e/ou histórica, o que suscitaria uma valorização de seus traços.

A título de exemplo, podemos citar a população negra brasileira, que reivindica para si o reconhecimento e a valorização de seus traços identitários, sejam eles culturais, históricos ou mesmo estéticos (cabelo e cor de pele). Tais traços, por sua vez, foram sucumbidos ou marginalizados mediante a imposição de um modelo cultural dominante que orientou a formação da identidade nacional brasileira com base em valores eurocêntricos, intitulados e classificados como positivos e melhores frente aos aqui já existentes, os indígenas e a população negra, trazida para cá na condição de escravizada.

Assim, a valorização da identidade étnico-racial no Brasil se dá justamente a partir da indignação com a desvalorização dos traços afro-brasileiros e indígenas presentes em nossa sociedade. A imposição de um modelo dominante e homogêneo de identidade nacional nos fez acreditar que todos eramos iguais, desconsiderando as diferenças propiciadas pela multiculturalidade, afim de pregar o mito da democracia racial e a falsa confraternização das raças (FREYRE, 2005).

A falsa confraternização das raças e o mito da democracia racial, segundo Munanga (2003, p. 14), “colocou coletivamente os brancos no topo da pirâmide social, do comando e do poder, independentemente de suas raízes culturais de origem étnica [...]”, criando, assim, uma falsa hierarquização em que os brancos europeus eram vistos como superiores, inventivos e governantes, enquanto os segundos (africanos), preguiçosos, sem cultura e negligentes. Essa falsa hierarquização foi trabalhada no Brasil como uma das justificativas para manutenção da escravidão e da ideologia dos “brancos”, bem como para desvalorização da cultura negra (MUNANGA, 2003).

Essa desvalorização da cultura negra expõe o poder que as identidades exercem na normatização e classificação de indivíduos segundo atributos sociais, culturais e econômicos. No Brasil, identificar-se como branco, nem que seja apenas nos atributos culturais (já que esteticamente é difícil dada a cor de pele negra), já garantia aos negros e negras “certos” privilégios, como o afastamento de marcações do tipo “seres primitivos” e “sem cultura”, para, então, “civilizados” e “educados”.

Se a cultura, os traços fenotípicos e a história da população negra no Brasil são desvalorizados, então, quem aceitaria se identificar como negro(a) no país? “Eis a difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil”, como justifica Munanga³⁹. Durante muito tempo, a cultura do embranquecimento foi incentivada no país como forma de manutenção do poder. Se identificar como branco era se distanciar de traços e de formas de identificação relacionados à negritude.

O embranquecimento se alimentava com a degeneração da cultura negra, desqualificando-a e desencorajando as comunidades negras para uma (re)tomada de sua consciência, o que poderia dissipar a ordem vigente. Porém, a atuação do movimento negro, em especial a partir do início do século XX, vem desencadeando uma série de reivindicações para o “reconhecimento público de sua identidade para a construção de uma nova imagem positiva que possa lhe devolver, entre outro, a sua auto-estima rasgada pela alienação racial [...]” (MUNANGA, 2003, p. 11).

Em meio a essa reivindicação, uma pluralidade de identidades negras é evocada, pois, como já discutimos, estas são incompletas, heterogêneas, diversas, dinâmicas e performáticas. Dentre elas, a identidade quilombola que, tomando o conceito de identidade de resistência de Castells (1999), atua na luta pelo reconhecimento de suas peculiaridades, modos de vida, cultura e história, bem como na reivindicação de políticas específicas que garantam a manutenção de suas territorialidades.

A identidade quilombola atua em uma correlação de forças com identidades legitimadoras de dominação. De acordo com Almeida e Santana, (2012, p. 08):

Os quilombolas se relacionam com as Instituições Públicas numa luta incansável em prol do reconhecimento da comunidade enquanto remanescentes de quilombo e buscam a permanência no local através da regularização fundiária. Vale ressaltar que a permanência dos quilombolas na terra, não é a terra pela terra, mas a conquista do espaço enquanto construtor de história e de memória do povo. Esses fatores contribuem também para o reconhecimento de uma identidade étnica que implica nas ações internas.

Como discutido na Seção V, a identidade quilombola mantém o grupo unido através de experiências compartilhadas (uso comum da terra, luta e resistência) e relações de parentescos (origem étnica), agindo como pano de fundo de outras identidades construídas pelos indivíduos em suas relações e práticas em contextos distintos, seja no quilombo ou fora dele.

³⁹ Entrevista concedida à revista estudos avançados da USP/SP, no ano de 2004.

Para os quilombolas, “a territorialidade, as relações sociais comunais e a formação econômica e social imprimem nessas comunidades características específicas e uma identificação étnica própria” (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014, p. 111). Essa identidade atua para manter o grupo unido em estratégias de reciprocidade e solidariedade, aglutinando forças na luta pela manutenção de suas territorialidades e norteadando suas lutas por políticas públicas (LEITE, 2000). Por esse motivo viemos destacando essa identidade, pois seu regaste, ou melhor sua (re)valorização, é de suma importância para se compreender os jovens, haja vista que estes também assumem essa identidade em seus percursos históricos, conforme será analisado na próxima seção.

SEÇÃO VII: JUVENTUDES QUILOMBOLAS: TRAJETÓRIAS, MEMÓRIA, ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE IDENTIDADES

Esta seção concentra dados levantados no trabalho de campo. Visa realizar uma discussão mais profunda sobre o campo de investigação e os(as) colaboradores(as) da pesquisa. Para isso, foram feitas diversas visitas às comunidades citadas durante o período que compreende a metade do ano anterior (2016) e o fim do ano de 2017. Embora tenhamos delimitado esse tempo/espço na realização desta pesquisa, vale lembrar que nosso vínculo com a comunidade já é antigo, advém desde o ano de 2011, o que facilitou a criação de vínculos de amizade que extrapolam a relação pesquisador/colaboradores(as).

A amizade construída durante os anos facilitou nosso acesso aos jovens, ajudando-nos a perceber, de forma mais próxima, suas relações com o território, com seus familiares e práticas comunitárias, como pesca, caça, plantio de roças, afazeres domésticos, diversão, manifestações culturais e organização política empreitada, principalmente, por meio da associação quilombola local. Todos esses momentos foram essenciais para se entender as trajetórias percorridas pelos jovens, seja no contexto do quilombo ou fora dele, ajudando, sobretudo, na compreensão das diferentes identidades que lhes atravessam.

O vínculo construído nos anos anteriores também facilitou a definição dos principais colaboradores(as) da pesquisa, assim como ampliou o acesso às lideranças das comunidades, como Dona Francisca, Griot⁴⁰ e principal interlocutora sobre a história dos quilombos e Seu Manoel Reis, ex-presidente da Associação, que, juntos com Dona Lindalva, seus dois filhos (Abraão e Jacó) e a filha (Patrícia) me conduziram por todo o quilombo, explicando-me cada espaço e disponibilizando informações sobre a organização da comunidade, da associação e de suas relações com o território. Essas informações foram organizadas e sistematizadas em subseções apresentadas a seguir, ajudando-me na aproximação com os objetivos específicos e geral elencados nesta pesquisa.

6.1 História da luta pela Terra

De acordo com dados expedidos pelo ITERPA⁴¹, via documento de reconhecimento e titulação de suas terras, lançado no ano de 2010 e disponível em seu site, o território das

⁴⁰ No continente africano, esses(as) são os(as) Contadores(as) de história, detentores(as) do conhecimento e guardiãs(ões) da tradição oral.

⁴¹ O reconhecimento e a demarcação das terras dos quilombos se deram através do processo nº2006/14803, que atende os dispostos nos artigos 215, 216 e 68 da Constituição Federal do Brasil de 1988; dos artigos 285, 286 e 322 da Carta Estadual nº 6.165/1998 e instrução normativa nº 02/1999 do ITERPA.

referidas comunidades abrange um contingente de 446.684,8 hectares dentro do Município de Inhangapi,⁴² no Estado do Pará. O Ramal Itaboca, que leva as comunidades até à PA 036, a qual liga Castanhal a Inhangapi, tem a extensão de 11 Km. Todavia, esse percurso em épocas do inverno amazônico fica quase intrafegável, dado o grande volume de chuvas que atinge essa localidade.

IMAGENS 02: ESTRADA DE CHÃO BATIDO QUE DÁ ACESSO ÀS COMUNIDADES

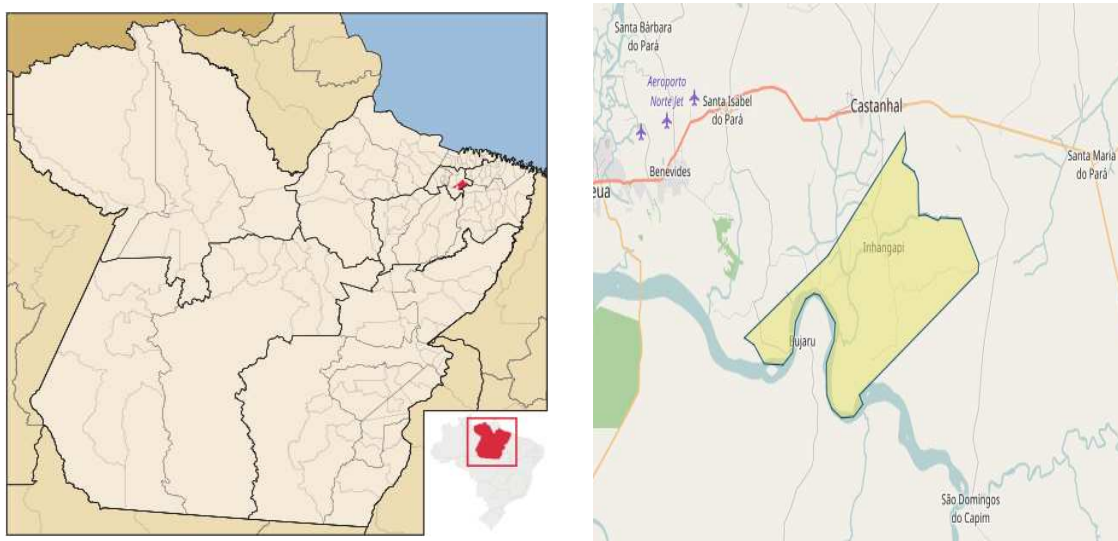


Fonte: SANTOS (2017)

Como citado, as comunidades estão dentro do município de Inhangapi, pertencente à zona fisiográfica bragantina, distante 81 km de Belém, capital do Estado do Pará, como mostra o Mapa 01.

⁴² “Termo INHANGAPI é de origem Indígena Tupi Guarani, que significa “Caminho do Diabo” ou “Caminho do Veado”. Isto porque Inhanga ou Anhangá significa Diabo ou Veado e Pi ou Pé significa Caminho, nome dado pelos indígenas que foram os primeiros povos a pisar em solo Inhangapiense” (PREFEITURA DE INHANGAPI, S/D). Informação disponível em: <http://www.inhangapi.pa.gov.br/sobre> acesso em 04 de outubro de 2017.

MAPA 03: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE INHANGAPI -PARÁ



Fonte: SÁ (2017).

O Município possui uma área territorial de 471.449 Km², pertencente à Mesorregião Metropolitana de Belém e à Microrregião de Castanhal, fazendo parte da Região de Integração do Rio Guamá, “delimitação feita pelo governo do Estado do Pará como forma de zoneamento [...] para melhoria das ações do governo” (PEREIRA, 2012, p.40). Segundo o último Censo demográfico de 2010, do IBGE, Inhangapi tem um contingente populacional de 11.224 habitantes, dos quais 53% se autodeclararam negros e negras, sendo a maioria residente no campo.

O município é um dos que mais possui comunidades autodeclaradas quilombolas no estado, são 07. Dessas, “05 possuem certificação quilombola reconhecida pela Fundação Cultural Palmares e 02 estão em processo de tramitação” (DE SÁ, 2017, p. 19). Dessas comunidades, Itaboca, Quatro Bocas e Cacoal foram as primeiras a receber o título coletivo mediante a associação que fundaram.

A presença de diversas comunidades quilombolas, nessa área, é reflexo dos incentivos à emigração no período do Império, que estimulou a plantação de cana de açúcar nas intermediações das margens do Rio Guamá, Moju, Acará e Igarapé Mirim (SALLES, 2015).

Próximos uns dos outros, esses rios integram uma zona fisiográfica bem distinta e de acesso relativamente fácil. A cultura da cana-de-açúcar aí se enraizou e adquiriu

importância econômica. Aí, portanto, se instalaram engenhos, com numerosa escravidão, e se estabeleceu um regime social típico (SALLES, 2015, p. 43)

Foi nesse contexto que os primeiros quilombos na região de Inhangapi começaram a emergir, haja vista que, onde houve escravidão, houve reação. Nesse campo de reação, a mais frequente na busca pela liberdade foi a formação dos quilombos (SALLES, 2015). Não há informação precisa sobre a formação dos quilombos da Associação de remanescentes quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, apenas narrativas coletadas em pesquisas de campo realizadas por Pereira (2012), Azevedo (2015) e pelo autor deste trabalho, com moradores desses quilombos. As narrativas, ou histórias orais, foram essenciais para essa pesquisa, principalmente na historização das comunidades, dada a escassez de fontes escritas.

De acordo com Dona Francisca, em entrevista concedida a Pereira (2012), uma das mais antigas do quilombo de Itaboca foi a portuguesa Ana Maria da Silva, que doou as terras para os escravizados quando retornou para Portugal, após o declínio de sua produção.

A portuguesa, Ana Maria da Silva, era a chefe dos escravos, a casa dela era uma casarona de assoalho nesse mesmo terreno que nos temo, a minha irmão mora lá [...] perto da casa da chefe da escravatura, a colocação se chama-se restauração era toda assoalhada, era Ana Maria da Silva, ela doou as terras pros escravos, antes dela ir para Portugal, para os nascidos e renascidos. Eu até tinha esse documento [...] ficou com um primo meu [...] (PEREIRA, 2012, p.43)

Em uma conversa informal com Dona Francisca, realizada como parte da pesquisa de campo, ela relatou que Ana Maria, logo depois do fim da escravidão (1888), deixou um testamento doando suas terras para Ana Gusmão (sua parente). Tratava-se de um terreno grande chamado de “Menino Jesus”, que abarcava os territórios de Cacoal, Quatro Bocas, Itaboca e Pitimandeuá. Nesse território, de acordo com dados levantados na pesquisa de campo, os espaços eram divididos na seguinte maneira:

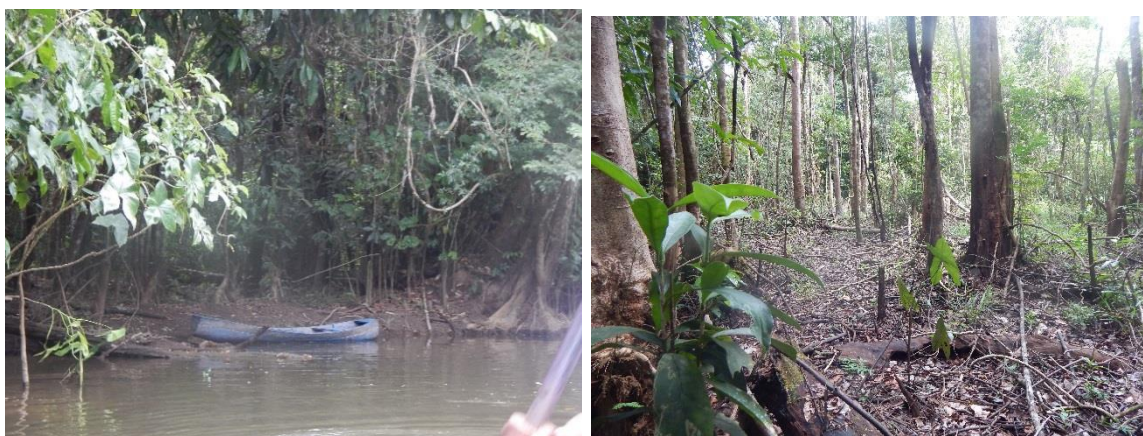
- Onde hoje é Itaboca ficava localizado o sítio da Ana Maria, no espaço onde hoje é chamado restauração (Ver imagem 03);
- Onde hoje é Cacoal, a beira do rio Inhangapi, ficava uma senzala (Imagem 04);
- Onde hoje é Pitimandeuá ficava uma colônia de escravizados com um engenho (morada de escravizados) (Imagem 05);
- No ramal de Pitimandeuá, que hoje dá acesso ao Km 09 da PA-136, ficava o Castelo (informação imprecisa) onde escravizados trabalhavam (hoje uma fazenda).

IMAGEM 03: LOCAL DA ANTIGA CASA DE ANA MARIA



Fonte: SANTOS (2017).

IMAGENS 04: LOCAL ONDE FICAVA A SENZALA EM CACOAL



Fonte: SANTOS (2017).

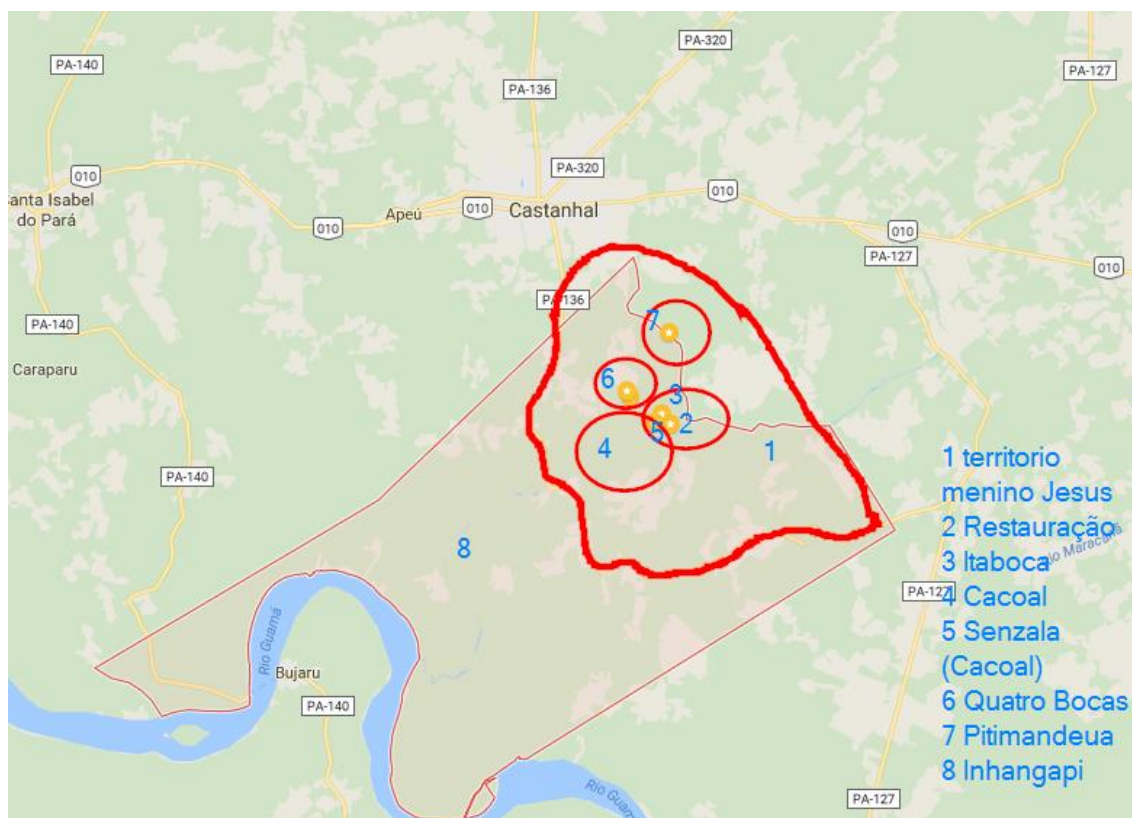
IMAGEM 05: QUILOMBO DE PITIMANDEUA



Fonte: Google Maps, 2017.

No mapa (04), feito sob a orientação da Dona Francisca, é possível entender como era o território Menino Jesus, que compreendia boa parte do espaço do que hoje corresponde ao município de Inhanhapi e uma pequena parcela do município de Castanhal. A visualização do mapa nos ajuda a compreender melhor esse território, bem como a formação das comunidades que surgiram em suas redondezas.

MAPA 04: TERRITÓRIO MENINO JESUS SOB DOMÍNIO DE ANA MARIA



Fonte: Google Mapas (Adaptado), 2017.

No mapa, é possível perceber a formação das comunidades no entorno do sítio de Ana Maria. Dona Francisca alertou que Itaboca e Quatro Bocas eram apenas caminhos que cortavam a floresta em trilhas seguidas pelos escravizados todos os dias até Pitimandeuá (colônia) e Castelo (plantio). Com o fim da escravidão, essas áreas, assim como Cacoal, foram sendo povoadas, dando início assim às referidas comunidades. O que é importante não perder de vista é que essa região fica próxima à margem do Rio Guamá, rota de formação de engenhos, como identificou Salles (2015), dando-nos, assim, uma informação valiosa sob a rota de acesso ao território Menino Jesus. A ida até o sítio restauração, de Ana Maria, era, segundo Dona Francisca, feita pelo rio Inhangapi, donde podemos inferir, então, que se dava após uma permuta entre o Rio Guamá e Inhangapi.

Às margens do Rio Guamá, ainda é possível observar a formação de outras comunidades, nas quais se percebe forte presença de negros e negras, como Pernambuco, Paraíso, e Trindade, em Inhangapi, e Macapazinho, em Castanhal. O desenvolvimento dessas comunidades à beira do rio revela que, nessas áreas, houve forte ocupação de escravizados, sem, todavia, ser possível tirar conclusões precisas de como se desenvolveram, se houve

engenhos em seus entornos, se foram erguidas após abolição ou se são de negros e negras que escaparam no desembarque nessa região ou do Engenho de Ana Maria. Essa informação requer um esforço maior, por isso, concentraremos-nos nas comunidades investigadas nesta pesquisa.

Em seu Trabalho de Conclusão de Curso, a professora quilombola Maria Leila da Conceição Azevedo, do quilombo de Quatro Bocas, realizou diversas entrevistas com quilombolas dessa localidade. Uma delas foi feita com a senhora Ana Maria de Azevedo, uma das fundadoras da escola situada em Quatro Bocas, e com o senhor Sebastião Oliveira, ex-vereador das comunidades e hoje secretário de agricultura de Inhangapi. O último acrescenta que, no ano de 2003:

a comunidade recebeu a visita de uma senhora de nome Maria da Paixão, integrante do Movimento Negro que após ouvir relatos de moradores antigos percebeu a possibilidade deles serem remanescentes de quilombolas, porque segundo os moradores na referida área havia uma Casa Grande, que era um espaço habitado pelos negros escravizados, e que tinha uma líder chamada Ana Maria, esse local ficava próximo ao rio Inhangapi (Sebastião Oliveira, entrevista feita em 05 de janeiro de 2015) (AZEVEDO, 2015, p. 26).

Após essa visita, a comunidade começa a se (re)organizar e buscar parcerias para reivindicar seus direitos. Dentre os grandes parceiros, esteve o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), que ajudou a comunidade a se organizar e lutar pelo título de suas terras. Nesse período, surge a Associação de Remanescentes Quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, fundada em 05 de abril de 2005, atendendo a um dos requisitos para aquisição do título coletivo de suas terras, que é a organização em associação, como ordena o Decreto Nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003, que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos” [...] (BRASIL, 2003).

Sebastião Oliveira, ainda em sua entrevista para Azevedo (2015), lembra que, na década de 70, chegou um engenheiro propondo lotear suas terras em troca de hectares. Segundo o quilombola, o engenheiro aproveitou a ingenuidade dos moradores para repassar lotes de terras para fazendeiros, dando início, assim, à formação de fazendas no entorno das comunidades (AZEVEDO, 2015).

A prática de venda de lotes foi adotada por diversos quilombolas, gerando desavenças entre os membros do quilombo. Dados de pesquisa de campo revelam que a venda de terras quilombolas foi intensa, ao ponto de hoje a comunidade ser cercada por duas grandes fazendas, de dois grandes empresários da região. A venda dessas terras foi um dos empecilhos para a demarcação do território dos quilombos de Cacoal, Quatro bocas e Itaboca, porque os

fazendeiros se recusavam a perder “seus lotes”, recorrendo sempre aos “órgãos competentes”. Seu Manoel Reis, ex-presidente da Associação, explica que a demarcação de seu território foi complicada, porque os fazendeiros, mesmo sabendo que iriam ter de devolver as terras para os quilombolas, ameaçavam-lhes dizendo que retardariam a entrega o quanto fosse possível, facilitando apenas mediante a concessão de parte delas para si. Foi o que aconteceu. Temendo a demora na demarcação de suas terras, os quilombolas negociaram com os fazendeiros, deixando parte de seu território para os latifundiários.

Nesse mesmo período (entre a década de 70 e 80), Dona Francisca relata que Antônio Ramos (sem mais informações sobre o mesmo) também propôs a separação de Pitimandeuá do território Menino Jesus, ou seja, das demais comunidades Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas.

6.2 Organização e características gerais dos quilombos

Fotografias tiradas durante o trabalho de campo nos ajudaram a entender o espaço investigado, identificando, sobretudo, os ambientes que são frequentados pelos(as) jovens. Mostram muito sobre as atividades desenvolvidas por eles em suas relações no e com o território, revelando, assim, aspectos da cultura quilombola que, sem dúvida alguma, incidem na construção das identidades dos jovens, ao produzir símbolos e significados que dão sustento a essas identidades.

Esses espaços são importantes, pois propiciam trocas de saberes, diálogos, reciprocidade e recreação, que, juntos, se agregam e influenciam a formação das identidades da juventude quilombola. Rodas de conversas nos quintais, embaixo das árvores, à beira do campo e dos rios são momentos de transmissão de saberes e compartilhamentos de histórias, lutas, memórias, tradições e costumes, constituindo, portanto, importantes campos de análise, visto que acentuam alguns dos mecanismos que são usados na transmissão e na preservação de seus conhecimentos, de sua identidade étnica.

Dentre os ambientes registrados, estão: dois (02) campos de futebol, uma (01) igreja da Assembleia de Deus, uma (01) igreja católica, uma (01) escola de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, dois (02) barracões, incluindo o da sede da Associação, um (01) posto de saúde (em construção há mais de cinco anos), um (01) rio e vários furos e igarapés.

IMAGEM 06: ESCOLA ANTÔNIO FAUSTO DA TRINDADE – QUILOMBO DE QUATRO-BOCAS



Fonte: Azevedo (2015)

A escola Antônio Fausto da Trindade está situada no Quilombo de Quatro Bocas e atende a alunos até o quinto ano do ensino fundamental, nos turnos da manhã e tarde. A instituição tem uma sala compartilhada entre coordenação, secretária e direção, um refeitório e duas salas de aulas que funcionam na modalidade multiseriada. De acordo com informações coletadas por Pereira (2012), a escola é uma conquista das comunidades associadas, que, no ano de 2010, elegeram seu primeiro vereador que articulou junto ao governo local a ampliação e reforma do espaço. Embora o aumento no número de salas tenha sido comemorado, os esforços para uma segunda ampliação são necessários, porque muitos jovens ainda têm de percorrer um longo trajeto para concluir seus estudos, seja em Inhangapi (13 km), seja em Castanhal (16 km).

O trajeto de alunos para escolas fora da comunidade é feito por um ônibus da prefeitura de Inhangapi que passa duas vezes ao dia, porém, em épocas de chuvas, o coletivo não entra nas comunidades em decorrência das grandes poças de lama que se formam no ramal, deixando, assim, alunos(as) sem frequência escolar. Pereira (2012, p. 106) acrescenta que esses “empecilhos impõem um isolamento escolar forçado à comunidade (...)”.

Outra informação importante refere-se ao corpo docente da escola Antônio Fausto, que dispõe da professora Leila Azevedo⁴³, oriunda da comunidade, a qual busca fazer em suas atividades de docência trabalhos ligados aos saberes locais e afro-brasileiros. Dentre alguns trabalhos, estão rodas de capoeira, contação de histórias locais e ligadas à cultura negra. Os

⁴³ Neta da fundadora da primeira escola na comunidade; formada em pedagogia pela UFPA após a defesa do TCC “**A Identidade Quilombola: as contribuições do saber escolar para o (a) aluno (a) negro(a) na escola Antonio Fausto da Trindade**”, em 2015, e uma das lideranças da Associação.

reflexos do trabalho de uma professora quilombola da/na comunidade vêm produzindo resultados significativos, sobretudo na valorização da identidade quilombola reafirmada com mais “entusiasmo” pelos jovens, como se pôde constatar em rodas de conversas pelo território.

Além da escola, o território das comunidades tem (02) duas igrejas, uma católica e outra protestante. A igreja católica fica localizada no quilombo de Quatro Bocas, erguida em referência a Santo Antônio. Nessa localidade, a maioria dos quilombolas se autodenominam católicos, responsabilizando-se pela manutenção do espaço e pela festa ao Santo. Dentro da comunidade de Itaboca fica localizada a igreja protestante da Assembleia de Deus, que congrega a maioria dos quilombolas nessa localidade. Mesmo com a predominância do cristianismo nessas comunidades, estas ainda conservam, mantêm elementos oriundos de suas matrizes africanas, como é identificado pelo respeito demonstrado a encantados da mata e do rio.

Embora não se tenha percebido nenhuma religião de matriz africana nessas áreas, o respeito por encantados da mata e do rio se mostra de forma preponderante nas falas dos jovens e adultos ao se referirem ao boto, ao jacaré “gigante” e à cobra mariquinha, protetores desses espaços. O respeito por encantados, seja por parte de católicos, seja por protestantes, revela que bases da cultura africana ainda podem ser percebidos de forma preponderante nesses espaços.

IMAGEM 07: IGREJA DE SANTO ANTÔNIO



Fonte SANTOS (2017)

IMAGEM 08: ASSEMBLEIA DE DEUS



Fonte: SANTOS (2017)

O território da comunidade ainda dispõe de dois campos de futebol, um rio e vários furos e igarapés usados como espaços de aprendizagem, lazer, sociabilidade e para retirada de recursos necessários ao sustento. Os campos de futebol congregam momentos de sociabilidade entre os quilombolas. Em dias de jogos, muitos jovens se reúnem para formar times ou mesmo assistir às partidas nos arredores dos campos. Os times geralmente são formados por homens de diferentes idades; as mulheres quase nunca jogam com os homens, sendo necessários horários alternativos para elas.

IMAGEM 09: CAMPO DE FUTEBOL DE ITABOCA



Fonte: SANTOS (2017)

Os rios, furos e igarapés são outros importantes meios de sociabilidade, recreação e aprendizagem, principalmente entre os mais jovens, que se reúnem nesses espaços quase sempre aos fins de tarde para pescar, se divertir e aprender aspectos da cultura quilombola vinculados à preservação do espaço. A pesca, como se observou com a pesquisa participante, ocupa uma posição de destaque no cenário quilombola, pois seu exercício atrela-se às atividades educativas, das quais desde cedo os(as) jovens quilombolas aprendem suas técnicas, como as melhores iscas, os melhores artifícios (anzóis, tarrafa, malhadeira, arpão), locais e períodos. O ensinamento da arte da pesca revela um conhecimento acumulado dos quilombolas que, com o passar dos anos, vêm aperfeiçoando suas práticas de acordo com as condições que lhes são impostas.

Para Luís Cardoso (2002), as práticas educativas engendradas na pesca contribuem para a transmissão de conhecimentos entre as gerações. Além disso, mostra-nos a preocupação com o ecossistema local, haja vista que a prática da pesca é feita como um mecanismo de manutenção dos sujeitos, donde se retira apenas o necessário para o consumo entre os pares.

IMAGEM 10: ADOLESCENTE PEGANDO ISCA



Fonte: SANTOS (2017).

IMAGEM 11: RIO INHANGAPI QUE ATRAVESSA A COMUNIDADE DE ITABOCA



Fonte: SANTOS (2017)

Além desses espaços, há nas comunidades um barracão localizado em Itaboca, onde funciona a sede da associação. Os quilombolas se reúnem no barracão pelo menos uma vez ao mês para tratarem de questões relacionadas às comunidades, além de ser um lugar em que ocorrem eventos.

A Associação, registrada sob o CNPJ nº 07.939.538/0001-5, foi fundada em 05 de abril de 2005, como requisito exigido pelo Decreto 4.887/03, que em seu artigo 17, parágrafo único, sanciona que “as comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas” (BRASIL, 2003). Atualmente a associação é presidida pela senhora Raimunda dos Santos Sá e conta com alguns jovens em cargos de confiança, como expõem dados da pesquisa de campo, revelando, assim, a preocupação destes na organização, manutenção e luta pelas causas quilombolas.

IMAGEM 12: BARRACÃO DA ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE CACOAL, QUATRO BOCAS E ITABOCA



Fonte: SANTOS (2017)

Durante as incursões, pudemos presenciar diversas atividades na Associação, dentre as quais: reuniões de planejamento anual de quilombolas junto a instituições parceiras (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), UFPA, Secretaria de Meio Ambiente de Inhangapi), atividades de recreação e valorização da cultura africana, afro-brasileira e quilombola pela UFPA e festas (imagem 10).

6.2 Estratégias de resistência: participação social e política dos jovens

A identificação dos espaços citados acima é importante para compreendermos o contexto da pesquisa, bem como demarcar lugares de convivência, socialização e participação por parte dos jovens. Nesses espaços e em outros também, é perceptível a presença de jovens que atuam em diversas frentes, na tomada de decisões da Associação, na organização de um time de futebol, em práticas comunitárias (plantio de roça, construção de casas, pesca e caça), em cursos, ou mesmo na liderança de jovens de igreja.

Na Associação, jovens se inserem em cargos de tesouraria e secretariado, além de participarem de suas reuniões, fazendo-se presentes na tomada de decisões. Dessa forma, a juventude vai dando sustento à continuidade da organização comunitária, substituindo pais, tios e parentes, fortalecendo, assim, a comunidade na luta e manutenção de seus direitos, cotidianamente ameaçados por grileiros, fazendeiros e pessoas estranhas que se inserem em

seus territórios para se esconderem da polícia, para caçar e pescar de forma predatória, comprometendo o ecossistema quilombola.

A participação de jovens na Associação foi percebida em algumas reuniões registradas durante a pesquisa participante (Imagens 13). Numa dessas reuniões, pudemos notar a presença de alguns que reivindicavam, de outras lideranças da prefeitura de Inhangapi, mais fiscalização e segurança nos ramais que dão acesso às comunidades, de forma que diminuísse a entrada de “pessoas estranhas” nesses espaços, as quais não estavam respeitando o ciclo de reprodução dos peixes e levando drogas ilícitas para consumo dentro dos quilombos.

IMAGENS 13: REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE PARCEIROS DA ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE CACOAL, QUATRO BOCAS E ITABOCA



Fonte: SANTOS (2017).

A inserção de pessoas alheias aos quilombos foi comentada pelo senhor Manoel Reis (ex-presidente da associação), sua companheira dona Raimunda e sua Filha Cleisiane, em uma conversa registrada no diário de campo, no dia 20 de abril de 2017, na qual citam a presença de um cidadão que comprou terras⁴⁴ de um quilombola e construiu uma casa no terreno. De acordo com os relatos, esse senhor vende drogas ilícitas e está usando esse terreno para se esconder da polícia. Seu Manoel Reis informou que a presença desse senhor no território quilombola vem gerando medo entre os moradores que, inclusive, já se reuniram junto ao ex-vereador das comunidades, o prefeito de Inhangapi e policiais da região, para pedirem ronda policial nos ramais.

⁴⁴ Pela lei, as terras de títulos coletivos não podem ser vendidas!

Além do medo pela presença desse senhor, os quilombolas temem o comércio de drogas no interior das comunidades, aliciando jovens para o mundo do crime. De acordo com seu Manoel Reis: *“a entrada de pessoas estranhas e a saída de jovens do quilombo preocupa, pois cada vez mais é recorrente o envolvimento de jovens com drogas que trazem esse tipo de “coisa” para o quilombo”* (notas do diário de campo de 20 de abril de 2017). Em um período de três anos, registramos a perda de quatro jovens das comunidades, dois com possíveis envolvimento com facções criminosas do município de Castanhal e dois assassinados após tentativas de roubo em espaços fora do território dos quilombolas.

Para inibir ou evitar essas situações, seu Manoel Reis revela que vem incentivando cada vez mais os jovens a participarem de atividades educativas promovidas pela Universidade Federal do Pará, por meio do Programa Universidade no Quilombo, que desenvolve atividades socioeducativas voltadas à valorização da identidade quilombola e à preparação de jovens para o Processo Seletivo Especial Quilombola (PSE) desta mesma instituição. A presença dessas atividades, feitas pela UFPA e também por instituições parceiras como EMATER, Instituto Federal do Pará (IFPA) e Universidade do Estado do Pará (UEPA), vem gerando bons resultados, sobretudo, no que se refere à valorização da identidade quilombola, aumentando o número de jovens em reuniões na Associação, à participação em cursos na Universidade e em atividades de aperfeiçoamento do uso da terra, do rio e da mata.

O aumento da participação de jovens em reuniões da Associação e em cursos da UFPA vem trazendo retornos positivos para as comunidades, principalmente no que concerne à qualificação do grupo no debate sobre suas territorialidades. Para uma das jovens participantes da pesquisa, a organização das comunidades em torno de uma Associação fez com que os(as) quilombolas passassem a *“resgatar à cultura negra abordando temas como a dança afro, capoeira e jogos africanos, enfatizando a importância da cultura africana”* (Jovem quilombola participante da pesquisa).

Em conversas registradas no diário de campo, uma outra jovem da comunidade relata que antes ninguém queria se reconhecer como quilombola, pois *“quem queria ser reconhecido como descendente de escravos?”*. Na desconstrução dessa concepção errônea de quilombola como descendente de escravos, diversas instituições tiveram um papel importante, quais sejam: a Universidade Federal do Pará e o Instituto Federal do Pará que, por meio de suas atividades socioeducativas, visam à valorização da cultura africana e afro-brasileira junto aos mais jovens.

Além da valorização da cultura africana e afro-brasileira junto aos jovens quilombolas através de atividades lúdicas como brincadeiras africanas, contação de história e exposição de

filmes, essas instituições (IFPA, UFPA e UEPA) oferecem, por meio de oficinas e minicursos, atividades profissionalizantes para os mais jovens, além de preparação ao PSE da UFPA. Com isso, amplia-se o leque de possibilidades de inserção dessa juventude em espaços que não são preenchidos por quilombolas em seus territórios, que requerem diploma de ensino superior ou técnico; é o caso de vagas na escola, em um futuro posto de saúde, na assistência jurídica da Associação e demais espaços. Por isso, a ocupação desses espaços pelos próprios quilombolas poderia garantir sua permanência e consequentemente a manutenção de saberes, história e cultura.

A oferta de cursos de aperfeiçoamento pelo IFPA que abordam o cultivo de hortaliças e compostagem orgânica, registrados durante a pesquisa participante, também revela estratégias de resistência, pois são articulações feitas entre quilombolas, Instituições de Ensino, de Meio Ambiente e Agricultura, para o aprendizado de novas técnicas de manejo com a terra, abrindo novas formas para uso sustentável e para geração de renda, sobretudo por parte dos mais jovens, principais participantes desses cursos.

IMAGEM 14: COMPOSTAGEM ORGÂNICA



Fonte: SANTOS, (2017).

**IMAGEM 15: HORTA FEITA POR MEIO DOS CURSOS OFERTADOS PELO
EMATER E IFPA EM 2017**



Fonte: SANTOS (2017)

O aprendizado de novas técnicas para o trato da terra soma-se a um conhecimento acumulado e repassado para os jovens quilombolas no convívio cotidiano com seus pais, possibilitando, assim, um melhor aproveitamento do solo e uma maior “produtividade”, em que o excedente produzido é vendido para a compra de produtos que não são retirados e/ou produzidos em seus territórios, como arroz, café e materiais de limpeza e higiene pessoal. A geração de trabalho nesses espaços se mostra como mais uma ferramenta de luta por parte dos quilombolas, reivindicada por todos, uma vez que lhes possibilita a obtenção de recursos sem se distanciarem de seus territórios, fortalecendo suas lutas e diminuindo a evasão de jovens que tinham de sair cada vez mais cedo de suas comunidades para alcançarem a independência financeira quando começavam a formar seus grupos domésticos⁴⁵.

⁴⁵ “é essencialmente uma unidade que possui e mantém a casa e está organizado para prover os recursos materiais e culturais para sustentar e criar seus membros” (FORTES, 1974 apud CARDOSO, 2002, p. 50).

6.3 Processos de construção de identidades dos jovens quilombolas

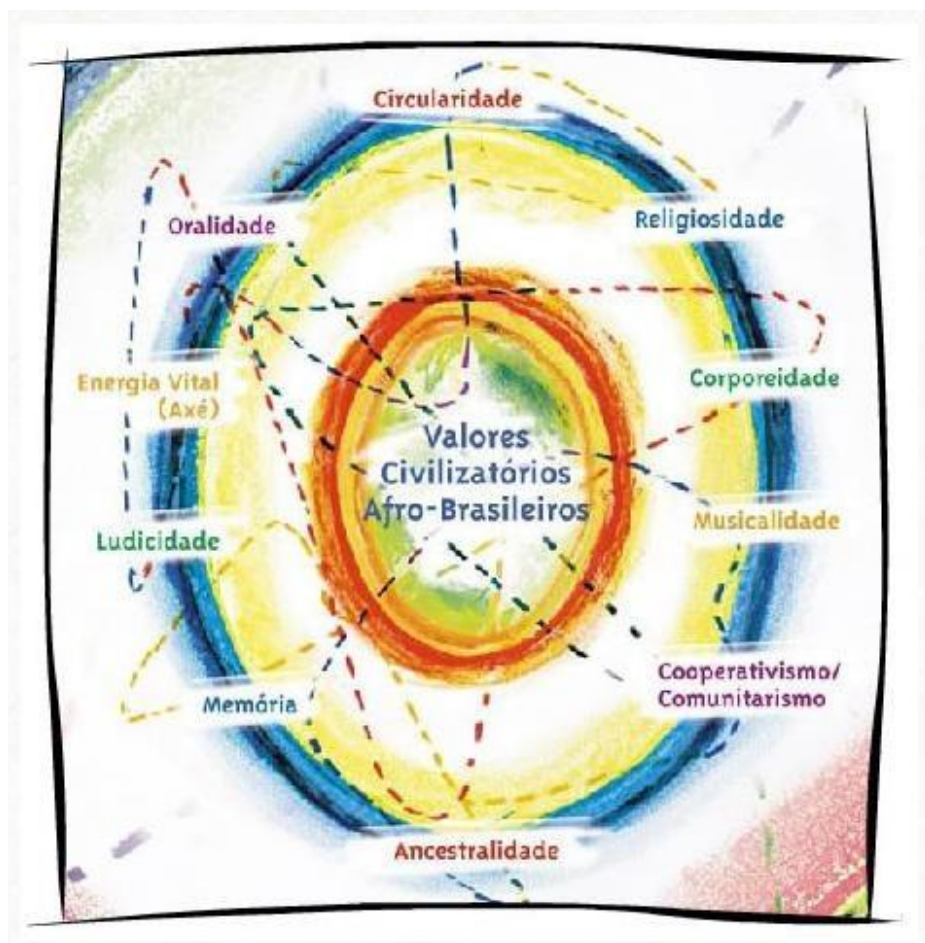
Durante a inserção no território das comunidades, diversas situações nos chamaram a atenção, com destaque para a manutenção de valores civilizatórios afro-brasileiros como oralidade, memória, comunitarismo, ancestralidade e circularidade, bem como reciprocidade e solidariedade, importantes elementos da identidade quilombola. Outras informações coletadas mostram a influência de novos hábitos e culturas que são filtradas e inseridas em seus meios, sobretudo pelos mais jovens, dando sustento, assim, a identidades individuais distintas.

Embora essas duas identidades (quilombola e individuais distintas) não sejam contrastantes, para uma melhor organização dos dados coletados em campo, optamos por dividi-las em duas subseções. A primeira refere-se à identidade quilombola, desenvolvida junto aos mais jovens por meio de atividades cotidianas, tendo um valor inalienável na manutenção das comunidades, por isso julgamos importante sua exposição de forma mais detalhada. A segunda e última parte da pesquisa pauta-se em uma discussão sobre identidades individuais, desenvolvidas pelos jovens em seus percursos no território quilombola e em ambientes externos ao quilombo. É uma tentativa de compreender as diferentes identidades que se constroem e reconstroem diante dos sujeitos quando confrontados com situações distintas.

6.3.1 Identidade quilombola

A manutenção de valores civilizatórios afro-brasileiros revela parte da origem dos quilombos e da identidade dos quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro bocas, pois os liga à sua matriz africana através de práticas comunitárias, respeito e valorização do território, oralidade, memória e ancestralidade. O compartilhamento desses elementos mantém o grupo unido, fortalecendo a identidade quilombola, comungada por todos e todas como forma de luta e resistência.

IMAGEM 16: VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS



Fonte: Google Imagens, 2016

Através das observações em campo, foi possível constatar o compartilhamento desses elementos entre os quilombolas, em especial no meio dos jovens. O ensinamento de aspectos da cultura quilombola é repassado por meio da oralidade de forma cotidiana aos jovens de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, em relações estabelecidas com os mais velhos desde cedo, em casa, na roça, no rio e na mata. Nesses espaços, a juventude das comunidades investigadas aprende as melhores formas de se relacionar com o território, o tempo adequado para plantar, pescar, caçar, colher frutos e a importância das ervas da mata.

A oralidade ocupa uma posição de destaque, sendo o principal meio de transmissão da história e cultura das comunidades investigadas, já que nada se encontrou sobre os quilombos na forma de escritura, para além do documento de registro da Palmares e do ITERPA. Por meio de conversas, sobretudo nas casas dos mais idosos, os jovens aprendem sobre a memória de suas comunidades.

Para o levantamento sobre a história da comunidade, foram necessários muitos momentos com os sujeitos envolvidos. Rodas de conversa nos pátios de dona Francisca e de dona Benedita,⁴⁶ sobre a memória dos quilombos, sempre foram acompanhadas pela presença de jovens e crianças que complementavam suas falas ou acrescentavam novos fatos. Os(as) quilombolas mais velhos(as) têm uma posição de destaque nessas comunidades, são guardiões do conhecimento, de mitos e tradições. Nas comunidades, são os que detêm o domínio da medicina natural, que massageiam, curam derrame e fazem parto, como é o caso da dona Francisca; são também os mestres das armadilhas de caça e da marcenaria, ofícios repassados aos mais jovens por meio de atividades cotidiana e da oralidade.

De acordo com Amaral (2008, p. 239):

Os moradores mais velhos são os principais responsáveis pela transmissão e preservação de conhecimentos típicos de seu povo. Eles trazem consigo a experiência, a memória de práticas, tradições e costumes, internalizados como *habitus*, que transmitem de geração a geração, através de seus próprios mecanismos de troca de experiências, contribuindo assim, para a identificação e o reconhecimento das identidades quilombolas.

O conhecimento repassado aos jovens por meio de práticas cotidianas contribui para a manutenção do grupo e de seus modos de relacionar entre si e com o território. O vínculo com o território é muito forte por parte dos quilombolas. De seu espaço, todos retiram seu sustento, aproveitando todos os recursos que lhes são disponíveis; por isso, é conservado e resguardado por todos nas comunidades. Por agregar toda essa importância, esse território ocupa lugar central nos ensinamentos dos adultos junto aos jovens, uma vez que conserva marcas da ancestralidade dos quilombolas, de luta e resistência, além de ser um espaço de uso comum, onde a terra e a água são de uso coletivo, não se limitando a uma pessoa ou a um grupo doméstico. Sobre essa forma de se relacionar com a terra, Treccani (2006, p. 236) salienta:

Os indivíduos têm o direito de explorar estes recursos naturais que são concebidos como pertencentes ao conjunto das comunidades – como uma herança dos antepassados quilombolas. As regras de uso comum do território quilombola incluem a proibição da venda da terra e da destruição dos castanhais. A formação das pastagens é vista com desconfiança por implicar no desmatamento e na destruição das castanheiras.

O território, para os quilombolas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, são de uso comum, coletivo. É de onde todos retiram o necessário para sua manutenção, seja para aquisição de

⁴⁶ Uma das mais velhas e sábias sobre lendas e histórias das comunidades. Faleceu durante o período da pesquisa, deixando um imenso vazio no coração de todos e todas.

alimentos, seja para comercialização em feiras nos municípios de Inhangapi e Castanhal. Todo excedente produzido é usado para compras de materiais que são usados nas roças, rios e matas, além de suplementos alimentares e de higiene pessoal, que não são produzidos nos quilombos.

Por sua importância, os quilombolas e sua juventude buscam a preservação de seu território. Para tanto, controlam a derrubada de árvores para construção de canoas, casas e roças, como percebido por meio da pesquisa participante, quando um morador derrubou umas árvores nas proximidades do barracão da Associação, e foi repreendido por alguns moradores.

Para os jovens, o território dispõe de todos os elementos necessários à manutenção do grupo, além de ser um espaço seguro, tranquilo e divertido, como se pode constar nos registros abaixo:

“Não tenho vontade de sair da comunidade, pois aqui há paz (...)” (JOVEM 23 ANOS).

“Não sinto vontade de sair do meu quilombo porque eu amo muito o meu quilombo que para mim, é o melhor lugar pra se viver” (JOVEM DE 24 ANOS).

“Não tenho vontade de sair da comunidade porque a comunidade é muito legal, aqui tem rio, é divertido e é seguro” (JOVEM DE 20 ANOS).

Durante a pesquisa participante, percebemos práticas de solidariedade, cooperação e reciprocidade entre os(as) quilombolas, uma vez que diversas caças e frutas eram compartilhadas entre eles, sobretudo entre grupos domésticos mais próximos. Peixes, caças, frutas como açaí (*Euterpe oleracea*) e castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*), além de farinha de mandioca (*Manihot esculenta*) e macaxeira são divididos de acordo com a quantidade coletada, o que gerava práticas de reciprocidade, pois, quando um dispunha de mais do que o(a) outro(a) em um dado período, buscava-se ajudar o próximo.

Nas comunidades, todos são uma grande família, compartilham roças, frutos, peixes, caças e casas de farinha. É comum vermos jovens nos quilombos levarem caças e peixes para os mais velhos almoçarem na casa de parentes e vizinhos. As crianças dormem em casas de “conhecidos”, tomam café, merendam e jantam, como se fossem do grupo doméstico que lhe acolheu. Esses laços de solidariedade fazem parte do dia a dia dessas comunidades, gerando ao mesmo tempo reciprocidade.

Como visto nas comunidades, a solidariedade gera reciprocidade. Isso é percebido de forma mais acentuada quando um quilombola adoece ou perde sua roça. Nesse momento, outros se reúnem para enviar ao que está fraco, cestas de frutas, farinha de mandioca e açaí, ajudando-o enquanto for necessário. Na construção de casas, também são vistos traços de solidariedade

e reciprocidade, uma vez que, quando necessário, quilombolas, dentre eles diversos jovens, se reúnem para ajudar na mão de obra, sem cobrar nada por isso, recebendo apenas a alimentação para o almoço e merenda, que fica sob encargo do(a) dono(a) da obra. Tudo isso é parte da cultura quilombola dos moradores de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas; é o que dá vida à identidade quilombola, sustentada e aprendida nesses momentos de interação e vivência.

No dia a dia, a juventude das comunidades supracitadas vai construindo essa identidade quilombola, compartilhando experiências de vida com os mais velhos por meio de valores afro-civilizatórios (oralidade, ancestralidade, memória, solidariedade e reciprocidade) e atividades cotidianas, que vão ligando esses jovens aos costumes e saberes quilombolas, dando continuidade e manutenção ao grupo. Além disso, essas práticas suscitam um sentimento de pertencimento étnico entre os mais jovens, que chegam a afirmar que é “muito bom ser quilombola e morar no quilombo” (JOVEM DE 20 ANOS).

Abaixo, Dona Lindalva mostra um pouco da sabedoria medicinal aprendida com sua mãe (Dona Francisca) e que cotidianamente tem sido ensinada para o seu filho Jacó, como forma de manutenção e preservação dos saberes dos quilombos.

IMAGEM 17: MEDICINA NATURAL DA COMUNIDADE DE ITABOCA



Fonte: SANTOS (2017).

A medicina natural é um dos principais recursos para se buscar a cura de enfermos e doenças nas comunidades, como catapora, derrame, febre, gripe, dor no corpo e outras mais, uma vez que o posto de saúde que fica na comunidade de Quatro bocas (e que atende Itaboca e Quatro bocas) não dispõe de médicos e enfermeiros diariamente. Sobre o posto de saúde, dados da pesquisa de campo revelam que só começou a funcionar no ano passado (2017), em uma casa alugada dentro da comunidade, porque o prédio que estava sendo construído parou suas obras há mais de um ano, sendo retomado apenas no ano de (2017) pela atual gestão do município.

Com dificuldades de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) nas proximidades, os quilombolas, quando necessitam deste serviço, têm de se deslocar ao hospital mais próximo, localizado na cidade de Castanhal, já que o do município de Inhangapi não dispõe de todo o maquinário para o tratamento de doenças mais complexas. Por essas dificuldades, bem como pela crença na medicina natural, as ervas ainda são as mais utilizadas no tratamento de doenças nessas comunidades, sendo procuradas também por moradores(as) de comunidades adjacentes.

O uso dessa medicina natural revela um conhecimento acumulado dos quilombolas, repassado de geração a geração, sendo uma das principais maneiras de se combater as enfermidades; por isso, ocupa uma posição de destaque nos ensinamentos aos mais jovens. Amaral (2008), em sua pesquisa de tese de doutorado com quilombolas do médio Amazonas, identifica que:

Os conhecimentos tradicionais das ervas e recursos medicamentais das florestas e do próprio ambiente (plantas e animais), desempenham papel de destaque nas comunidades quilombolas da Amazônia. Esses conhecimentos tradicionais e seculares têm sido os principais meios para eliminar as doenças nessas comunidades (AMARAL, 2008, p. 276).

Dentre as ervas encontradas e identificadas por meio da pesquisa de campo para fins medicinais nas comunidades de Itaboca, Cacoal e Quatro bocas, estão:

TABELA 06: ERVAS ENCONTRADAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

NOME POPULAR DAS ERVAS	NOME CIENTÍFICO
BOLDO	<i>Plectranthus barbatus Andr.</i>
HORTELÃ	<i>Mentha X villosa Huds.</i>
CIDREIRA	<i>Cymbopogon citratus DC. Stapf</i>
BABOSA	<i>Aloe vera (L.) Burm</i>
MASTRUZ	<i>Chenopodium ambrosioides L</i>
COPAÍBA	<i>Copaifera langsdorffii Desf</i>
HORTELÃ PIMENTA	<i>Mentha X piperita L.</i>
QUEBRA-PEDRA	<i>Phyllanthus tenellus Roxb</i>
BARBATIMÃO	<i>Stryphnodendron adstringens Mart</i>

Fonte: SANTOS (2017).

A construção de roças, bem como o uso de espaços coletivos como a casa de farinha são outros momentos de compartilhamento de saberes e construção da identidade quilombola. De acordo com Cardoso (2002, p. 86), todo o processo, que vai desde a limpeza do terreno (derrubada de mata de pequeno porte) para plantação de uma roça de mandioca até a confecção de farinha, “está alicerçado em um conhecimento” que é repassado aos mais jovens.

IMAGEM 18: LIMPEZA DA MATA PARA PLANTAÇÃO DO ROÇADO



Fonte: SANTOS (2017).

IMAGENS 19: ROÇADO DE MANDIOCA E MACAXEIRA



Fonte: SANTOS (2017).

Nesses locais, o saber compartilhado entre os jovens debruça-se na melhor forma de aproveitamento do solo, garantindo uma melhor produtividade e conservação. O trabalho na

roça é comungado desde cedo pelos jovens quilombolas que acompanham seus pais e parentes⁴⁷ nessas atividades. No preparo das roças, na colheita, na feitura de farinhas, gomas e tucupi (quando se trata de mandioca), práticas de solidariedade e fortalecimento de laços entre os quilombolas são percebidos, porque roças e casas de fornos são espaços de uso comum, de trocas de produtos, saberes e de afirmação da cultura quilombola.

Observações realizadas mostram ainda que o excedente produzido nas comunidades, seja nos roçados, na coleta de frutos da mata, seja na criação de animais (suínos e aves), são alternativas para geração de rendas entre os(as) quilombolas. Vendidos nas feiras de Castanhal e de Inhangapi aos sábados (em sua maioria), os excedentes ajudam na aquisição de ferramentas para o cultivo de roças (enxadas, pás, foices, adubo, terçados, inseticidas...), para pescarias (anzóis, redes, linha e chumbada) e utensílios para o lar e para os(as) próprios(as) quilombolas.

Conforme já visto, desde cedo os jovens quilombolas se deparam com a identidade quilombola em aprendizados vivenciados no contexto do quilombo. No rio, furos e igarapés, os jovens se relacionam com a mística dos espaços, com a história da cobra mariquinha, do boto e do jacaré gigante, ou seja, com sua história transposta nos canais do rio Inhangapi. Tudo isso os vinculam à sua identidade quilombola, mantida por meio de laços e compartilhamento de costumes, tradições e memórias de lutas e resistência.

IMAGENS 20: CRIANÇAS NAS MARGENS DO RIO INDO PESCAR



Fonte: SANTOS (2017).

Nas pescarias, os(as) jovens aprendem o ofício da pesca, suas técnicas, as melhores iscas, períodos e locais adequados para cada peixe. Os ensinamentos se dão na prática, mediante dias de pescas nos rios, nos quais crianças, jovens e adultos chegam a passar até três (03) dias

⁴⁷ Nas comunidades quilombolas todos têm um grau de parentesco, isso porque descendem de uma ancestralidade comum.

longe de casa, buscando as melhores formas para capturar peixes sem comprometer o ecossistema de uso comum. Nesses momentos, novamente os ensinamentos são postos, reforçando traços de uma identidade que vem se desenvolvendo ao longo de sua existência, seja como instrumento de luta, ou na manutenção do grupo com compartilhamento de valores, costumes e memória.

Todavia, em meio ao desenvolvimento da identidade coletiva (quilombola), os jovens, em suas interações com ambientes internos e externos aos quilombos, desenvolvem uma multiplicidade de identidades (individuais) que, em seus percursos históricos, vão se desenvolvendo com base em elementos essencialistas (sexo biológico) e não essencialista (culturais, de classe etc.). Como lembra Bauman (2005), as transformações oriundas do mundo globalizado rompem barreiras e aproximam as fronteiras das nações, acrescentando novos elementos identitários que se somam a outros já existentes, dando forma, assim, a uma multiplicidade de identidades, compartilhadas por uma infinidade de sujeitos em um mesmo território, é o que acontece com jovens dos quilombos investigados.

Embora a identidade quilombola esteja como pano de fundo, unindo quilombolas por meio do compartilhamento de laços de parentescos, costumes e tradições, jovens, em suas interações no contexto do quilombo e fora dele, vão desenvolvendo identidades distintas que atuam de forma paralela à identidade do grupo. Essas novas identidades marcam sujeitos e definem posições sociais em relações estabelecidas, é o que se verifica em dados coletados e observados através da pesquisa participante e do formulário discutido, aplicado a sete jovens quilombolas.

6.3.2 Identidades quilombolas

Em concordância com as reflexões de intelectuais importantes como Bauman (2005), Hall (2011), Woodward (2012) e Silva (2012), que afirmam ser o termo identidade dinâmico, podendo surgir de ocasiões distintas que demandam identidades diferentes, optamos por nos reportar a essa subseção pelo termo no plural (identidades quilombolas). Nesta última parte da pesquisa, procuramos compreender o desenvolvimento das identidades mais individuais, (sem perder de vista que estas também são frutos de envolvimento sociais, interações), com base nas relações estabelecidas pelos jovens colaboradores no contexto do quilombo e em territórios externos. Para isso, foi usado como principal instrumento de coleta de dados o formulário discutido, complementado por demais instrumentos de coleta de dados.

O formulário foi respondido junto a cada colaborador(a) nos espaços por eles(as) indicados, sendo cinco aplicações realizadas nas residências dos(as) jovens e outras duas na sede da associação. O documento dispunha de perguntas fechadas e abertas e foi pensado como uma estratégia para se perceber com mais afinco questões pertinentes a situações que incidem na formação das identidades, tais como: suas relações com o território, participação na organização de movimentos, educação, núcleo familiar e percepções sobre ser jovem. Sendo assim, a análise transitará entre momentos oriundos da observação participante e do formulário discutido, trabalhados de forma concomitante e integradora, cada um com sua função e contribuição.

Do universo de jovens pesquisados, seis (06) são do sexo feminino e um (01) do sexo masculino. Como característico das comunidades quilombolas, a maioria se autodeclarou negro(a), com exceção de uma jovem que se afirmou como amarela. É pertinente lembrar que, embora sua constituição tenha partido por parte de negros e negras, os quilombos também receberam diversos indígenas e fugitivos portugueses, os quais foram aquilombados e assentados, formando assim famílias nesses espaços. Portanto, não é de se estranhar a presença de pessoas com o tom da pele mais clara nesses espaços, como é o caso da jovem da comunidade de Itaboca.

TABELA 07: DADOS CARACTERÍSTICOS DOS COLABORADORES DA PESQUISA

Colaborador(as)	Idade	Cor	Sexo	Situação conjugal
Jovem 01	23	Negra	Feminino	Casada
Jovem 02	19	Negra	Feminino	Casada
Jovem 03	20	Negra	Feminino	União estável
Jovem 04	23	Negra	Feminino	Solteira
Jovem 05	24	Amarela	Feminino	União estável
Jovem 06	24	Negra	Feminino	Solteira
Jovem 07	20	Negro	Masculino	União estável

Fonte: Santos (2017)

O tom da pele mais escura marca uma identidade que vem sendo positivada nos últimos anos por intelectuais e líderes do Movimento Negro no Brasil. No país, por muito tempo, ser negro adquiriu uma carga negativa, ligada sempre ao processo escravagista, em que todos e todas eram lembrados(as) pela condição imposta aos seus antepassados, sendo obrigados a

carregar o peso do racismo de líderes escravocratas que lhes condenavam ao martírio, a viver sob discriminação e preconceito por conta de um processo de dominação e expansão econômica.

Ser negro ou negra no país, durante muitos anos, esteve ligado ao negativo, principalmente após teorias eugênicas e de embranquecimento, que tentavam desqualificar pessoas de pele escura, sustentando a ideia de serem psicológica, cultural e moralmente inferiores a pessoas de pele clara. Para um(a) jovem quilombola se autodefinir negro(a), nesse contexto em que ainda opera o racismo, é uma demonstração de luta e resistência de um povo que, por meio de uma identidade negra unificadora (porém não homogênea), busca propostas transformadoras para a sua realidade (MUNANGA, 2003).

Outro aspecto marcador de identidade refere-se ao sexo biológico que, além de demarcar homem e mulher entre os jovens quilombolas, defini também espaços de atuação de ambos no quilombo e fora dele. A marcação de espaços fica evidente nas respostas analisadas por meio do formulário e de observações participantes.

Percebe-se, a partir dos dados coletados, uma divisão social e sexual do trabalho acentuada nos grupos domésticos: as mulheres são as principais responsáveis pelos trabalhos de casa (lavar, varrer a casa e o quintal, cuidar dos filhos, cozinha, etc.), enquanto os homens são os caçadores, pescadores, lenhadores e preparadores da roça. Embora houvessem as exceções, a maioria dos trabalhos era marcado pela divisão sexual, não se fazendo perceptível apenas na extração de castanha do Pará, açaí e outras frutas da mata, além, das reuniões da Associação, que ocorrem todo terceiro domingo do mês, em que todos e todas desempenham funções semelhantes.

Os trabalhos domésticos como varrer, lavar, passar, arrumar a casa, cuidar dos filhos e cozinhar são tarefas desenvolvidas quase que exclusivamente pelas mulheres. No caso das jovens da pesquisa, a frequência com que fazem essas atividades é de 100%. Ou seja, o sexo biológico determinando os afazeres das jovens, que desde cedo são reconhecidas como “as mais eficazes nesses trabalhos”.

TABELA 08: ROTINA NAS COMUNIDADES

Colaborador(as)	Afazeres domésticos	Trabalho na roça ⁴⁸	Diversão
Jovem 01 (F) ⁴⁹	X	X	X
Jovem 02 (F)	X		
Jovem 03 (F)	X	X	X
Jovem 04 (F)	X		X
Jovem 05 (F)	X	X	X
Jovem 06 (F)	X		
Jovem 07 (M)		X	X

Fonte: Santos (2017)

Desde a tenra idade, as mulheres nas comunidades de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas são reconhecidas pelos quilombolas como mais eficazes e “aptas” aos trabalhos domésticos, sendo conduzidas a esses afazeres entre os 07 e 10 anos, seguindo esse caminho até a constituição de suas famílias, no âmbito das quais certamente serão reconhecidas por outra identidade, a de mãe. Pode-se aferir a influência do patriarcalismo nesses quilombos, como heranças (talvez) de intercâmbios com outros modelos culturais, absorvidos e agregados aos seus modos de vida.

Mesmo desempenhando essas atividades domésticas, as jovens também estão presentes em outros espaços, ajudando em roçados, colheitas de frutos da mata e em atividades de comercialização de produtos fora da comunidade. Na maioria das vezes, as mulheres agem como “ajudantes” no roçado, como lembra Cardoso (2002), em sua pesquisa com quilombolas da comunidade da mata⁵⁰, não tendo esse espaço como lugar de atuação diária.

Com exceção de uma jovem, todas as demais já têm filhos. A responsabilidade com filhos e filhas leva essas jovens a assumirem grupos domésticos ainda muito cedo (entre os 16 e 20 anos), sendo reconhecidas por todos e todas nas comunidades também por essa identidade, ou seja, de mãe. Assumir uma família também muda a trajetória dos jovens das comunidades, marcadas até esse período por uma intensidade que molda diferentes identidades, dentre as quais a de ser jovem. Identidades construídas durante a fase juvenil⁵¹ também já não se mostram

⁴⁸ Pesca, caça e colheita de frutas não apareceram nas respostas, apenas em dados obtidos com observação participante.

⁴⁹ Sexo dos colaboradores.

⁵⁰ Comunidade localizada no município de Óbidos, no Baixo Amazonas, Oeste do Estado do Pará.

⁵¹ Em comunidades tradicionais, diferentemente de sociedade urbanas, a fase juvenil não se vincula apenas a um período cronológico, estando ligada também à tomada de papéis adultos (família, trabalho independente e outros.)

tão presentes, como as relacionadas a um gosto musical, a um estilo de roupa ou a uma visão de mundo (sociedade alternativa, por exemplo). A responsabilidade para com seus filhos leva-os também, em sua maioria, a não se identificarem mais como jovens, tendo de reduzir seu tempo livre para cuidar das crianças, arrumar a casa e conseguir alimentos, como constatado na pesquisa participante.

A formação de família, muitas vezes, ainda provoca, nos jovens, especialmente nas mulheres, a interrupção de seus estudos, forçando-os(as) a sair de forma precoce das escolas, o que os(as) desmotiva a retornarem, dada a responsabilidade criada com a constituição de um grupo doméstico. Registros, a seguir, retirados dos formulários, reforçam o enunciado.

“Parei de estudar sim, falta de vontade (...)” (JOVEM 03)

“Parei de estudar porque eu engravidei e me juntei, depois não retornei mais” (JOVEM 05)

“Parei porque casei em 2010, porém retornei em 2016” JOVEM 06)

“Eu parei de estudar porque arrumei família. Tive que parar de estudar para trabalhar e não deu mais para estudar” JOVEM 07)

Do total de jovens colaboradores(as), quatro têm o ensino básico incompleto, sendo um com ensino fundamental incompleto e três com o ensino médio incompleto. Outro motivo para a evasão da escola pode ser constatado no registro de uma jovem, no formulário discutido, em que ela afirmou sofrer duras críticas de um professor do IFPA chamado Geraldo, o qual, segundo ela: “me criticava em todas as aulas na frente da turma (...) então com várias críticas eu não queria mais estudar” (JOVEM 01). As críticas se asseveravam por se tratar de uma aluna negra, quilombola e do campo, que carrega todos os estigmas negativos de uma sociedade racista e preconceituosa, que vê o campo como lugar atrasado e sem perspectiva (CASTRO, 2005).

Apesar das críticas sofridas, a jovem não desistiu e afirmou “que ninguém iria enterrar os meus sonhos” (JOVEM 01). Práticas racistas como esta ocorrem, com frequência, em instituições públicas que recebem esses(as) jovens quilombolas. A UFPA, à qual esta pesquisa está vinculada, mesmo tendo criado um PSE para quilombolas em 2012 e dispor de grupos de discussão voltados ao fim do racismo, como GEAM, do IFCH, e o GESCED, do Campus Castanhal, ainda apresenta inúmeros alunos e alunas quilombolas que sofrem discriminações em sala e pátios da instituição, alguns abafados, outros escandalizados por parte de alunos que denunciam esses atos e exigem uma educação étnico-racial.

Pereira (2012) afirma que é necessário desenvolver uma pedagogia voltada à superação do racismo, que reconheça a diferença e vislumbre uma educação para as relações étnico-raciais, como prevê a Lei 10.639/03 e a Resolução CP/CNE nº01, de 2014. O exercício de uma educação étnico-racial é um dos melhores caminhos para superação do racismo, diminuição da evasão de jovens negros e quilombolas da escola e valorização da identidade negra.

A saída de jovens quilombolas das escolas ocorre por diversos fatores, alguns já destacados, como falta de escola, constituição de família, currículo destoante de sua realidade e falta de transporte, mas também pela violência nos espaços urbanos. A violência que atinge a juventude negra é absurda. Os negros figuram como os mais susceptíveis a serem vítimas fatais, chegando a alarmantes 78% de chance de serem mortos, segundo dados do Atlas da Violência de 2017. Esse cenário de insegurança produz, nos jovens quilombolas de Cacoal, Quatro Bocas e Itaboca, um certo “receio” de centros urbanos. No caso dos(as) jovens colaboradores, isso é evidente em suas respostas ao formulário, principalmente após a morte de três (03) jovens das comunidades nos últimos 03 anos. Uma jovem sintetiza bem esse “receio”, ao afirmar: “a minha comunidade é boa de morar não tem tanta violência e não tem muita bandidagem” (JOVEM 05).

A violência nos centros urbanos e a necessidade de se ampliarem formas de geração de renda nas comunidades encorajam, de certo modo, os jovens quilombolas a reivindicarem com mais afinco políticas públicas que possam suscitar oportunidades de acesso a todos os níveis de ensino em seus territórios. Isso também os motiva a lutar pelo término da construção do posto de saúde e por novas formas de produção (como feijão) que possam ajudar na aquisição de produtos não beneficiados ou não encontrados nas comunidades, propiciando, assim, uma melhor qualidade de vida em meio ao descaso do Estado com as comunidades tradicionais no país.

Em meio a esse cenário de isolamento imposto pelo descaso do Estado e a falta de investimento nas comunidades quilombolas, bem como pelo racismo, discriminação e violência, é possível verificar uma maior articulação da juventude para o resguardo de seus territórios, assumindo uma identidade coletiva de resistência (identidade quilombola) (CASTELL, 1999). Registro de falas, a seguir, ratificam isso.

“Não tenho vontade de sair da comunidade, pois aqui há paz, podemos sair tranquilo e tenho orgulho de ser quilombola, de me apoderar dessa identidade, estudar fora sim, para ter conhecimento e trazer de volta o conhecimento que aprendi e implantar na comunidade para ajudar as pessoas do quilombo” (JOVEM 01)

“Não sinto vontade de sair do meu quilombo porque eu amo muito o meu quilombo que para mim, é o melhor lugar pra se viver” (JOVEM 03)

“Não tenho vontade de morar fora. Eu tenho muita vontade de trabalhar mas gostaria de exercer minha profissão na minha comunidade, pois quero contribuir para o avanço da educação e acredito que, para formar pessoas melhores, devemos investir na educação” (JOVEM 04).

O quilombo aparece como o melhor lugar para se viver, pois transmite segurança, paz e diversos recursos necessários para a manutenção do grupo social. Nesses espaços, as distintas formas de identidade se entrecruzam, exibindo a heterogeneidade dos indivíduos, sem, contudo, deixar de expor as práticas comunitárias e de solidariedade que lhes são características, como explicita uma jovem quilombola ao afirmar que: *Na comunidade onde convivo é bom porque lá as pessoas são muito ligadas à convivência e para mim, convivemos muito bem uns com os outros, sempre ajudando uns aos outros (JOVEM 03 (F)).*

Nesse espaço (território das comunidades), há identidades vinculadas à posição social (pai, mãe, líder religioso, da Associação ou de grupo de jovens), à profissão (pescador, caçador, agricultor, professor, apanhador e batedor de açai), à idade e a outras, as quais dialogam sem se excluírem mutuamente.

Embora a saída das comunidades não seja o objetivo de vida dos jovens quilombolas colaboradores da pesquisa, a influência externa chega até eles por meio de suas idas às feiras, escolas, igrejas e festas fora do quilombo, bem como também por intermédio de meios de comunicação, como televisão, *internet* e celular. O uso de aparelho celular com acesso à *internet* revela a inserção de uma cultura que vai se difundindo pelo mundo, criando novas identidades vinculadas ao uso dessa tecnologia ou intermediada por tal (CASTELLS, 1999, BAUMAN, 2005).

Influências culturais que adentram às comunidades demonstram, segundo Pereira (2012), que o quilombo não está fechado em suas tradições e que, embora a identidade quilombola seja o pano de fundo, a heterogeneidade de identidades se faz presente nesse espaço. Jovens com posições de destaque em suas igrejas acabam sendo reconhecidos por suas atuações nestes espaços, enquanto outros são reconhecidos ao mesmo tempo pelo gosto musical (*melody*), vestimenta (roupas de marcas e uso de brinco), escolaridade (universitário(a)) ou atividade desenvolvida (pescador, caçador ou agricultor).

Com efeito, submersos em uma sociedade cada vez mais globalizada, nos deparamos com uma gama de marcadores que possibilitam um leque cada vez maior de identidades, pois

temos a possibilidade de nos reinventarmos, de assumir novas identificações de acordo com nossas preferências sexuais, religiosas e profissionais, antes tidas como imutáveis, agora cambiantes, relativas e performáticas (BUTLER, 2003). Dessa realidade, nem mesmo os quilombolas estão de fora, porém a identidade quilombola se mostra firme diante dessa vasta possibilidade, mantendo os(as) jovens unidos em torno de um modo de vida e de uma ancestralidade que lhes são característicos.

SEÇÃO VIII: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ao longo do texto analisar como se dão os processos de construção de identidades dos/das jovens quilombolas nos confrontos entre as suas relações e práticas no contexto do quilombo e com territórios externos, assim como as estratégias de resistências que são geradas nesses processos. Para tanto, procuramos construir grande parte da pesquisa com sete (07) jovens quilombolas das Comunidades Associadas de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas, no município de Inhangapi-PA, visando perceber suas interações no quilombo e fora dele que incidem na formação de identidades por parte destes, sem perder de vistas as particularidades do espaço, como organização, luta e resistência, marcas que giram em torno de comunidades quilombolas formadas no Brasil, em especial na Amazônia.

Os resultados da pesquisa mostram que as interações no interior das comunidades revelam atividades educativas que representam traços da cultura quilombola repassados de geração a geração por meio de atividades cotidianas, como pesca, caça, construção de roça, extração de frutos da mata etc. Essas atividades são permeadas de práticas comunitárias e laços de solidariedade, característicos das comunidades quilombolas formadas no interior do Brasil. Ademais, revelam a identidade quilombola construída mediante o compartilhamento de valores, como o respeito pelo território, pelo seu ecossistema e encantados.

A identidade quilombola se constrói também junto a processos de luta, resistência e organização, conforme salienta Castells (1999). Por isso, jovens das comunidades são convocados a participarem de reuniões da Associação, tendo como um dos seus fins colocar para o Estado e demais instituições suas propostas para melhorias nos quilombos, seja na construção de escolas com todos os níveis de ensino, seja na construção de um posto de atendimento médico nas comunidades ou ainda na reivindicação de políticas de geração de renda.

A escola é fonte de reivindicação por parte dos quilombolas que lutam por uma educação formal de qualidade em seus territórios, que valorize sua identidade e história, além de garantir oportunidades iguais de acesso a instituições de ensino superior. A construção do posto de saúde e efetivação de políticas públicas voltadas à geração de renda são demandas postas pelos quilombolas como forma de melhorar a qualidade de vida de todos e todas, pois um atendimento médico regular em seu território ajudaria na prevenção de enfermos na comunidade, enquanto novas políticas públicas para geração de renda contribuiriam na manutenção do grupo, diminuindo a evasão de jovens dos quilombos, consequentemente a exposição destes a violências tidas com mais frequências em centros urbanos.

Como visto, a identidade quilombola se desenvolve com e pelos jovens de várias maneiras. Dá-se, por exemplo, pelo compartilhamento de valores, na luta e resistência destes pela garantia de seus territórios, constantemente ameaçados por grileiros, fazendeiros e multinacionais com seus “projetos de desenvolvimento” (ALMEIDA 2011; LEITE 2002; SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

A luta pela conservação de suas terras é acalorada e faz com que os quilombolas convoquem sua juventude a somarem força na manutenção do grupo, incentivando sua participação na associação, garantindo continuidade de suas lutas e da identidade grupal. Porém, para além da identidade quilombola, ainda há as identidades individuais, construídas mediante o percurso histórico e social de cada um. Como lembram Bauman (2005) e Hall (2011), as mudanças ocorridas pela globalização romperam com as fronteiras entre as nações e propiciaram a formação de novas identidades construídas mediante a mesclagem de novos valores, visões de mundo e cultura. Essa “mistura” é percebida com o surgimento de uma diversidade de influências que chegam até os jovens quilombolas por intermédio de atividades escolares, intercâmbio com outras culturas fora do quilombo ou mesmo através de redes de comunicação como *internet*, celular e televisão. Essas novas formas de identidades se juntam a outras essencialistas, como define Woodward (2012), relacionadas ao sexo biológico e à nacionalidade, dando, assim, vida a diferentes identidades que são compartilhadas por todos e todas.

Nas comunidades quilombolas, as identidades individuais são percebidas de forma concomitante à identidade coletiva (quilombola), porém sua identificação se dá de maneira distinta, de acordo com o percurso de cada jovem. Dos sete jovens quilombolas que participaram da pesquisa, seis já tinham filhos, compartilhando, assim, de uma identidade semelhante (pai e mãe) que, por sua vez, acentuam também diferenciações entre os sujeitos, sobretudo no mundo do trabalho.

A identidade vinculada ao sexo biológico também acentua a divisão do trabalho, uma vez que as mulheres são, em sua maioria, as responsáveis pela casa e filhos, enquanto os homens, pescadores, caçadores e principais agricultores. Essa identidade revela um pouco do patriarcalismo que ainda persiste na sociedade brasileira, chegando até às comunidades tradicionais, influenciando suas relações.

Ao lado dessas identidades, outras surgem com a juventude quilombola, ligadas ao gosto musical, orientação sexual e religiosa, porém seu aprofundamento analítico requer mais fôlego e tempo. Há que se fazer, portanto, um estudo mais detalhado nesta pesquisa, porém um

caminho vem sendo aberto para esses estudos com os(as) jovens quilombolas, poucas vezes realizados em nossa região, como revelaram os dados da Revisão Sistemática.

Por fim, a construção deste trabalho, muito mais que uma obrigação para obtenção do título de Mestre, é um esforço em contribuir com a discussão sobre juventude quilombola na Amazônia paraense, pouco explorada em estudos pela academia até o término desta pesquisa. É também um esforço de denúncia do descaso do Estado com os(as) quilombolas, que vivem sob a escassez de políticas públicas e com o racismo, preconceito e discriminação, como explorado nesta dissertação.

Para finalizar, ressaltamos a busca por uma sociedade melhor, na qual todos convivam como irmãos/irmãs, parafraseando Luther King, sem qualquer tipo de preconceito e discriminação que coloque uns acima do outro, como é percebido em dados do IPEA e PNAD, ao revelarem o descaso com a população negra no país. Esperamos, assim, que esta pesquisa suscite novos debates na academia, somando esforços com outros trabalhos.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiões da mata e rios**. 2º ed. Cejup/UFPA-NAEA, Belém, 1998. 278 p.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de, FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **As Populações Africanas no Brasil**. Texto redigido para o capítulo relativo às “Populações Africanas no Brasil que integrou o “Plano Nacional de Cultura”, apresentado ao Congresso em 15/12/2006 pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil. Disponível em: <http://www.casadasafricanas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/As-Populacoes-Africanas-no-Brasil.pdf> acessado em 13 de maio de 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Introdução; Quilombo: terra e problema**. In: **Jamary dos pretos: terra de mocambeiros** (Projeto Vida de Negro). São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1998. Coleção Negro Gosme, vol. 1. p. 13-25.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos: semantologia face a novas identidades**. In: **Frechal terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista**, São Luís-MA, SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ª ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA, Cristóvão; SANTANA, Aline Cristine. **Identidade Quilombola e reconhecimento étnico: uma abordagem conceitual dos estudos culturais em comunicação**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Chapecó, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-0292-1.pdf> acessado em 20 de novembro de 2017.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ALVES FILHO, Ivan. **Memorial dos Palmares**. Fundação Astrojildo Pereira, Editora Abaré, Brasília-DF, 2013.

ALVES, Aline Neves Rodrigues. **Juventude quilombola: projetos de vida, sonhos comunitários e luta por reconhecimento**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação – Belo Horizonte, 2015

AMARAL, Assunção José Pureza (organizador). **Da universidade ao quilombo: extensão, pesquisa, educação e sociabilidade na Amazônia**. Castanhal, PA: UFPA, Faculdade de Pedagogia: UFPA, Faculdade de Letras, 2015.

AMARAL, Assunção José Pureza. **Da Senzala à Vitrine: Relações Raciais e Racismo no Mercado de Trabalho em Belém**. CEJUP, 2004.

AMARAL, Assunção José Pureza. **Da senzala ao quilombo: práticas educativas e uso de recursos naturais entre os quilombolas do médio Amazonas – Pará**. Tese de doutorado. Orientadora Edna Maria Ramos de Castro. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2008.

ANAIS. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v.108, p.107-112. 1988.

Anistia Internacional. Campanha Jovem negro vivo. Disponível em <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/> acessado em 10 de junho de 2017.

ARRUTI, José Mauricio. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauri: EDUSC, 2006. 370 p.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2 ed. Salvador: Edufba, 2008.

ATALLAH, Alvaro Nagib; CASTRO, Araújo. **Revisão Sistemática e Meta-análise**. S/D. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38648632/Revisao_Sistematica_da_Literatura_e_Metanalise.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1502715984&Signature=WcwqAQUTkIpWPGD%2F9TlJmbs2PI4%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCarrying Out or Commissioning Reviews CR.pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38648632/Revisao_Sistematica_da_Literatura_e_Metanalise.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1502715984&Signature=WcwqAQUTkIpWPGD%2F9TlJmbs2PI4%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCarrying+Out+or+Commissioning+Reviews+CR.pdf) acessado em 10 de outubro de 2016.

AZEVEDO, M. L. C. DE. **Identidade quilombola: as contribuições do saber escola para o aluno (a) negro(a) na escola Antônio Fausto da Trindade – Inhangapi-Pa**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Pedagogia, Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BASTOS, Priscila da Cunha. **Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de individuação de jovens mulheres negras**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro 2009

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN Nathalie. **Juventude negra e exclusão radical**. IN: políticas sociais - acompanhamento e análise do IPEA, 2005. p.194-197.

BENTES, Nilma. **Aspectos da trajetória da população negra no Pará: Aspectos relevantes**. Belém, Universidade Federal do Pará – UFPA/GEAM, 2013.

BERND, Zilá. **O que é Negritude**. Coleção primeiros passos. Editora Brasiliense, São Paulo, 1988.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra no Grão-Pará (sécs. XVIIIIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BIRUEL, E., & PINTO. **Biblioteca: Um profissional a serviço da pesquisa**. In Anais, artigo publicado em XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, Maceió, 2011.

BOGDAN, Roberto C, e BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Trad. Maria João Sara dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Editora: Porto, Portugal, 1994. 334 p.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/BOURDIEU_Pierre._A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646 acessado em 05 de janeiro de 2017.

BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1986, p. 913

BUTLER, Judith R. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://cadernoselivros.files.wordpress.com/2017/04/butler-problemasdegenero-ocr.pdf> acessado em 25 de setembro de 2016.

BRANDÃO, C. R. **pesquisa participante e a participação da pesquisa: Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina**. BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. Pesquisa participante: o saber da partilha. Aparecida: Ideias & Letras, 2006. p. 21-54.

BRANDÃO, C. R. (Organizador). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. Editora Brasiliense. Brasília, 1987.

BRASIL. **Constituição (1988)** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

BRASIL. **Lei Áurea nº 3.353 de 13 de maio de 1888**. Declara extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil. 1988.

BRASIL. **Lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985**. Inclui, entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 Lei Afonso Arinos. Brasília, 1985.

BRASIL. **Lei nº 581 nº 581, de 27 de janeiro de 1850**. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Rio de Janeiro, 1850.

BRASIL. **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, 1850.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Lei das Contravenções Penais. Brasília, 1941

BRASIL. **Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003

BRASIL. **LEI nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei nº 1.390, de 3 de junho de 1951**. Inclui entre as contravenções penais a prática e atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Rio de Janeiro. 1951.

BRASIL. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 1996.

BRUMMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. S/D. Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/a-problematICA-dos-jovens-rurais-na-pos-modernidade-artigo.html> acessado em 11 de março de 2017.

CÂMARA, Rosana Hoffman. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6 (2), jul - dez, 2013, 179-191 BRUMMER

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro e PINHEIRO, Marta Macedo. **ANÁLISE DE CONTEÚDO: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método**. *Revista Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014

CARDOSO, Lourenço; GOMES, Lilian. **MOVIMENTO SOCIAL NEGRO E MOVIMENTO QUILOMBOLA: para uma teoria da tradução**. XI Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (des)igualdade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

CARDOSO, Raimundo Luis Silva. **Vulnerabilidades às DSTs/Aids entre Jovens de uma Comunidade Quilombola do Município de Turiaçu-MA**. Dissertação mestrado – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Disponível em: <https://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/castellsm-o-poder-da-identidade-cap-1.pdf> acessado em 25 de Novembro de 2017.

CASTRO, Edna. **Terras de preto entre igarapés e rios**. Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, S/D. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/edna_castro.pdf acessado em 12 de maio de 2016.

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, E. G. **Juventude do Campo**. In: Dicionário da Educação do Campo. Roseli Salete Caldart [et al] (organizadora). 2 ed. Expressão Popular. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

CARVALHO, Leandro. **Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.** Educar Brasil Escola, S/D. Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino->

COELHO, Raimunda Ferreira Gomes. **As educações escolar e social na formação da identidade racial de jovens nos quilombos de São João do Piauí.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Educação, Piauí, 2013

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. Quem somos. Disponível em: <http://conaq.org.br/nossahistoria/> acessado em 25 de abril de 2017.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. **Juventude do Brasil Também é Quilombola.** 2016 Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/juventude/> acessado em 25 de abril de 2017.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. **Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira.** In: ROMÃO, Jeruse et al (Org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. **Quilombo: patrimônio histórico e cultural.** Revista Espaço Acadêmico, São Luís, v. 129, n. 11, p.158-167, 2012. Mensal. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/14999/8667> acessado em 25 maio 2015.

CUPERTINO, Maria Cristina. **Juventude rural quilombola: identificação, reconhecimento e políticas públicas.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Viçosa –UFV. Viçosa, 2012.

CHIAVENATO, Julio José. **O Negro no Brasil.** 1 ed. Cortez. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Plataforma Gueto: São Paulo, 2013. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf> acessado em 13 de janeiro de 2018.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social.** Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2003 No 24. Rio de Janeiro, 2003.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **SCIELO**, V.12, Nº23. 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo do Branco**. Editora Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1972.

FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues. **MBAÉTARACA: Uma experiência de educação de jovens Quilombolas no município de Nilo Peçanha/BA Salvador**. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade Faculdade de Educação, Bahia, 2013.

FIGUEIREDO, Namar Oliveira Silva. **A Identidade cultural sob a influência da mídia: um olhar sobre os adolescentes e jovens da comunidade do Taquaral**. -- **Três Corações**: Dissertação (especialização) – UNINCOR / Universidade Vale do Rio, Verde de Três Corações / Três Corações, 2013.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. **Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.259-297.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FREIRE, Máira Samara de Lima. **“É a luta da gente!”: Juventude e Etnicidade na Comunidade Quilombola de Capoeiras (RN)**. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRG), Rio Grande, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 50ª edição. Global Editora. 2005.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 1ª edição digital- Editora Global, São Paulo, 2013.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tingu, Ituqui, Saracura, Arapemã. Terras de Afro-amazonidas - “Nós já somos a reserva, somos os filhos deles**. S/D. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/comunidades/pdf/afro-amazonidas.pdf> acessado em 12 de maio de 2016.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas**. Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas. Ceará, 2000. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/comunidades/pdf/alto-trombetas.pdf> acessado em 30 de agosto de 2016.

FURTADO, M. B; PEDROZA, L. S; ALVES, C. B. **Cultura, identidade e subjetividade quilombola. Uma leitura a partir da psicologia cultural**. Revista Psicologia & Sociedade,

2014. p. 106 -115. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/12.pdf> acessado em 20 de novembro de 2017.

GEERTZ, Clifford. **O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem**. In: _____. A interpretação da cultura. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1989. p. 45-66.

GERHARDT, Tatiana Engel et al. **ESTRUTURA DO PROJETO DE PESQUISA** In; GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade aberta do Brasil –UAB/UFRGS. Porto Alegre, Editora UFRSG, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel. **A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA** In; GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre, Editora UFRSG, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS** In; GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade aberta do Brasil –UAB/UFRGS. Porto Alegre, Editora UFRSG, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GILROY, Paul. **Entre Campos: nações, cultura e o fascínio da raça**. São Paulo, Annablume, 2007.

GOMES, Flavio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Edição revisada e ampliada. Companhia das letras, São Paulo, 2006.

GOMES, Flavio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ªEd. Claroenigma, São Paulo, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Ações afirmativas: dois projetos voltados para a juventude negra**. In: Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica / organização, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Revista Política e Sociedade, Florianópolis, v. 18, n. 10, p.133-154, 2011. Quadrimestral.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

GONÇALVES, Elizete dos Santos. **Labirinto de Gênero e Ambiente: diálogos com alguns jovens quilombolas da comunidade de Mata Cavalo**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2015.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação**. Revista Brasileira Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 00, p.134-158, 2000. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf> Acessado em 09 março de 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro - 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005, 316 p.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Brasília: julho de 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=652 acessado em 18 de junho de 2015.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Educação escolar quilombola no censo da educação básica**¹. Tatiana Dias Silva. Texto para discussão. Rio de Janeiro, 2015.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Atlas da Violência 2017**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253 acessado em 10 de junho de 2017.

LAITANO, Gisele Santos. **Os Jovens do Quilombo dos Alpes no duelo étnico-estético: identidades, territórios e o lugar**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências: Programa de Pós-graduação em Geografia, Porto Alegre, 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf acessado em 26 de julho de 2016.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. 3ª Ed. Autentica, Belo Horizonte, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. **O Currículo Escolar e a construção da Identidade Étnico-Racial da Criança e do Adolescente Quilombola: Um olhar reflexivo sobre a auto-estima**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Bahia, 2008.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. **A Escravidão no Brasil - Vol. I**. Fonte digital, Digitalização de edição em papel de 1866 - Rio de Janeiro. 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Pensadores. Argonautas do Pacífico Ocidental - um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. Editora Abril Cultural. São Paulo, 1976.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores), 1978.

MATIJASCIC, Milko; SILVA, Tatiana Dias. **Jovens negros: panorama da situação social no brasil segundo indicadores selecionados entre 1992 e 2012**. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa. Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. p. 269-292.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e Cultura afro-brasileira**. 2º ed. Editora Contexto, São Paulo, 2015.

MINAYO, M. C. S. (et al). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Vozes: Petrópolis, 1994.

MOURA, Adriana Ferro e LIMA, Maria Glória. **A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível**. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014 disponível em: <http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/viewFile/18338/11399> acessado em 27 de março de 2017.

MOURA. Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. 1ª Ed. reimpressa. UDUSP, São Paulo, 2013.

MOURA. Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombo, insurreição e guerrilhas**. 5ª Ed- editora Anita Garibaldi coedição de fundação Grabois, São Paulo, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude - Usos e Sentidos**. 2ª Ed. Series princípios, editora Ática. São Paulo – SP, 1998.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do quilombo na África.** Revista USP: 55-63 São Paulo, 1995/96.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africana no Brasil contemporânea: histórias, línguas, culturas e civilizações.** 1 ed. Editora Global, São Paulo, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada /Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB-RJ. Rio de Janeiro, 2003.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Negro no Brasil de hoje.** 1º ed. Coleção Para Entender. Editora Global, São Paulo, 2006.

MYNAYO, C. S. **O desafio da pesquisa social.** In; MINAYO, C. S, DESLANDES, S. F e GOMES, R. Pesquisa social: Teoria, Método e criatividade. 27ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2008.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo: um conceito emergente do processo Histórico-cultural da população afro-brasileira.** Coleção Sankofa, vol. 4. Universidade das Quebradas, Rio de Janeiro, 2013.

O'Dwyer, Eliane Catarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** 3º Ed. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2002. 296 p.

PASSOS, Joana Célia dos. **As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos.** In: PASSOS, Joana Célia dos. Tese, Juventude Negra na EJA: os desafios de uma política pública. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 01-34. Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/escola_legislativo/downloads/87artigo_livro_eja.pdf acessado em 23 março de 2015.

PERALVA, Angelina. **O jovem como modelo cultural.** Revista Brasileira de Educação, N º 6., 1997.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **Movimentos negro no Brasil republicano.** In: Cadernos Penesb. Faculdade de Educação -UFF. Especial curso ERER. 12. ed. Niterói: 2010.

PEREIRA, Ricardo, Augusto Gomes. **Juventude do campo e quilombola: educação e identidade cultural na Comunidade Quilombola de Itaboca – Inhangapi/PA**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Pará. Belém, 2014.

PERES, Angela Domingos. **Movimento quilombola e capitalismo no Brasil**. Universidade do Estado de Londrina-UEL, Londrina, S/D. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/angeladomingos.pdf> acessado em 20 de junho de 2015.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro: Cddi, 2014.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro: Cddi, 2017.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Rio de Janeiro-RJ, 2015.

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Dossiê América Latina, Estudos Avançados 19 (55), 2005

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. Novos rumos, ano 17-nº37-2002.

RAMOS, Maély Holanda; SILVA, Simone Souza; PONTES, Fernando Ramos. **Panorama das Pesquisas sobre Crenças Coletivas de Eficácia Docente**. Revista da Associação Portuguesa de Psicologia, Vol. 29 (2), 33-46. Portugal, 2015.

REIS, João José. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil**. Revista USP: 14-39 São Paulo, 1996.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, R.N. **Os africanos no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/mmtct/pdf/rodrigues-9788579820106.pdf> acessado em 14 de junho de 2017.

SÁ, Elcilene Silva de. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DA SEMED INHANGAPI-PA VOLTADAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO MUNICÍPIO**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2017.

SAMPAIO, R.F; MANCINI, M.C. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica**. Rev. Brasileira de fisioterapia, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SANTANA, Katiúscy Carneiro. **Direito à saúde: adolescentes quilombolas em comunidades rurais de Vitória da Conquista – BA**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Vitória da Conquista – BA, 2016.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nego Bispo). **Colonização, quilombos: modos e significações**, Brasília, 2015.

SANTOS, Hélio. **Discriminação racial no brasil**. S/D. Disponível em: http://www2.tjce.jus.br:8080/esmec/wp-content/uploads/2008/10/discriminacao_racial_no_brasil.pdf acessado em 03 de março de 2015.

SANTOS, Joel Rufino dos. **“Movimento negro e crise brasileira”, *Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras***, Joel Rufino dos Santos e Wilson do Nascimento Barbosa, Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, José Rodrigo Pontes dos. **“Cotas sim! Esmola não”: o Processo Seletivo Especial Quilombola da Universidade Federal do Pará na concepção de alunos aprovados entre os anos de 2012 a 2014 para o Campus Universitário de Castanhal**. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Castanhal. Castanhal, 2015.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; FÉLIX, Livia Botelho; MORAIS, Edclécia Reino Carneiro de. **Representações Sociais de Juventude em uma Comunidade Quilombola do Agreste Pernambucano**. Revista PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 43, n. 4, pp. 524-532, out./dez. 2012.

SANTOS, Pedro Fernando dos. **Memórias que educam: narrativas dos velhos do quilombo de Santana-Pe para a formação da juventude e preservação dos saberes da tradição**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação, Mossoró, 2015.

SANTOS, Zizele Ferreira dos. **Situações Juvenis: Juventudes e Políticas Públicas no Quilombo Morrinho em Poconé-MT**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2016.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo: Identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 - 1o Semestre. São Paulo, 2002.

SENTO SÉ, Carolina de Sousa Campos. **Quilombo**. Publicado em 13/12/2009 disponível em <http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/quilombo/> acessado em 26 de abril de 2013.

SHMIDT, Maria Luísa Sandoval. **Pesquisa Participante: Alteridade e Comunidades Interpretativas**. Revista Psicologia USP, 2006, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v17n2/v17n2a02.pdf> acessado em 14 de agosto de 2017.

SILVA, Joseane Maia Santos. **Comunidades quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias**. S/D. disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/artigo-cqlutassu.pdf> acessado em 20 de junho de 2015.

SILVA, Jovânia Marques de Oliveira e. **Significado da gravidez para adolescente quilombola: um olhar etnográfico da enfermagem**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Enfermagem, Salvador, 2012.

SILVA, Kleidi Iraci Marques. **A Construção da Identidade Quilombola na Percepção dos Jovens de Araçá/Cariaçá, Bom Jesus da Lapa – Bahia**. Dissertação de mestrado Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Bahia, 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Roseane Amorin; MENEZES, Jaileila de Araújo. **Os significados do uso de álcool entre jovens quilombolas**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Nínez y Juventud, Colombia, 2016.

SILVA, Roselani Sodrê da; SILVA, Vini Rabassa da. **POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE: trajetória e desafios**. Caderno CRH, vol. 24, núm. 63, septiembre-diciembre. Salvador, 2011.

SILVA, Samia Paula Dos Santos. **A JUVENTUDE REMANESCENTE DE QUILOMBO DA COMUNIDADE BASTIÕES(CE): TENSÕES E IDENTIDADE**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2016.

SILVA, Tatiana Dias. **EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, R. A. & Menezes, J. A. **Reflexões sobre o uso de álcool entre jovens quilombolas**. Revista Psicologia & Sociedade, 28(1), Rio Grande do Sul, 2016.

SILVEIRA, Denise Tolfo e CORDOVA, Fernanda Peixoto. **A PESQUISA CIENTÍFICA** In; GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade aberta do Brasil –UAB/UFRGS. Porto Alegre, Editora UFRSG, 2009.

SILVÉRIO, Emília Santiago; SILVA, Kalina Vanderlei. **Vivências da sexualidade em adolescentes quilombolas**. Revista Saúde em Debate, vol. 35, núm. 89, abril-junio, Rio de Janeiro. 2011.

SOUZA, A. L. S. [Et al]. **De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiro**. Centro de estudos Afro-Orientais. Fundação Cultural Palmares, Brasília, 2005.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários**. 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalho_s/GT%2002/barbara%20oliveira%20souza.pdf acessado em 28 de Agosto de 2016.

SOUZA, Bruno Lacerra de; SIMONETTI, Mirian Lourenção. **JUVENTUDE RURAL: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO**. 2014. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/02/2A/9_Bruno%20Lacerra.pdf acessado em 11 de março de 2017.

STRECK, Danilo Romeu. **A pesquisa em educação popular e a Educação Básica**. Revista Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 111-132, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> acessado em 13 de agosto de 2013.

TRECCANI, Girolamo, Domenico. **Terras de quilombo caminhos e entraves do processo de titulação**. Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, Belém 2006.

VALENTIM, Renata; ARAÚJO, Zeidi Trindade; SMITH, Maria Cristina Menandro. **MEMÓRIAS SOCIAIS DE JUVENTUDE ENTRE QUILOMBOLAS DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO**. Psicologia & Sociedade, vol. 22, núm. 2, mayo-agosto, Minas Gerais, 2010.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

ANEXOS

Formulário Juventudes Quilombolas: Memória, Resistência e Construção de Identidades

Bom dia, boa tarde, boa noite. Meu nome é José Rodrigo. Sou pesquisador da Universidade Federal do Pará e estou realizando uma pesquisa sobre jovens e a construção de suas identidades. Você poderia colaborar comigo respondendo algumas perguntas? Todas as informações serão tratadas com rigor e sigilo.

Nome (opcional): _____

Idade: _____ Sexo: _____ Orientação sexual: _____

Você se declara:

A. ☐ Branco(a)

B. ☐ Pardo(a)

C. ☐ Negro(a)

D. ☐ Amarelo(a)

E. ☐ Indígena

F. ☐ Outra. Qual? _____

Em relação ao aspecto religioso, como você se denomina? (caso você frequente mais de uma, marque a que você considere a principal):

A. ☐ afro-brasileira

B. ☐ católica

C. ☐ espírita

D. ☐ evangélica / protestante

E. ☐ judaica

E. ☐ oriental

F. ☐ Sem religião / acredita em Deus

G. ☐ Sem religião / não acredita em Deus

H. ☐ Outra. Qual? _____

Qual seu Estado Civil?

A. ☐ Casado. Quanto Tempo? _____ Tinha quantos anos? _____

B. ☐ Solteiro mora com os pais

C. ☐ Solteiro mora só

D. ☐ Junto. Quanto Tempo? _____ Tinha quantos anos? _____

E. ☐ Outra situação

Tens filho?

A. ☐ Sim. Quantos? _____ Qual idade? _____

B. ☐ Não

Você mora com quem?

- | | |
|---|------------------------------|
| A. () Com os pais | F. () Na casa de amigos(as) |
| B. () Companheiro(a) | G. () Com o sogro e a sogra |
| C. () Com os filhos | H. () Sozinho(a) |
| D. () Na casa de parentes. Quem? _____ | |
| E. () Outra. Qual? _____ | |

Fale sobre sua comunidade.

Como é viver nesta comunidade?

O que é ser jovem para você?

SOBRE SUA ESCOLARIZAÇÃO

Qual sua escolaridade?

- A. ☐ Ensino Fundamental (1ª ao 5 ano) G. ☐ Curso Pré-vestibular
B. ☐ Ensino Fundamental (6ª ao 9 ano) H. ☐ Superior incompleto
C. ☐ Ensino Médio incompleto I. ☐ Nunca frequentou a escola
D. ☐ Ensino Médio completo
E. ☐ Superior completo. Qual? _____
F. ☐ Outro. Qual? _____

Onde você estudou a maior parte do tempo?

- A. ☐ Sempre estudei fora da comunidade
B. ☐ Ensino Fundamental na comunidade e o Médio fora
C. ☐ Toda minha vida escolar (Fundamental e Médio) foi fora da comunidade
D. ☐ Outra forma. Qual? _____

Você fez algum outro curso além da escola?

1. ☐ Não ☐ Sim. Qual(is) ?:
A. ☐ Culturais (dança, teatro, música etc.) G. ☐ Reforço escolar
B. ☐ Profissionalizante H. ☐ Religioso
C. ☐ Esportivo (vôlei, futebol, natação)
D. ☐ Informática
E. ☐ Língua estrangeira
F. ☐ Outro. Qual?: _____

Em que tipo de escola você esteve? Onde se localizava? Como fez para frequentar? Ia todo dia? Se mudou para outro local? Explique.

Você parou de estudar alguma vez?

() Não

() Sim. Porque?

Retornou? _____

TRABALHO

A. () trabalho no quilombo

B. () Trabalho no quilombo por conta própria

C. () Trabalho fora do quilombo

D. () Trabalho fora do quilombo por conta própria

E. () Não trabalho

F. () Trabalho e sou o(a) principal responsável pelo sustento da minha família

Se trabalha, que atividade exerce?

SOBRE O SEU DIA A DIA

Pensando em seus dias comuns, preencha o quadro abaixo com as atividades que você costuma fazer durante todo o dia (desde que acorda até a hora de dormir).

Atividade	Onde faz?	Com quem você faz?	Quanto tempo leva em média do seu dia?	Você faz por obrigação?	Você faz por escolha própria?
1.				() Sim () Não	() Sim () Não
2.				() Sim () Não	() Sim () Não
3.				() Sim () Não	() Sim () Não
4.				() Sim () Não	() Sim () Não
5.				() Sim () Não	() Sim () Não
6.				() Sim () Não	() Sim () Não
7.				() Sim () Não	() Sim () Não
8.				() Sim () Não	() Sim () Não
9.				() Sim	() Sim

				Não ()	Não ()
10.				Sim () ()	Sim () ()
				Não	Não

Se você pudesse, quais das atividades você não faria? Por quê?

Se você pudesse, quais das atividades você faria com mais frequência ou por mais tempo? Por quê?

Se você pudesse diminuir o tempo de algumas atividades, de qual ou de quais você diminuiria? Por quê?

Se você pudesse aumentar o tempo de uma ou algumas atividades, qual ou quais você faria? Por quê?

Que outras atividades você gostaria de fazer e não faz? Por que você não faz essas atividades?

DOS ESPAÇOS QUE MAIS FREQUENTA NO QUILOMBO

Pensando em sua rotina dentro do quilombo, preencha o quadro abaixo com os espaços que você frequenta e o que você faz nesses espaços

Espaços	O que faz?	Com quem você faz?	Quanto tempo leva em média do seu dia?	Você faz por obrigação?	Você faz por escolha própria?
1.				() Sim () Não	() Sim () Não
2.				() Sim () Não	() Sim () Não
3.				() Sim () Não	() Sim () Não
4.				() Sim () Não	() Sim () Não
5.				() Sim () Não	() Sim () Não
6.				() Sim	() Sim

				Não ()	Não ()
7.				Sim () () Não	Sim () () Não
8.				Sim () () Não	Sim () () Não
9.				Sim () () Não	Sim () () Não
10.				Sim () () Não	Sim () () Não

Na sua comunidade existem alguns destes espaços?

- | | |
|---|---|
| ☐ Igreja | ☐ Quadra de vôlei |
| ☐ Escola | ☐ Rios |
| ☐ Associação de moradores | ☐ Igarapés |
| ☐ Clubes | ☐ Terreiros de festa |
| ☐ Terreiros religiosos | ☐ Posto de saúde |
| ☐ Campo de futebol | |
| ☐ Outros espaços. Quais? _____ | |

De quais você participa e qual sua função?

Você tem vontade de participar de algum outro espaço?

A. ☐ Sim. Qual e por

quê? _____

B. () Não. Por quê?

Já participou de reuniões ou de outras atividades ligadas à associação da comunidade?

A. () Sim. Qual?

B. () Não. Por quê?

Você já participou de algum encontro, movimento social ou qualquer outra atividade voltada aos quilombolas?

A. () Sim. Qual?

B. () Não. Por quê? _____

Você sente falta de algum serviço, espaço ou atividade no quilombo voltado para os jovens?

A. () Sim. Qual?

B. () Não. Por quê?

Pensando em sua rotina fora do quilombo

Preencha o quadro abaixo com os espaços e as atividades mais comuns que você costuma desenvolver.

Espaços	O que faz?	Com quem você faz?	Quanto tempo leva em média do seu dia?	Você faz por obrigação?	Você faz por escolha própria?
11.				Sim () Não ()	Sim () Não ()
12.				Sim () Não ()	Sim () Não ()
13.				Sim () Não ()	Sim () Não ()
14.				Sim () Não ()	Sim () Não ()
15.				Sim () Não ()	Sim () Não ()
16.				Sim () Não ()	Sim () Não ()
17.				Sim () Não ()	Sim () Não ()
18.				Sim () Não ()	Sim () Não ()

				Não ()	Não ()
19.				Sim () () Não	Sim () () Não
20.				Sim () () Não	Sim () () Não

Tem algum espaço fora do quilombo que você mais gosta de frequentar?

A. Sim. Por

quê? _____

B.

Não. Por

quê? _____

O que você gosta de fazer fora do quilombo?

Você já sofreu algum tipo de discriminação fora do quilombo?

A. () Sim. Qual(ais) e como foi?

B. () Não. _____

Você tem vontade trabalhar, estudar ou morar fora do quilombo?

A. () Sim. Por quê?

B. () Não. Por

quê? _____

Sobre ser jovem

O que é ser jovem dentro e fora da comunidade?

Qual sua relação com o território (quilombo)?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - ICED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGED

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Estou realizando uma pesquisa de campo para subsidiar minha dissertação de Mestrado em educação pela Universidade Federal do Pará, Campus Belém, que tem como título: **Juventudes Quilombolas: Memória, Resistência e Construção de Identidades**, orientado pela Prof.^a Dr.^a Lucia Isabel da Conceição Silva. Este trabalho tem como objetivo **analisar os processos de construção de identidades desenvolvidos pelos(as) jovens quilombolas nos confrontos entre as suas relações e práticas no contexto do quilombo e com territórios externos, assim como as estratégias de resistências que são geradas nesses processos**. Para tanto, gostaria de contar com sua colaboração, respondendo a este formulário. Esclareço que sua participação é totalmente voluntária, podendo você desistir a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. As informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas em mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Eu, _____, declaro ter sido informado sobre todos os procedimentos da pesquisa de campo acima citados, da qual fui convidado(a) a participar e aceito contribuir voluntariamente com essa pesquisa. Por isso assino este termo de consentimento livre, que será assinado por mim e pelo pesquisador.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Data: ____/____/____

Título de Reconhecimento das Comunidades de Itaboca, Cacoal e Quatro Bocas

	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ	
TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE		Livro:
DOMÍNIO COLETIVO que o Governo do Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, outorga as		Folha:
COMUNIDADE DE ITABOCA-QUATRO BOCAS E CACOAL, através da COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE ITABOCA-QUATRO BOCAS E CACOAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.939.538/0001-05, área de terras localizada no município de INHANGAPI - ESTADO DO PARÁ.		
O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, representado pela Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, ANA JULIA CAREPA e o INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, representado pelo seu Presidente, JOSÉ HEDER BENATTI, com base no disposto dos artigos 215 e 216 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Federal; dos artigos 285, 286 e 322 da Carta Estadual, Lei Estadual nº 6.165/1998, Decreto Estadual nº 3.572/1999 e Instrução Normativa nº 02/1999 - ITERPA, RECONHECE O DOMÍNIO de uma área de terras com ocupação e uso por famílias remanescentes de quilombos da COMUNIDADE DE ITABOCA-QUATRO BOCAS E CACOAL, no município de INHANGAPI expedindo TÍTULO DE DOMÍNIO COLETIVO, gravado com CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE, em nome da COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE ITABOCA-QUATRO BOCAS E CACOAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.939.538/0001-05, representada pelo senhor Sebastião Oliveira Gusmão, portador do R.G. Nº 1901577 e do CPF Nº 334.245.782-15, seu representante legal. A área de terras objeto deste reconhecimento foi apurada na demarcação administrativa através do processo nº 2006/14803, localiza-se na margem direita ou esquerda do Ramal Itaboca, no município de INHANGAPI, com área total de 446,6848 ha (quatrocentos e quarenta e seis hectares, sessenta e oito ares e quarenta e oito centiares), perímetro de 10.392,44 (dez mil, trezentos e noventa e dois metros e quarenta e quatro centímetros), na forma de um polígono IRREGULAR de sessenta (65) lados, foi arrecadada e matriculada em nome do Estado do Pará, sob o nº 15.043, a fl. 44, do Livro nº 2-BB, em 15/07/2010. Apresenta, de acordo com os serviços de campo datados de abril de 2010 e executados pelo técnico em agrimensura Jorge do Carmo dos Santos Farias, de registro no CREA/PA nº 9307-D/PA e código de credenciamento no INCRA DIM, o seguinte Memorial Descritivo: Partindo da estação D1M-M-0219, definida pela coordenada geográfica de Latitude 1°22'47,29" Sul e Longitude 47°52'20,17" Oeste, Elipsóide SIRGAS 2000 e pela coordenada plana UTM 9.847.298,389m Norte e 180.345,802m Leste, referida ao meridiano central 45° WGr; desta segue atravessando o RAMAL ITABOCA, seguindo com uma distância de 16,82 metros e com o azimute plano de 125°25'45", chega-se na estação D1M-M-0220 de coordenada N = 9.847.288,636m e E = 180.359,511m; desta segue confrontando com a margem direita do IGARAPÉ CATANDEUA nos seguintes trechos, seguindo com uma distância de 62,86 metros e com o azimute plano de 165°34'23", chega-se na estação D1M-P-0090 de coordenada N = 9.847.227,756m e E = 180.375,173m; desta, seguindo com uma distância de 45,79 metros e com o azimute plano de 158°06'23", chega-se na estação D1M-P-0091 de coordenada N = 9.847.185,272m e E = 180.392,246m; desta, seguindo com uma distância de 91,14 metros e com o azimute plano de 119°59'17", chega-se na estação D1M-P-0092 de coordenada N =		

Certidão de reconhecimento de Palmares



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Artigo 322 da Constituição do Pará e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que as **Comunidades de Itabóca, Cacoal e Quatro Bocas**, localizadas no município de Inhangapi, Estado do Pará, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 10, Registro n. 965, fl. 30, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **SÃO REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):

Sebastião Oliveira Gusmão – Presidente da Associação dos Remanescentes Quilombolas de Itaboca

Eu, Miriam Caetana de Souza Ferreira (Ass.), , Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, 19 de abril de 2007.

O referido é verdade e dou fé


Maria Bernadete Lopes da Silva
Presidenta-Substituta

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424-0106(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)